

# REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Senado Federal – Subsecretaria de Edições Técnicas  
Brasília – Outubro-Dezembro/2007 – Ano 44 – Nº 176  
Edição Especial – 3º Fórum Senado Debate Brasil



Foto de Michael Bretherton, domínio público, em "www.sxc.hu".



Fotografia de Michael Bretherton. Imagem modificada a partir de arquivo de domínio público, disponível em “[www.sxc.hu](http://www.sxc.hu)”, sítio de propriedade de HAAP Media Ltd.



# REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Brasília • ano 44 • nº 176 • edição especial  
outubro/dezembro – 2007

**3º Fórum Senado Debate Brasil**  
**Políticas para a Primeira Infância:**  
**Quebrando a Cadeia da Violência**

REVISTA  
de  
INFORMAÇÃO  
LEGISLATIVA

FUNDADORES

Senador Auro Moura Andrade  
Presidente do Senado Federal – 1961-1967  
Isaac Brown  
Secretário-Geral da Presidência – 1946-1967  
Leyla Castello Branco Rangel  
Diretora – 1964-1988

---

ISSN 0034-835x

Publicação trimestral da

Subsecretaria de Edições Técnicas

Senado Federal, Via N-2, Unidade de Apoio III, Praça dos Três Poderes

CEP: 70.165-900 – Brasília, DF. Telefones: (61) 311-3575, 311-3576 e 311-3579

Fax: (61) 311-4258. E-Mail: ssetec@senado.gov.br

DIRETOR: Raimundo Pontes Cunha Neto

ORGANIZAÇÃO DESTE NÚMERO: Secretaria de Coordenação Técnica e Relacionamento  
Institucional da Presidência do Senado Federal

REVISÃO DE PROVAS E EDITORAÇÃO ELETRÔNICA: Angelina Almeida Silva

CAPA: Renzo Viggiano

FOTO DA CAPA: Michael Bretherton

IMPRESSÃO: Secretaria Especial de Editoração e Publicações

---

© Todos os direitos reservados. A reprodução ou tradução de qualquer parte desta publicação será permitida com a prévia permissão escrita do Editor.

Solicita-se permuta.

Pidese canje.

On demande l'échange.

Si richiede lo scambio.

We ask for exchange.

Wir bitten um Austausch.

---

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA / Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas.

-- Ano 1, n. 1 (mar. 1964) – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria  
de Edições Técnicas, 1964–

v.

Trimestral.

Ano 1-3, nº 1-10, publ. pelo Serviço de Informação Legislativa; ano 3-9, nº  
11-33, publ. pela Diretoria de Informação Legislativa; ano 9-, nº 34-, publ. pela  
Subsecretaria de Edições Técnicas.

1. Direito — Periódico. I. Brasil. Congresso. Senado Federal, Subsecretaria  
de Edições Técnicas.

CDD 340.05

CDU 34(05)

---

## APRESENTAÇÃO

O Senado Federal é a Casa Legislativa responsável pelo equilíbrio federativo. Composta por igual número de representantes de cada Estado, a Casa é a guardiã da Federação e da sua unidade.

Com o objetivo de inserir ainda mais o Senado Federal nas grandes discussões sobre os temas cruciais para o desenvolvimento nacional, instituímos o Fórum Senado Debate Brasil, um espaço democrático para a discussão dos grandes temas do País, buscando sempre o aperfeiçoamento das leis e do processo legislativo, com a participação dos especialistas de maior renome nos temas em pauta.

Em 2005, realizamos o 1º Fórum, voltado para a Política Nacional de Transportes. No ano seguinte, discutimos o marco legal que rege o funcionamento e as relações das instituições do Terceiro Setor. Nessas duas ocasiões, os debates com os diversos especialistas expuseram os principais problemas relacionados a cada um dos temas, e as suas respectivas soluções. Foram debates muito amplos e ricos, cujas conclusões têm contribuído sobremaneira para o aprimoramento da atividade parlamentar, no que tange ao adequado encaminhamento dessas questões.

Dando continuidade a esse ciclo, neste mês de novembro de 2007, o Senado Federal promove a 3ª edição do Fórum Senado Debate Brasil, desta vez com o tema Políticas para a Primeira Infância: Quebrando a Cadeia da Violência, que, como nas duas versões anteriores, contará com a presença de renomados especialistas nacionais e internacionais.

De acordo com o Unicef, o Brasil possui quase um terço de toda a população de crianças e adolescentes da América Latina e do Caribe. As crianças são especialmente vulneráveis às violações de direitos, à pobreza e às iniquidades no País. Por exemplo, enquanto o índice de pobreza da população brasileira é de 27,6%, entre as crianças ele chega a 44%. Ademais, as crianças são especialmente afetadas pela violência, com uma agravante: os dados existentes sugerem que 96% dos casos de violência física e 64% dos casos de abuso sexual contra crianças de até 6 anos são cometidos por familiares. Por isso, de acordo com o Ministério da Saúde, as agressões e os acidentes ocorridos dentro do lar são a primeira causa de morte de crianças na primeira infância.

O Congresso Nacional está atento a essa situação. Tramita na Câmara dos Deputados o PL nº 2.654/2003, de autoria da Deputada Maria do Rosário, que proíbe qualquer forma de castigo físico em criança e adolescente. No último dia 18 de setembro, foi sancionada a

Lei nº 11.523. Fruto de projeto do Senador Pedro Simon, a Lei institui a Semana Nacional de Prevenção da Violência na Primeira Infância, a ser celebrada, anualmente, entre os dias 12 e 18 de outubro, com o objetivo de conscientizar a população brasileira sobre a importância do período entre 0 (zero) e 6 (seis) anos para a formação de cidadãos mais aptos à convivência social e à cultura da paz.

Além disso, apresentei proposição legislativa que procura desenhar um pacto federativo da saúde mais equilibrado e compatível com a capacidade financeira da União, Estados e Municípios, por meio da regulamentação da Emenda Constitucional nº 29, garantindo limites mínimos para gastos públicos com saúde. Nesse projeto, consideramos como investimento fundamental os gastos relacionados ao acompanhamento do crescimento e do desenvolvimento infantis, guardando total coerência com as propostas do Fórum.

Em se tratando de um fórum internacional, gostaria de lembrar que a nossa Constituição Federal (art. 227) afirma que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, com absoluta prioridade, o direito à saúde, à educação, à vida, dentre outros, além de determinar que o Estado aplique recursos específicos na assistência materno-infantil, no âmbito da assistência integral à saúde da criança, tema central deste importante evento do Senado.

Diversos são os estudos que apontam para uma correlação direta entre violência sofrida na primeira infância e comportamento violento na adolescência e na vida adulta. Em 1999, Richard Rhodes, importante estudioso americano, publicou estudos com criminosos, nos quais salientou que todos os delinquentes falavam sobre as dificuldades enfrentadas sua primeira infância, como violência física, sexual e negligência. Dorothy Lewis, em 1998, estudando jovens criminosos nos Estados Unidos, também chegou a conclusão similar. De acordo com pesquisa realizada nos Estados Unidos, em 2002, pela organização não-governamental Fifth Crime: Invest in Kids, cada dólar gasto em um atendimento de qualidade na infância poupa 7 dólares em gastos no sistema policial e prisional. Essa mesma Organização estima que, num universo de 77.860 crianças abusadas ou negligenciadas, 3.100 serão, no futuro, violentos criminosos que não teriam tomado esse caminho, caso tivessem a assistência necessária nos primeiros anos de vida.

É preciso, então, romper definitivamente com esse ciclo vicioso de violência que se abate sobre nossas crianças!

Daí a importância deste 3º Fórum Senado Debate Brasil: Políticas para a Primeira Infância - Quebrando a Cadeia da Violência, e desta edição especial da Revista de Informação Legislativa, que auxiliará na disseminação das reflexões dos participantes do Fórum.

Mais uma vez, o Senado Federal mostra-se atento aos anseios do nosso povo, na busca por uma sociedade melhor, mais justa e pacífica.

Senador Tião Viana  
Presidente do Senado Federal

## PREFÁCIO

A diferença no nível de desenvolvimento atual dos países reside no grau de proteção que conferem à primeira infância. Não depende apenas de indicadores econômicos, posto que números não traduzem necessariamente avanços sociais. Só as sociedades que priorizam a evolução humana são capazes de criar condições propícias à existência segura e saudável dos cidadãos. Superávits de balanças comerciais são animadores para o país, mas não garantem benefícios para a nação.

A primeira infância é fase decisiva para o êxito do ciclo de vida marcado pelos fenômenos do crescimento e do desenvolvimento do ser humano. A realização completa do potencial de vida que desponta na singularidade de cada recém-nascido define a essência do adulto, qualifica a maturidade, dignifica a senectude.

São inúmeros os requisitos para a travessia equilibrada dos primórdios da infância. Nutrição adequada, prevenção de doenças, estimulação eficaz, apego espontâneo, vínculo sólido, afeto verdadeiro, acolhida plena à criatura que projeta os primeiros passos, troca de olhares, intercâmbio de sentimentos, transfusão de alegrias, profusão de carinho; o calor, enfim, do ninho, síntese da proteção e da segurança indispensáveis à origem do ato e à garantia do direito de ser.

Winnicott, pediatra e psicanalista infantil, já dizia que educar é ensejar ambientes favoráveis à eclosão das virtudes originárias. Cabe à sociedade fazê-lo como dever de cidadania. Na verdade, cuidar da primeira infância nada mais é que investir no conceito de educação plena, cujas ações ambientais começam, de fato, na riqueza da interação e na diversidade dos estímulos da vida intra-uterina. A neurociência tem apresentado provas incontestas dos benefícios insuperáveis decorrentes do investimento nesse período fundamental da existência. Tem o mesmo caráter definitivo da qualidade do alicerce para o equilíbrio da construção.

A sociedade brasileira começa a despertar para as verdades científicas que podem apontar os caminhos de sua inadiável evolução no campo dos direitos humanos e, particularmente, no reconhecimento da criança como sujeito de direitos. Daí a primazia da primeira infância a emergir no horizonte das grandes descobertas que revelam novas perspectivas de uma cultura de paz e novas formas de se reduzir a dramática violência que apavora os cidadãos de hoje e deixa o país sem prenúncio do amanhã.

A Revista de Informação Legislativa dedica o presente número à discussão e divulgação de experiências, propostas e polêmicas relativas a essa fase da vida humana, cujas características e necessidades peculiares ganharam sustentação objetiva que não se pode

mais desconhecer. Os textos reunidos expressam a consistência conceitual e a convicção doutrinária dos ilustres autores, nomes que são referências de compromisso público e exemplos de dedicação pessoal às causas que despontam no universo das fontes de inspiração humanista para a caminhada ética que a sociedade brasileira tem pela frente como o maior desafio de sua história.

A leitura dos artigos que enriquecem o conteúdo da publicação realça a importância de se assegurar ao homem a extraordinária libertação que tem início na primeira infância, momento da grandiosa revelação de sua identidade. Tal como a descreveu Teillard de Chardin: “Na verdade, duvido que haja para o ser pensante minuto mais decisivo do que aquele em que, caindo-lhe a venda dos olhos, descobre que não é um ser perdido na solidão cósmica, mas que uma vontade universal de viver nele converge e se hominiza.”

Dioclécio Campos Júnior  
Professor titular de pediatria da UnB  
Presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria

## VISÃO GERAL DOS DEBATES

Esta edição especial da Revista de Informação Legislativa traz reflexões dos participantes do 3º Fórum Senado Debate Brasil: Políticas para a Primeira Infância – Quebrando a Cadeia da Violência, organizado pela Secretaria de Coordenação Técnica e Relações Institucionais da Presidência do Senado Federal.

O tema do Fórum é oportuno no momento conturbado em que vivemos e seu propósito – provocar o debate e indicar rumos para a formulação de políticas públicas de proteção da infância, especialmente no período de zero a seis anos – indica a urgência de providências a serem tomadas.

A violência não é prerrogativa das classes mais pobres. Permeia a classe média, corrompe os ambientes mais abastados. Está dentro de nossas casas, fruto da falta de tempo, da corrida pela melhoria material, pela ascensão no trabalho, gerando a intolerância, a indiferença, a transferência da responsabilidade de educar nossos filhos à escola, à tecnologia, à rua.

Os textos aqui reunidos têm uma congruência importante: partem do pressuposto simples de que é preciso começar do início. Ninguém pode esperar um ser humano íntegro, praticante da cultura da paz, de uma criança à qual foram negados os direitos fundamentais, os cuidados pueris, a saúde, a educação, o respeito, o amparo, o amor. Assim sendo, acreditam seus autores, com base na experiência que adquiriram lidando com o tema, que é preciso investir na primeira infância. Que é preciso atender e acolher o indivíduo desde sua gestação.

Em seu artigo, o senador Pedro Simon – que assinou, juntamente com o senador Cristovam Buarque, a proposição para que o Senado Federal realizasse esse Fórum – lamenta que “apenas quando a questão da violência envolvendo crianças e jovens tornou-se fato preocupante é que teve início uma mobilização efetiva para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a infância”. Ele recorda que cada real investido na infância corresponde a um retorno de sete reais, o que evidencia, até do ponto de vista economicista, um investimento rentoso para a sociedade. E que, do ponto de vista humano, resulta na “formação bem-sucedida de um cidadão produtivo e integrado na sociedade”.

Garantir o direito à educação de qualidade para todas as crianças é “combater a fábrica de violência que se esconde no nosso modelo social e econômico”, que “divide a população em incluídos e excluídos”, argumenta o senador Cristovam Buarque. Ele aponta que o debate político ainda não incorporou a educação como “tema que mereça a atenção das instituições e das elites políticas” e afirma que, enquanto o Congresso Nacional “não ocupar seu lugar no debate sobre as prioridades nacionais”, permanecerá frágil a democracia brasileira.

Autora do projeto de licença-maternidade estendida e Coordenadora da Frente Parlamentar em Defesa da Criança e do Adolescente, a senadora Patrícia Saboya argumenta que “dar oportunidades para que cada criança brasileira possa conviver em um ambiente familiar tranquilo, seguro e afetivo” é contribuir na luta contra a violência. Lembrando que é preceito constitucional a prioridade para a infância e a adolescência, a senadora diz que é preciso “brigar pela expansão da oferta de educação infantil”, para proteger a criança nos seus seis primeiros anos de vida, mudando o quadro do “Brasil real, o Brasil das periferias das grandes cidades, das invasões, das moradias embaixo das pontes” em que “crianças cada vez mais novas acabam sendo levadas para o mundo da criminalidade”.

O senador Paulo Paim, em seu artigo, lembra que o Brasil já dispõe de mecanismos legais suficientes para atender crianças e jovens, mas “já passou a hora de encarar os desafios e integrar as várias ações do setor social sem desperdício de iniciativas e de dinheiro público”, aliadas ao fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos. Ele defende a priorização de políticas públicas centradas na família (nas várias formas de organização e funcionamento deste núcleo da sociedade moderna) – “espaço privilegiado mediante o qual se dão os processos de socialização primários e humanizadores” – para que ela cumpra seu papel de proteção e cuidado, sendo levada para dentro da escola, que deve estar preparada para aceitar e estimular essa participação. “É preciso compartilhar responsabilidades e não transferi-las.”

O pediatra, neonatologista e especialista em saúde da mulher e da criança Laurista Corrêa Filho discorre sobre as descobertas das neurociências, revelando que do relacionamento do bebê com seus pais ou cuidadores – desde a barriga da mãe – e dos estímulos ambientais depende o bom desenvolvimento do cérebro e dos laços afetivos da criança. Ao relatar estudos e pesquisas, o especialista evidencia a importância dos três primeiros anos, quando 90% das conexões neuronais acontecem, e revela que a intervenção desde o início da vida, na formação do vínculo e do apego, tem impacto de longo prazo. A criação de uma rede de apoio para a mãe e o pai e o investimento na capacitação dos educadores nas creches também são determinantes para a segurança do bebê.

O professor Vital Didonet, especialista em educação infantil e consultor do Unicef, Unesco e OEA, aplica, na educação infantil, os valores relacionados na Declaração sobre uma Cultura de Paz, da ONU, do direito à vida, à solução pacífica dos conflitos. Didonet acredita ser a infância o período da vida em que a educação para a paz é mais decisiva. Ele afirma que o ventre materno é o primeiro espaço de construção psíquica dos sentimentos de amor, paz, confiança, segurança, solidariedade. O segundo espaço é o ambiente familiar e o terceiro é a educação infantil, em creches e pré-escolas.

O mestre psicofisiologista francês Hubert Montagner discorre sobre as Casas da Primeira Infância, que estabeleceu em seu país para acolhimento de crianças, mães e famílias, especialmente em situação de carência ou risco social. Montagner, que conhece de perto a realidade brasileira, acredita que as Casas podem ser adaptadas às nossas limitações, constituindo-se, assim como na França, em “ferramenta indispensável de prevenção da marginalidade social, da fuga para as drogas ou o álcool, da violência e do fracasso escolar”.

A violência é uma doença psicossocial, na opinião do pediatra e professor Antonio Marcio Lisboa, não sendo causa, mas muitas vezes consequência da ação de indivíduos portadores de distúrbios comportamentais derivados, principalmente, de transtornos afetivos graves com suas raízes na primeira infância. Em sua visão, a paternidade responsável, a transmissão de valores éticos e a promoção da auto-estima na criança são alguns dos fatores que contribuem na prevenção da violência.

O trabalho psicoterápico na primeira infância é o assunto abordado pelo psiquiatra e professor Salvador Celia, que debruça sobre a depressão materna e suas consequências. Trata-se de um problema de saúde pública, no seu entender, considerando que esse quadro ocorre em 25 a 30% das gestações em populações carentes e 15% nas mais favorecidas, e que revela, na maioria dos casos, a ineficiência do modelo de acompanhamento pré-natal. A estratégia terapêutica, nesses casos, precisa envolver o pai e outros membros da família.

A psicanalista e mestre em saúde da criança Angela Rabello, ao relatar o trabalho de Cuidados a Mães Adolescentes e Jovens Grávidas da favela da Maré, no Rio de Janeiro, chama a atenção para a importância do acompanhamento da gravidez precoce, atualmente em índices alarmantes (mais de 20% dos nascimentos no Brasil são filhos de adolescentes). Amparadas, essas meninas têm condições de vencer os medos, transformar experiências de perda e maus tratos em impulso criativo, na tentativa de estabelecer novas bases de segurança a seus bebês, ao invés de repetirem a conduta de que foram vítimas.

O Secretário de Saúde do Rio Grande do Sul, Osmar Terra, aponta em seu artigo outro dado importante das pesquisas realizadas nos últimos anos, quando diz que o componente emocional, que se organiza nos dois primeiros anos de vida, é decisivo para uma melhor aprendizagem. A capacidade de valorizar emocionalmente uma informação ajuda a memorizá-la mais facilmente e a focalizar de forma seletiva essa informação. Esses atributos são fundamentais para uma melhor aprendizagem futura. As pesquisas mostram que uma criança bem estimulada no início da vida terá uma probabilidade muito maior de ter bom rendimento escolar, de não ter repetência ou evasão, além de ter uma renda maior que os pais na idade adulta. Uma das formas mais decisivas de romper o ciclo de pobreza entre as gerações de famílias pobres é investindo na primeira infância.

A psicanalista Regina Orth de Aragão, mestre em psicologia clínica, indica como é possível vencer O Paradoxo da Creche: lugar de acolhimento e lugar de separação, por meio de práticas institucionais adequadas que podem ser adotadas para que, apesar da separação da criança de seus pais, a equipe e o ambiente da creche contribuam para o desenvolvimento e para a saúde mental dos bebês.

O coordenador do Instituto de Vivência em Valores Humanos para um Mundo Melhor, Lourival dos Santos, revela que a aplicação de uma síntese dos conhecimentos e práticas abordadas nos artigos publicados nesta revista pode, assim como ocorre na instituição que dirige em Uberaba, Minas Gerais, gerar bons frutos e constituir-se em promessa para o futuro.



# REVISTA de INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Brasília · ano 44 · nº 176 · outubro/dezembro · 2007

Pedro Simon	Políticas para proteção da infância	15
Cristovam Buarque	Só a educação traz a paz	19
Patrícia Saboya	Violência e primeira infância. Investir na prevenção é o melhor caminho	23
Paulo Paim	Crianças: os alicerces do Brasil	27
Laurista Correa Filho	Saúde e Educação, antes ou a partir do nascimento?	37
Vital Didonet	A primeira infância e a educação para a paz	49
Hubert Montagner	As Casas da Primeira Infância. Uma ferramenta indispensável de prevenção da marginalidade social, da fuga para as drogas ou o álcool, da violência e do fracasso escolar	59
Antonio M. J. Lisboa	As raízes da violência	69
Salvador Celia	Construindo a aliança terapêutica nas terapias da primeira infância	81
Angela M. Rabello	Cuidados a mães adolescentes e jovens na Maré	87
Osmar Terra	A importância dos primeiros anos de vida	95
Regina Orth de Aragão	O paradoxo da creche: lugar de acolhimento, lugar de separação. A influência das práticas institucionais na creche sobre a saúde mental dos bebês	99
Lourival dos Santos	Instituto de Vivência em Valores Humanos para um Mundo Melhor: um relato de experiência	107

OS CONCEITOS EMITIDOS EM ARTIGOS DE COLABORAÇÃO SÃO DE RESPONSABILIDADE DE SEUS AUTORES.

# Políticas para proteção da infância

Pedro Simon

A existência de políticas públicas voltadas para a primeira infância é, obviamente, uma imposição de bom senso, mas também são significativas as razões econômicas que nos levam a adotá-las. Discutir essas políticas é uma necessidade central das sociedades modernas, especialmente no Brasil, país marcado por profunda desigualdade social. É fundamental que debatamos teses para um melhor desenvolvimento de nossas crianças e dos modos de protegê-las da violência.

Antes do século XIX, a infância era tratada apenas como uma inevitável transição para a fase adulta. Ninguém a considerava, como ela realmente é, um fundamental período de construção do adulto que virá um dia a integrar uma sociedade. Desde muito cedo, as crianças eram levadas a viver responsabilidades de adulto, especialmente no que se refere ao trabalho.

Infelizmente, no Brasil, ainda hoje isso ocorre. Muitas de nossas crianças – sobretudo as mais pobres – não desfrutam de uma infância segura e plena. A violência, doméstica ou urbana, é o pano de fundo de sua formação.

O mundo só voltou sua atenção para as crianças quando se viu pressionado pela legião de órfãos produzidos pelas duas grandes guerras do século XX. A obrigação de apoiar essa imensa população desampa-

Pedro Simon é Professor Universitário, advogado e Senador pelo PMDB.

rada forçou os governantes – europeus, na maioria – a constituir instituições voltadas para o atendimento de crianças e jovens.

Temos hoje no Brasil cerca de 22 milhões de crianças na faixa de 0 a 6 anos. Nesse período da vida, segundo afirma a ciência, é que se constroem as bases cerebrais que darão ao adulto a capacidade de adquirir o saber e de se relacionar com os outros. Nesse crucial intervalo de vida é que se formam as condições para o crescimento saudável do ser humano nas suas dimensões física, intelectual, social e emocional, inclusive no uso da linguagem. Valores e capacidades são aprendidos e desenvolvidos de modo permanente e natural nessa idade.

A ciência comprovou que as crianças que sofrem tensão extrema nos primeiros anos de vida podem ser afetadas de forma irreversível, tanto no que se refere à aprendizagem quanto à memória. Em outras palavras, o desenvolvimento (intelectual, afetivo ou emocional), a personalidade e o comportamento dos seres humanos são determinados nos seus primeiros anos de vida.

No Brasil, o problema da infância passou a ser discutido de modo mais aprofundado na década de 1960, apesar de já termos uma longa história de dedicação de inúmeras pessoas e grupos à causa das crianças no País. Essas iniciativas, no entanto, sempre foram circunscritas a certas organizações e a certas localidades. Se a discussão nunca foi nacional, tampouco o eram as ações.

Só quando a questão da violência envolvendo crianças e jovens tornou-se um fato preocupante é que teve início uma mobilização efetiva para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a infância.

O Estado brasileiro começou, verdadeiramente, a se inquietar com a questão na década de 1990, quando os grandes centros urbanos passaram a apresentar elevadíssimo grau de criminalidade com participação de jovens. A chacina da Candelária, no Rio de Janeiro, em 23 de julho de 1993 – quan-

do oito crianças foram assassinadas por policiais militares – foi um marco dessa mudança de atitude.

Atualmente, existe muita discussão sobre como agir com os jovens, mas os estudos provam que o mais fundamental é atuar na primeira infância, a fim de prevenir que crianças abandonadas se tornem jovens criminosos depois.

Em 27 de dezembro de 2000, foi editado o Decreto presidencial que instituiu o Comitê para o Desenvolvimento Integral da Primeira Infância, cujas estratégias de ação estão centradas na articulação e na integração das políticas públicas voltadas para as crianças de 0 a 6 anos.

Foi a primeira iniciativa importante do Poder Público nacional a abranger todo o País. Depois dela, as iniciativas locais – de Governos ou organizações sociais – passaram a ser amparadas por uma política nacional. A continuidade da ação desse Comitê deve culminar na divulgação, em novembro de 2007, de um documento que vai contribuir decisivamente para a melhoria das ações de Estado. Trata-se da publicação *Políticas intersetoriais em favor da infância: guia referencial para gestores municipais*.

Segundo estudiosos dessa questão, para cada real investido na infância corresponde um retorno de sete reais. Não é, portanto, investimento a fundo perdido. Até do ponto de vista meramente economicista, trata-se de um investimento de excelente retorno para a sociedade. Já do ponto de vista humano, o principal é a formação bem-sucedida de um cidadão produtivo e integrado na sociedade.

Crianças que têm oportunidade de frequentar creches e pré-escolas apresentam, na idade adulta, renda mais alta e probabilidades mais baixas de prisão, de gravidez precoce e de dependência dos programas de transferência de renda do Estado. Investir hoje na infância significa que, certamente, serão reduzidos, depois, os gastos com os adultos. Investir na infância significa também aumentar a capacidade de produção

econômica do País, pela formação de uma força de trabalho mais produtiva.

O Brasil tem, atualmente, inúmeros programas e ações voltados para as crianças na primeira infância, em todas as esferas de governo – da União aos Municípios. O Programa Primeira Infância Melhor (PIM), do Estado do Rio Grande do Sul, criado em 2003, é exemplar.

Na discussão do Projeto de Lei nº 340, de 2005, que apresentei, instituindo a Semana Nacional de Prevenção da Violência na Primeira Infância, realizou-se audiência pública pelas Comissões de Assuntos Sociais e de Educação desta Casa, em 30 de maio de 2006. O Projeto Vida, surgido na época em que governei o Estado, também foi debatido, como um outro modelo de ação.

E assim, um pouco por todo o Brasil, da Pastoral da Criança a programas de creches públicas, começa a se disseminar um cuidado com a primeira infância.

Estudos empreendidos pela Unesco e pelo Unicef demonstram que é imperativo o investimento do Estado na proteção e no amparo à criança de 0 a 6 anos, independentemente da classe social a que pertença. Todavia, as menos favorecidas merecem o apoio mais direto, por força da menor capacidade de suas famílias de prover boas

condições de educação e formação a suas crianças.

Encerro apontando algumas linhas que, obrigatoriamente, devemos seguir:

É preciso adotar uma abordagem sistêmica e integrada de políticas de atenção à primeira infância.

É necessário criar uma parceria sólida com o sistema educacional, que fortaleça a continuidade da creche à escolarização formal.

Deve-se proporcionar acesso universal à educação e aos cuidados na primeira infância, com atenção particular para crianças com necessidades especiais.

Deve-se aprimorar o pessoal dos estabelecimentos de ensino e dos pais.

É fundamental formar e dar condições de trabalho adequadas para as equipes de pessoal que tratam crianças na primeira infância.

Devemos monitorar e coletar dados que permitam a análise e a avaliação de resultados das ações, para correções e aperfeiçoamentos possíveis.

É essencial a criação de estruturas para pesquisa e agenda de longo prazo, a fim de incorporar novos conhecimentos e métodos que aperfeiçoem o atendimento às crianças de 0 a 6 anos.



## Só a educação traz a paz

Cristovam Buarque

Toda vez que um crime bárbaro é cometido, a sociedade se movimenta em torno de temas como a pena de morte, a prisão perpétua, a redução da idade penal. E toda vez, surge um movimento contrário, em nome da defesa dos Direitos Humanos. Esse debate está equivocado, pois não se orienta por valores éticos, nem tampouco observa a realidade concreta.

A redução da idade penal e a pena de morte não reduzem a violência. Nossa sociedade chegou a um ponto em que os criminosos não dão valor à própria vida, nem à própria liberdade. Não deixarão de cometer barbaridades por causa do risco de serem presos mais cedo, ou por mais tempo, ou condenados à morte.

A única solução possível é combater a fábrica de violência que se esconde no nosso modelo social e econômico. Reduzir a brutal desigualdade que divide nossa população entre incluídos e excluídos, separados por um sistema de apartação. Substituir o debate em torno da idade penal e da pena de morte pela necessidade de revolucionar nossa estrutura social.

Chega de procurar soluções simplistas, que nada mudam. De achar que basta punir os bandidos, como se outros não viessem substituí-los, como se o problema fosse a violência em si, e não o que a está causando. De pouco adiantará prender os criminosos,

Cristovam Buarque é Professor da Universidade de Brasília e Senador pelo PDT/DF.

se não pusermos um fim à fábrica de violência que é a sociedade brasileira. Basta de buscar por justiça depois dos crimes cometidos, precisamos da paz que evita a violência.

Se a justiça se faz com cadeia e policiais, a paz se faz com escola, igualdade de oportunidades e emprego. Estudos recentes mostram que a probabilidade de que um preso brasileiro tenha vindo de uma família pobre é o dobro do que para o resto da população. Não porque seja pobre, mas porque não teve chances na vida. Pessoas com menos de seis anos de estudo têm duas vezes mais chances de estarem presas do que pessoas educadas. Não pela falta de estudo, mas pela falta de oportunidades decorrente da falta de estudo. Isso nos leva a uma única conclusão possível: a de que a desigualdade social e a falta de escolaridade são as principais causas da violência. Por isso, só haverá paz com mais educação.

A defesa da pena de morte e da redução da idade penal sensibiliza a sociedade. Mas o que está por trás da defesa dessas medidas é uma lógica puramente eleitoral e enganadora, que esconde os verdadeiros problemas, para não enfrentá-los. O real enfrentamento do problema não pode se restringir a manifestações de indignação e espanto. Deve ter a clareza de que o problema da violência precisa da repressão nas ruas, mas também, e acima de tudo, de uma revolução.

Essa revolução não está em reduzir idade para se entrar na prisão, e no tempo máximo de permanência lá, mas sim na redução da idade de ingresso e no aumento da permanência numa escola de qualidade: entrar aos quatro anos e sair aos 18. Em uma sociedade em que crianças entram na escola aos sete e saem aos 11, reduzir a maioridade penal é uma solução de avestruz, de quem não quer enfrentar o problema. Nossas crianças e adolescentes merecem a oportunidade de dizer não ao crime e sim às atividades escolares, esportivas, culturais, num ambiente seguro e

sadio. Merecem desenvolver suas aptidões, para um dia poderem construir uma verdadeira Nação.

Precisamos parar de comemorar a matrícula de 95% das crianças sem nos perguntarmos onde estão os outros 5%, quando somente um terço dos matriculados concluem o ensino médio. Parar de chamar de escola as construções degradadas onde depositamos nossas crianças por poucas horas ao dia.

Precisamos enfrentar a verdadeira causa de tanta violência: a indiferença, que impede a garantia de oportunidades iguais para todos. Precisamos parar de fingir que o Brasil não precisa de uma revolução, ou de fugir dela, adotando pequenos paliativos. Para prender menos, precisamos educar mais.

Falamos muito em grandes números, mas não vemos o nome de cada criança que está compondo as estatísticas. Pois se viermos a fazer isso, precisaremos também tratar não somente da quantidade, mas também da qualidade. Educação sem qualidade não vale. Precisa ter qualidade. Atender todas as crianças e com qualidade.

Qualidade em educação significa proporcionar à criança todas as condições para que se transforme em cidadão e cidadã com capacidade para tomar decisões, boas decisões, em favor de toda a sociedade, e capacidade para sobreviver em um mundo que exige qualificação. Para isso, precisará aprender a ler, escrever, compreender o mundo a partir de ferramentas científicas e linguagens lógicas, como as matemáticas, dominar os instrumentos computacionais e saber se comunicar com pessoas em outros países.

Precisamos parar de discutir os problemas do Brasil olhando somente para trás. Para mudar o Brasil, mudar mesmo, é essencial compreender o passado e ver nele os motivos que levaram à construção de uma sociedade tão desigual e desumana. Planejar o futuro com o nítido propósito de mudar, de transformar.

Ficar com o olho no retrovisor nos fará achar que não é possível mudar. É, sim, possível. Vários países saíram, no século passado, de níveis de renda, pobreza e educação semelhantes aos do Brasil de hoje, e em poucas décadas passaram a figurar entre os mais desenvolvidos. Irlanda, Finlândia, Dinamarca, Suécia, Espanha são exemplos próximos, sem mencionar os tigres asiáticos.

O fortalecimento da democracia nesses países proporcionou as condições institucionais para que suas sociedades passassem da miséria para a convivência com os países mais desenvolvidos e felizes. O desenvolvimento e a felicidade desses povos vieram em consequência de escolhas acertadas e da manutenção de prioridades por longos períodos.

É importante citar esses países, pois entre as escolhas que fizeram, figura como a principal prioridade a educação. Os investimentos foram feitos não em armamentos ou no luxo de suas elites, mas canalizados para a educação. Eles se tornaram sociedades que aproveitam a globalização e a informatização, e tiram desses processos grande proveito. Tudo isso porque investiram em educação.

O Brasil ficou para trás. Dois estudos recentes nos mostram a catástrofe da educação no Brasil. Pesquisa da Fundação Perseu Abramo mostra que 49% dos idosos brasileiros – pessoas com 60 anos de idade ou mais – são analfabetos funcionais. E o mais novo indicador de qualidade da educação brasileira, o IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, divulgado pelo MEC, aponta números dramáticos. Apenas dez dos 5.560 municípios brasileiros têm alunos da rede municipal de 1ª a 4ª série capazes de alcançar ou superar a média 6, que é o padrão de aprendizagem dos países desenvolvidos. Em 73% das cidades do país, os alunos tiveram nota média inferior a 5. No Ensino Médio, os resultados são ainda piores. Os três estados com o melhor desempenho – Minas Gerais,

Santa Catarina e Rio Grande do Sul – não passaram de 3,5. Outros 16 estados tiveram nota média inferior a 3.

Ao lançar o PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação, o presidente Lula afirmou que seu governo entrará para a história se, com o sucesso do plano, o Brasil ficar “em pé de igualdade com qualquer país do mundo desenvolvido na área de educação”. Mas os números mostram que estamos muito distantes dessa realidade.

A meta do MEC é ter, até 2021, os alunos de 1ª a 4ª série com nota média 6. Porém, isso só acontecerá se o Brasil começar a garantir o efetivo direito à educação a todos os brasileiros, adotando uma perspectiva verdadeiramente republicana e inclusiva.

Tenho defendido uma revolução na educação como o único caminho de garantir oportunidades iguais a todos os brasileiros. Uma revolução para dar a mesma chance a cada um, assegurando a todos uma educação de qualidade, para que possam desenvolver seu potencial, seus talentos, suas aptidões.

Com esse objetivo, sugeri uma série de alterações à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que foram aprovadas pela Comissão de Educação do Senado, e foram enviadas para debate na Câmara dos Deputados. A primeira modificação prevê que a assistência à saúde, já garantida no ensino fundamental público, inclua o atendimento médico e odontológico de caráter preventivo, e a identificação e correção precoce de problemas que comprometam o aprendizado.

O projeto garante também aos municípios o poder de avaliar os estabelecimentos públicos e privados do seu sistema de ensino, e assegurar a avaliação da educação infantil. Com a responsabilização dos municípios pela avaliação do seu sistema de ensino, a avaliação educacional passa a atingir a totalidade das escolas, e vai colaborar para a definição das prioridades educacionais e para a melhoria da qualidade.

Também tomei a iniciativa de propor que os professores tenham o direito de, a cada sete anos de trabalho, gozar de licença remunerada para seu aperfeiçoamento profissional – a chamada licença sabática, comum entre os docentes do ensino federal superior. A LDB já garantia esse direito, mas não estipulava o tempo de exercício pedagógico para a concessão da licença.

O projeto contém ainda um dispositivo que garante a aplicação anual, pelas universidades, de pelo menos 20% dos recursos vindos de impostos constitucionais. As verbas seriam destinadas prioritariamente à oferta de cursos de graduação e pós-graduação para a formação e o aperfeiçoamento dos profissionais da Educação Básica. Com isso, as universidades terão a oportunidade de contribuir efetivamente com a qualidade da educação básica.

Com essas medidas, será possível dar um passo adiante, e garantir o direito à educação de qualidade para todos os brasileiros.

Porém, mesmo tendo reconhecido a luta, cuja bandeira tenho me esforçado em levar a todos os cantos do país, o debate político nacional ainda não incorporou a educação como tema que mereça a atenção das instituições e das elites políticas.

A democracia brasileira está frágil e ficará mais ainda se os temas essenciais da nacionalidade não forem tratados no Congresso Nacional. As instituições estão no perigoso caminho contrário ao povo. Estão se afastando da realidade e podem deixar de ser necessárias, ou passar a ser consideradas erroneamente desnecessárias. Se o Congresso Nacional não ocupar seu lugar no debate sobre as prioridades nacionais, estaremos sempre sujeitados às emergências, quase sempre artificialmente fabricadas pelo Poder Executivo ou por situações políticas causadas por sucessivos escândalos de corrupção.

Definir a prioridade para a educação significa tratar de um projeto para o Brasil que tenha a educação como o motor ou o centro do processo político e institucional nacional, que se relacione de forma racional e clara com as demais áreas prioritárias: saúde, reforma agrária, emprego, direitos humanos, meio ambiente, infra-estrutura, segurança, paz.

Significa articular todas as demais prioridades em função de um objetivo social comum. Dar prioridade à educação tem, por isso, o sentido ético de mobilizar mentes e esforços para a construção de um futuro de paz.

# Violência e primeira infância

Investir na prevenção é o melhor caminho

Patrícia Saboya

## Sumário

Seis meses de licença-maternidade. Vínculo entre mãe e filho. O valor da Educação Infantil.

Os seis primeiros anos de vida são uma fase decisiva do desenvolvimento infantil, que sofre um forte impacto da situação social, psicológica e econômica da criança. É nessa etapa da existência que a maior parte das conexões cerebrais se forma. Ao nascer, uma criança tem aproximadamente 100 bilhões de neurônios. Essas células, porém, precisam se ligar umas às outras, formando espécies de redes, estruturas essenciais ao funcionamento cerebral. E elas se conectam impelidas pelos estímulos que a criança recebe do meio social. Daí a convicção entre as diferentes correntes científicas de que é absolutamente necessário estimular o desenvolvimento nos primeiros anos – período da vida cheio de mudanças, em que há inúmeras “janelas de oportunidades”. Falta de estímulos ou estímulos inadequados significa perda de oportunidade, atraso no desenvolvimento, menor inteligência... Descuidar dessa etapa é, portanto, desperdiçar um gigantesco potencial humano.

Nessa fase, a criança precisa não apenas de apoio afetivo, alimentação e cuidados de saúde por parte da família, mas também dos estímulos necessários para que possa desenvolver suas habilidades lógicas,

Patrícia Saboya é senadora pelo PSB do Ceará e coordenadora da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente no Senado Federal.

musicais, motoras, emocionais, comunicativas, lingüísticas e sociais. Ela precisa ser estimulada brincando, cantando, falando, convivendo com outras crianças e recebendo atendimento adequado dos serviços públicos básicos.

Por esse motivo, os estudiosos defendem que, além do bom convívio no ambiente familiar, meninos e meninas entre zero e seis anos ganham muito em freqüentar creches e pré-escolas de qualidade, onde possam ser atendidos por profissionais especializados, capazes de fazer a ponte entre o que as crianças já sabem e o que elas podem conhecer e aprender, abrindo inúmeras possibilidades de crescimento intelectual, social e emocional.

O problema é que o Brasil ainda está longe de cumprir essa missão. Menos de 40% do universo de 23,1 milhões de crianças de zero a seis anos freqüentam instituições de Educação Infantil. É muito pouco. Se lançarmos um olhar para o grupo de zero a três anos, a situação é ainda pior. Do total de 13 milhões de crianças nessa idade, pouco mais de 10% estão matriculadas em creches. Na faixa etária entre quatro e seis anos, o quadro é melhor, embora bem distante do ideal: cerca de 50% do total de 10 milhões de meninos e meninas nessa idade estão em instituições de pré-escola.

Que País queremos construir para nossos filhos, netos e bisnetos? Queremos um Brasil para todos os brasileiros? Um Brasil capaz de oferecer oportunidades para que todas as pessoas, independentemente de classe social, raça, etnia, gênero ou religião, possam desenvolver suas potencialidades? Se sonhamos com esse modelo de Nação, não podemos descuidar da fase mais importante da vida de uma criança. A fase em que muitas delas são obrigadas a passar horas a fio trancadas dentro de casa, sem qualquer assistência, enquanto suas mães e pais têm de pegar pesado no batente. A fase em que muitas acabam morrendo de fome ou, quando não acontece tamanha tragédia, ficam com o desenvolvimento

comprometido por causa de doenças que poderiam ser evitadas ou de problemas de natureza psicológica, como a falta de relações afetivas saudáveis com os adultos.

### *Seis meses de licença-maternidade*

Estou cada vez mais convencida de que precisamos investir desde cedo nas nossas crianças, desde o momento em que elas ainda estão no ventre de suas mães, garantindo a todas as mulheres brasileiras acesso a um pré-natal, parto e pós-parto de qualidade. A etapa seguinte, a dos primeiros seis meses de vida do bebê, também merece uma atenção toda especial. Por isso, apresentei, em agosto de 2005, em parceria com a Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP), projeto de lei prevendo a licença-maternidade de seis meses para as trabalhadoras da iniciativa privada em troca da concessão de incentivos fiscais às empresas que aderirem à idéia. A proposta ganhou o apoio da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Quase dois anos se passaram desde esses primeiros passos e posso dizer, com certeza, que temos acumulado significativas vitórias nessa caminhada. Enquanto o nosso projeto de lei não é aprovado pelo Senado Federal, constatamos que a idéia da licença de seis meses vem conquistando cada vez mais corações e mentes em todo o Brasil, despertando o interesse não apenas das trabalhadoras, mas também dos representantes do Poder Público.

Atualmente, contabilizamos 50 cidades onde a licença-maternidade ampliada é uma realidade para as funcionárias públicas municipais. Em cinco estados – Amapá, Rondônia, Paraíba, Pernambuco e Ceará –, também existem leis nesse sentido, beneficiando as trabalhadoras públicas estaduais. E em vários estados e municípios, as propostas nessa direção estão prestes a virar lei. Temos, portanto, motivos de sobra para comemorar e seguir adiante. Felizmente, o nosso exército em prol do bem-estar das

mamães e de seus bebês só tem aumentado. Além dessa adesão cada vez maior nos estados e municípios, recentemente tivemos o apoio do Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, à nossa causa. Isso, sem dúvida, é uma conquista e tanto.

### *Vínculo entre mãe e filho*

Um dos principais objetivos da nossa proposta é reforçar os laços afetivos entre a mãe e o bebê, em particular, e entre a criança e sua família, de modo geral, nos seis primeiros meses de vida. A intenção é dar às mulheres a oportunidade de ficar em casa com seus filhos por mais tempo e às crianças o direito de desfrutar desse convívio maravilhoso com suas mães. Todos nós sabemos que são os olhares, os sons, os toques e as conversas entre mãe e filho que fazem com que a criança cresça com mais saúde, equilíbrio, confiança e auto-estima.

Os cientistas afirmam que esse forte vínculo afetivo entre a criança e sua família durante a primeira infância é uma poderosa ferramenta na prevenção da violência – mal que está corroendo a nossa sociedade, destroçando famílias, destruindo sonhos, roubando a infância de milhões de crianças brasileiras. Diversas pesquisas científicas vêm apontando para uma clara relação entre a falta de carinho, amor e atenção na primeira infância e o aparecimento de comportamentos violentos na fase adulta. Por esse motivo, os estudiosos têm defendido, com veemência, que precisamos incentivar, no Brasil, a cultura do afeto e do apego. Dar oportunidades para que cada criança brasileira possa conviver em um ambiente familiar tranquilo, seguro e afetivo pode efetivamente nos ajudar na terrível luta contra o crime organizado, o tráfico de drogas, a exploração sexual e a violência de modo geral.

Lamentavelmente, hoje constatamos que no Brasil real, no Brasil das periferias das grandes cidades, das invasões, das

moradias embaixo das pontes, crianças cada vez mais novas acabam sendo levadas para o mundo da criminalidade. Portanto, é urgente a tarefa de mudarmos esse cenário, fazendo cumprir, na prática, o preceito constitucional da prioridade absoluta para a infância e a adolescência. E esse investimento deve começar cedo, insisto. Somente assim vamos conseguir mudar o rumo da nossa história, vamos evitar, por exemplo, que tantos adolescentes acabem tendo um destino trágico em instituições como as Febens.

### *O valor da Educação Infantil*

Além da luta pela ampliação da licença-maternidade, precisamos brigar pela expansão da oferta da Educação Infantil e também pela melhoria da qualidade do ensino nos seis primeiros anos de vida das crianças. É direito inalienável de toda criança freqüentar uma boa creche, uma boa pré-escola, uma boa escola, enfim. E é dever do Estado oferecer o acesso à Educação de qualidade a todos os brasileiros. Vários estudos já mostraram o quanto o investimento em Educação Infantil traz benefícios para o desenvolvimento de uma Nação. Cada real investido nesse nível educacional representa, segundo os especialistas, sete reais de economia nas etapas seguintes. De acordo com o IPEA, cada ano de freqüência à pré-escola significa um aumento de 0,4 ano na escolaridade e uma redução de 0,5% na reprovação.

Por isso, durante as discussões em torno do Fundeb no Congresso Nacional, nós, da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, em parceria com as organizações da sociedade civil na área da educação e da infância, lutamos tanto para incluir as creches nesse fundo que vai financiar todas as etapas da educação básica no Brasil. Conseguimos essa conquista para nossas crianças pequenas, mas a caminhada não terminou com a regulamentação do Fundeb. A batalha por

uma Educação Infantil de qualidade deve ser constante e precisa envolver todos os segmentos da sociedade e o Poder Público em suas três esferas de atuação.

Para mudarmos a perversa face das desigualdades sociais, da pobreza e da violência no Brasil, temos que oferecer às nossas crianças, desde cedo, oportunidades de desenvolver a criatividade, de ouvir e contar histórias, de dividir brincadeiras com

os colegas, de mergulhar no maravilhoso mundo da magia, de ter uma convivência saudável, afetuosa e harmônica com suas famílias. Esse é o caminho que precisamos trilhar, lançando as bases para a construção de uma cultura de paz no nosso País, onde valores como o amor, o respeito e a solidariedade ocupem o lugar da violência, do ódio e da intolerância.

# Crianças: os alicerces do Brasil

Paulo Paim

A busca pelo bem-estar é o que move o desenvolvimento humano. A promoção dessa capacidade está ligada às experiências mais precoces, positivas ou não, do sujeito com sua família e com seu meio. É na primeira infância, na faixa etária de zero a seis anos, que o indivíduo se forja e reage ao ambiente em que vive. É nessa fase da vida que suas condições psíquica, intelectual e comportamental sofrem as mudanças e as adaptações de crescimento que definirão como se dará a sua inserção na sociedade. É quando 80 a 90% da capacidade cerebral está sendo formada.

A família é um espaço privilegiado mediante o qual se dão os processos de socialização primários e humanizadores. A convivência familiar é fator essencial para o desenvolvimento individual da criança. É por meio da família que receberá a influência de valores morais e irá adquirir hábitos. Também é a família o primeiro grupo social do qual a criança fará parte.

O direito fundamental à convivência familiar e comunitária, garantido a todas as crianças e adolescentes por nossa Constituição, demanda iniciativas de diferentes políticas públicas.

A articulação e a integração dessas políticas, aliadas ao fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos, são condições fundamentais para que a família, a comunidade, o Poder Público e a sociedade em geral assegurem a efetivação desses direitos.

Paulo Paim é Senador pelo PT do Rio Grande do Sul e Presidente da Comissão de Direitos Humanos (CDH).

Fazendo uma análise da sociedade moderna, observa-se que uma das mudanças mais significativas é a forma como a família atualmente se encontra organizada e funcionando. Aquela família tradicional, constituída por pai, mãe e filhos, tornou-se uma raridade. Ultimamente existem novos modelos de famílias, são famílias dentro de famílias.

Além disso, essa mesma sociedade tem exigido, por diferentes motivos, que pais e mães assumam posições cada vez mais competitivas no mercado de trabalho. Antigamente as funções exercidas dentro da família eram bem definidas. Hoje, pai e mãe, além de assumirem diferentes papéis, conforme as circunstâncias, saem todos os dias para suas atividades profissionais.

Observa-se que, em muitos casos, crianças e adolescentes acabam ficando aos cuidados de parentes (avós, tios), de estranhos (empregados) ou das chamadas babás eletrônicas, como a TV e a Internet. E grande parte dessas crianças são cuidadas pela “rua”, vendo seus pais somente à noite.

Essa situação acaba gerando uma série de sentimentos conflitantes não só entre pais e filhos, mas, também, entre os próprios pais. E um dos sentimentos mais comuns é o de culpa. É ela que, na maioria das vezes, impede os pais de dizerem não às exigências de seus filhos. É a culpa que faz um pai dar a seu filho tudo o que ele deseja pensando que assim poderá compensar a sua ausência; que faz uma mãe não avaliar corretamente as atitudes de seu filho, pois isso poderá significar que ela não esteve suficientemente presente para corrigi-las. E quando não é a culpa, é o cansaço das mil atividades e os problemas do dia que tornam a função de pai/mãe secundárias.

Muitos pais e mães acabam tornando-se reféns de seus próprios filhos. Com receio de contrariá-los, reforçam atitudes inadequadas e, com isso, prejudicam o seu desenvolvimento intelectual, mental e emocional. Entretanto, é importante compreender que,

apesar de todas as situações aqui expostas, o objetivo não é o de condenar ou julgar.

É apenas uma demonstração de que, ao longo dos anos, gradativamente, a família, por força das circunstâncias já descritas, não tem conseguido cumprir o seu papel de cuidado e de educação inicial de suas crianças. Percebe-se, inclusive, que cada vez mais se tem transferido para a escola a tarefa de cuidar, formar e educar seus filhos.

Entretanto, essa situação não mais se sustenta. É preciso, o mais rápido possível, orientar e apoiar a família, pois o que verdadeiramente importa é que essa família cumpra seu papel de proteção e de cuidado. A escola também é um espaço privilegiado de socialização da criança, mas mais efetivo será se a família for trazida para dentro da mesma. É preciso compartilhar responsabilidades e não transferi-las.

Diante da situação de exclusão em que nossas famílias vivem, especialmente as mais pobres, a educação infantil cumpre, na primeira infância, uma estratégia importante no apoio aos cuidados e na educação. Nesse aspecto o Estado, diante da impossibilidade ou dificuldade da família, deve se fazer presente destinando privilegiadamente recursos públicos para garantir esse atendimento em quantidade e qualidade conforme os parâmetros já aprovados.

É dentro desse espírito de compartilhar que não se pode deixar de citar a iniciativa do Ministério da Educação e Cultura (MEC), que instituiu a data de 24 de abril como o Dia Nacional da Família na Escola. Nesse dia, todas as escolas são estimuladas a convidar os familiares dos alunos para participar de suas atividades educativas. Mesmo entendendo como salutar a iniciativa, há que se destacar que a família tem de ter na escola uma referência positiva, o que está distante de acontecer.

A família deve ser incitada a estar presente em todos os momentos da vida de seus filhos. Presença que implica envolvimento, comprometimento e colaboração.

A família deve ser o espaço indispensável para garantir a sobrevivência e a proteção integral dos filhos e demais membros, independentemente do arranjo familiar ou da forma como vêm se organizando.

Para não tornar essa discussão por demais simplista, é importante entender que, quando se trata de educar, não existem fórmulas ou receitas prontas, assim como não se encontram, em lugar algum, soluções milagrosas para toda essa problemática. Talvez o que esteja tornando toda essa situação ainda mais difícil seja o fato de a sociedade moderna estar vivendo um momento de mudanças extremamente significativas.

Segundo Paulo Freire: “A mudança é uma constatação natural da cultura e da história. O que ocorre é que há etapas, nas culturas, em que as mudanças se dão de maneira acelerada. É o que se verifica hoje. As revoluções tecnológicas encurtam o tempo entre uma e outra mudança”. Em outras palavras, vive-se, em um pequeno intervalo de tempo, um período de grandes transformações, muitas delas difíceis de serem aceitas ou compreendidas. E dentro dessa conjuntura estão a família e a escola.

É preciso compreender que, por exemplo, no momento em que escola e família conseguirem estabelecer um acordo na forma como irão educar suas crianças e adolescentes, muitos dos conflitos hoje observados em sala de aula serão paulatinamente superados.

No entanto, para que isso possa ocorrer, é necessário que a família realmente participe da vida escolar de seus filhos. Pais e mães não devem comparecer ou ser chamados à escola apenas para entrega de avaliações ou quando a situação já estiver fora de controle. O comparecimento e o envolvimento devem ser permanentes e, acima de tudo, construtivos para que a criança e o adolescente possam se sentir amparados, acolhidos e amados. E, do mesmo modo, deve-se lutar para que pais e escola estejam em completa sintonia em

suas atitudes já que seus objetivos são os mesmos.

Os direitos humanos de crianças e adolescentes estabelecidos nas Declarações, Tratados, Acordos e Convenções internacionais dos quais o Brasil é signatário já nos seriam suficientes em termos legais, mas, a legislação brasileira, atenta a esse cenário, adaptou-se ao novo momento através de embasamentos legais no que diz respeito à Infância. São eles:

1º - Constituição Federal de 1988, que institui os direitos sociais do cidadão, entre eles a proteção à maternidade e à infância;

2º - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instituído em 1990 pela Lei Federal 8.069, que dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente;

3º - Lei Federal 8.080 de 1990, que traz como princípios e diretrizes do SUS: a universalidade e a integralidade nos serviços de saúde;

4º - Lei Federal 9.394 de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

5º - Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que objetiva cumprir o disposto no artigo 227 da Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente. (É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação...)

É dever de toda a sociedade e dos governos Federal, Estaduais e Municipais assegurar à criança e ao adolescente o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, assim como colocá-los a salvo de toda forma de discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Há 17 anos, foi instituído o ECA no Brasil. O Estatuto substituiu a primeira legislação para a infância e a adolescência criada em 1927, que se preocupava com as crianças e os adolescentes apenas quando eram abandonados ou quando cometiam

infrações. Também entrou no lugar da Constituição de 1964, que criou a Política Nacional do Bem-Estar do Menor, em que foram instituídas a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabens) e a Fundação do Bem-Estar do Menor (Febens).

Com o pressuposto de que crianças e adolescentes deveriam ser prioridade absoluta, sobretudo em relação à elaboração e à implementação de políticas públicas em todo território nacional, o ECA estabeleceu diretrizes para o atendimento dos direitos como: criação de conselhos municipais, estaduais e nacional; criação e manutenção de programas específicos; manutenção de fundos vinculados aos respectivos conselhos; integração operacional de órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Segurança Pública e Assistência Social; entre outros.

“Estar na lei não significa dizer que está na realidade. O processo é lento e complexo. Mas não adianta ser solidário, é preciso se mobilizar e passar a atuar fortemente” (Dom Odilo Pedro Scherer – Secretário-Geral da CNBB). Geralmente os brasileiros são solidários. Mas é uma solidariedade inoperante, na qual a pessoa sente o problema, chora e fala sobre ele, mas não toma uma atitude, não procura agir para melhorar ou mudar a situação.

Devemos transformar isso em uma conduta operante, passar a fazer algo. Apesar de a responsabilidade ser do Estado, não podemos deixar de agir, “omissão é crime”. Temos o mais recente documento “O Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária”, resultado de um processo participativo envolvendo representantes de todas as esferas de governo, da sociedade civil organizada e de organismos internacionais.

Esse Plano constitui um marco nas políticas públicas no Brasil, pois rompe com a cultura da institucionalização de crianças e adolescentes e fortalece o paradigma da proteção integral e da preservação dos

vínculos familiares e comunitários preconizados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

O Plano oferece instrumentos para a mobilização nacional e suas diretrizes se transformarão em ações concretas e articuladas de responsabilidade do Estado e dos diversos atores sociais que assumem o compromisso pela promoção, proteção e defesa do direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária.

O Congresso Nacional tem feito inúmeras iniciativas para a proteção da infância e da adolescência. Apresentei o PLS 298 de 2003, já aprovado no Senado Federal e enviado à Câmara dos Deputados para ser votado. A proposta tem como objetivo assegurar assistência gratuita e atendimento educacional aos filhos e dependentes dos trabalhadores rurais e urbanos, de zero a seis anos, em creches e pré-escolas. O projeto estabelece também a obrigação de atendimento educacional a todas as empresas com mais de 60 empregados.

Estudos já comprovaram: em empresas que oferecem creches e pré-escolas, os empregados trabalham com muito mais tranquilidade e, conseqüentemente, a produtividade aumenta por saberem que seus filhos estão seguros, recebendo atendimento e educação adequada.

A senadora Patrícia Saboya, que coordena a Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, apresentou o Projeto de Lei 281 de 2005 que se encontra na Comissão de Direitos Humanos (CDH) e do qual sou Relator. O projeto amplia a licença-maternidade de quatro para seis meses, como recomenda a Organização Mundial da Saúde (OMS), Proposta que foi idealizada pela Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) e pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

A idéia é criar o Programa Empresa Cidadã, que prevê incentivos fiscais aos empregadores que concederem Licença-Maternidade de seis meses a suas funcionárias. A extensão da Licença-Maternidade é

importante também porque é nesse período que o vínculo afetivo entre a mãe e o bebê é construído e reforçado.

Outra matéria de grande relevância foi da ex-senadora Heloisa Helena, que apresentou em 2000 a proposta de Emenda Constitucional (PEC) 40, que prevê a obrigatoriedade e a gratuidade da educação infantil para crianças de zero a seis anos de idade na área pública. A educação infantil tem de ser tratada com prioridade.

Também não podemos deixar de registrar e aplaudir o trabalho da Pastoral da Criança, uma Organização não-governamental vinculada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que nasceu no ano de 1983 na Cidade de Florestópolis (PR).

A Pastoral da Criança é ecumênica e não faz nenhum tipo de discriminação de cor, raça, credo religioso ou opção política. Seus líderes e as famílias acompanhadas pertencem a distintas Igrejas e denominações cristãs, todas com a mesma missão: acolher e servir aqueles que necessitarem. Já são 1,5 milhão de crianças atendidas em 3.277 dos 5.507 municípios brasileiros. Ao todo são 32 mil comunidades espalhadas por todos os estados e um exército de 145 mil voluntários.

Desses, mais de 90% são mulheres, em sua maioria vivendo nas próprias comunidades acompanhadas pela Pastoral. A metodologia da Pastoral da Criança está presente em outros 16 países da América Latina, África e Ásia. O objetivo é o desenvolvimento integral das crianças, promovendo, em função delas, também suas famílias e comunidades. São finalidades:

- Sobrevivência e desenvolvimento integral da criança, por meio de ações básicas de saúde, nutrição, educação e comunicação, sobretudo nos bolsões de miséria;

- Formação humana e cristã das famílias e líderes comunitários, agentes voluntários da Pastoral da Criança e apoio especial às pessoas da terceira idade que participam de suas atividades;

- Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente; redução da violência familiar e comunitária;

- Geração de renda para auto-sustentação das famílias acompanhadas; ajuda mútua entre elas; capacitação da mulher em economia doméstica e nos cuidados com a criança, com a família e consigo mesma;

- Alfabetização de jovens e adultos que participam da Pastoral da Criança;

- Documentação e informação sobre a situação da criança e da família no Brasil;

- Pesquisa nas áreas de referência programática. Existem diversos programas, os voluntários podem se distribuir por áreas. Assim, há jornalistas e publicitários na Rede de Comunicadores Solidários à Criança; professores nos cursos de alfabetização de jovens e adultos; dentistas na área de saúde bucal e outros profissionais que oferecem seu trabalho. Também temos pessoas que ajudam cuidando das crianças no dia da pesagem, preparando cartazes para as reuniões ou tocando música durante os encontros.

Um projeto de grande relevância é o "Axé", criado no ano de 1990, na Bahia. O "Axé" foi pensado como um espaço educativo para os filhos e as filhas da exclusão, sobretudo aqueles já em condição existencial de rua. Por isso, o Axé, através da figura do educador de rua, estimula permanentemente os jovens a construírem um projeto de vida novo e renovador. Esses passam a se reconhecer, não apenas como Sujeitos de Direito, mas também Sujeitos de Desejo. Os jovens do Axé têm acesso às várias linguagens artísticas com uma dupla finalidade: educativa e profissionalizante. A arte é um direito fundamental de cada ser humano e que assume um papel especial na vida de jovens que procuram realizar o ideal harmonioso do Projeto Axé: ter na Ética, Estética, Arte e Educação os pilares de um novo projeto de vida.

Em 17 anos de existência, passaram pelo Axé cerca de 13.700 crianças e adolescentes. Atualmente o projeto assiste 1.547 crianças

e jovens dos cinco aos 21 anos de idade, desses aproximadamente 40% são meninas. Através do processo educativo e artístico, o Axé luta para tirar tantas jovens vidas do abuso sexual e do trabalho.

Outro projeto que tive o prazer de conhecer de perto é o da ONG Fundação Nosso Lar, existente desde 1996 em Foz do Iguaçu (PR), em parceria com o Poder Público Municipal. Sua proposta é atender crianças e adolescentes que não tiveram ou que perderam a oportunidade de viver em família, oferecendo um lar provisório (casa Lar) e proporcionando às crianças segurança material e afetiva, num tempo curto. Ao mesmo tempo, trabalha no sentido de reintegrar essa criança ou adolescente à família de origem e, quando não é possível, encaminha para programas de Guarda Subsidiada ou família acolhedora a fim de fazer valer o direito à convivência familiar e comunitária, principalmente àqueles que perderam oportunidade.

A convivência da criança numa casa-lar com outras crianças e adolescentes, os pais sociais, os vizinhos, em comunhão direta com a comunidade é de extrema importância para seu crescimento pessoal, para sua saúde física e psicológica.

A casa-lar é entendida como acolhimento de crianças e adolescentes em situação de risco social e pessoal, que estejam afastadas de seus familiares por motivos diversos, violência doméstica, abandono, negligência, exploração sexual comercial infanto-juvenil, tráfico de seres humanos para fins de exploração sexual etc.

São tantos projetos sociais que surgem nas mais diversas cidades de nosso país, iniciativas de pessoas praticamente anônimas e que, muitas vezes, acabam passando despercebidas pela mídia e meios de comunicação social porque nem sempre o tema dá ibope.

Há um contingente de pessoas que, por vários motivos, estão na rua. O morador de rua não é uma pessoa só, um só perfil, mas uma população heterogênea que precisa ser

cada vez mais conhecida para entendermos melhor quem são. O IBGE não faz o censo da população de rua ao realizar o censo de toda população brasileira. Apenas quem tem domicílio é registrado.

O importante é saber quem é a pessoa que está vivendo em situação de rua e quais as diferentes respostas que precisam ser dadas para as mulheres, para as crianças, para os idosos, para as pessoas com doenças graves e crônicas. Em termos sociais, a população que está na rua é composta por cidadãos. Não podemos descaracterizá-los dessa condição de cidadania.

Como parlamentar e homem público, sempre me preocupou essa falha em nossas políticas públicas sociais. Afinal, onde o Estado não está presente, entram outras forças para assumir esse papel, como a rede do tráfico, que detém em seu poder crianças, adolescentes e famílias inteiras, “cuidando” desses que são “abandonados” à sua própria sorte. Desde que se construiu o primeiro palanque no Brasil, muitos discursos já foram feitos em “favor da educação”, mas muito pouco de concreto e objetivo foi realizado.

Mais de 60 milhões de crianças e adolescentes vivem hoje no Brasil. Infelizmente, porém, boa parte dessa população ainda está longe de ter seus direitos básicos respeitados no dia-a-dia. Isso em um país onde a criança e o adolescente são prioridades absolutas para toda a sociedade.

De acordo com estudos realizados pelo Unicef, nada menos do que 45% dos meninos e meninas brasileiros são pobres. Se a questão da pobreza e da exclusão social for analisada a partir do critério de etnia, a situação é ainda mais preocupante. Crianças negras ou indígenas são mais pobres (71% e 58%, respectivamente) que as brancas e asiáticas (33% e 24%).

Assim como diversos especialistas da área social, defendo a unificação das políticas públicas como estratégia para aprimorar o combate à pobreza e às desigualdades.

Não tenho dúvidas de que já passou da hora de o Brasil encarar os desafios e integrar as várias ações do setor social para que, dessa forma, possa enfrentar o problema da fome, da pobreza e da miséria sem desperdício de iniciativas e de dinheiro público.

Estamos diante de uma enorme e desafiadora dívida. Talvez a maior e mais difícil de saldar: a dívida social. Apesar de algumas relevantes conquistas obtidas na área social, sobretudo no que diz respeito à educação, a distribuição de renda entre 1991 e 2000 piorou em dois terços dos municípios brasileiros.

A desigualdade social foi a característica mais marcante em nosso país no século XX. Em cem anos, de acordo com o IBGE, a riqueza total do país cresceu quase 12 vezes, mas a distribuição de renda piorou muito na segunda metade do século, condição que coloca o nosso país no triste time das nações mais desiguais do planeta.

Esses acontecimentos têm como consequência uma população de jovens hoje vulneráveis, principalmente na classe de baixa renda, pois a exclusão social os torna cada vez mais supérfluos e incapazes de ter uma vida digna. Muitos jovens de baixa renda crescem em famílias desorganizadas, enfraquecidas e, por que não, abandonadas devido a uma série de consequências causadas pela falta de dinheiro, além de um fator que agrava essa situação: a violência.

Podemos perceber que o ódio que faz com que uma pessoa se torne violenta sempre tem razões anteriores. Ao vermos depoimentos de pessoas envolvidas com violência, notamos que as mesmas passaram por situações em que o pai era ausente ou, se presente, espancava a mãe; a miséria fazia com que os pais vendessem drogas por um prato de comida; pais entregavam filhos para adoção ou até mesmo os abandonavam ao invés de tentar reverter a situação. Em alguns casos, as pessoas hoje violentas foram vítimas de abuso sexual quando mais jovens e essa série de situações trazem ira e

desejo de vingança não só dos malfeitores, mas também das autoridades que sabem de todos esses possíveis acontecimentos e não tomam posição.

Hoje traficantes têm tomado o poder de algumas grandes cidades brasileiras e prejudicado cidadãos de bem com o intuito de atingir as autoridades. A cada dia que passa, pessoas são mortas, espancadas e abusadas para que alguém excluído do mundo mostre que alguma coisa ele sabe fazer, mesmo que isso seja ruim.

É preciso que pessoas de alto escalão projetem uma vida mais digna e com oportunidades de conhecimento para pessoas com baixa renda para que elas possam trabalhar e sustentar seus lares, entre outros. A pobreza e a desigualdade afetam de forma ainda mais avassaladora as crianças e os adolescentes. Segundo o relatório "Situação da Infância e Adolescência em Dados sobre Equidade e Iniquidade no Brasil", produzido pelo Unicef (1999), 45% das pessoas na faixa etária entre zero e 17 anos são pobres.

Não podemos mais conviver com essa realidade. Precisamos, de uma vez por todas, priorizar o desenvolvimento social, sem, é claro, descartar o desenvolvimento econômico.

Não podemos deixar de comentar sobre a redução da maioridade penal, pois, sempre que ocorre algum crime bárbaro envolvendo adolescentes infratores, esse debate volta à tona. Gostaria de dizer, em primeiro lugar, que sou absolutamente solidário à dor e ao sofrimento das famílias que já passaram por situações de violência envolvendo algum adolescente.

No entanto, nós, formuladores de políticas públicas, sabemos que não devemos tomar decisões sob o impacto da emoção e da irracionalidade. A redução da maioridade penal não é uma solução mágica no combate da violência. Não será mudando a idade de 18 para 16 anos que vamos pôr fim à participação de crianças e adolescentes na criminalidade. Precisamos urgentemente

não só endurecer as penas para os adultos que usam esses meninos e meninas, mas também garantir que sejam punidos, porque é a certeza da impunidade que leva ao cometimento de crimes.

Quem está em situação irregular não é a criança ou o adolescente, mas o Estado, que não cumpre suas políticas sociais básicas; a família, que não tem orientação e apoio e que acaba abandonando a criança; os pais que descumprem os deveres do poder familiar; a sociedade, que não exige do Poder Público a execução de políticas públicas sociais dirigidas à criança e ao adolescente.

Devemos lembrar que metade da população é composta de crianças e adolescentes, os quais, contudo, são autores de apenas 10% dos crimes praticados. Ou seja, para cada adolescente que comete um ato infracional, existem dez adultos por trás. Então, punir um adolescente resolve apenas uma parte do problema, mas esconde o resto.

A proposta de redução busca encobrir as falhas dos Poderes, das Instituições, da família e da sociedade e, de outro lado, revela a falta de coragem de muitos em enfrentar o problema na sua raiz, cumprindo ou compelindo os faltosos a exercer seus deveres, o que é lamentável, pois preferem atingir os mais fracos, crianças e adolescentes, que muitas vezes não têm ninguém para socorrê-los, não têm sequer o auxílio da família.

A responsabilização prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente, através das medidas sócio-educativas, especialmente agora com a aprovação do Sinase (Sistema Nacional de Atendimento Sócio-educativo) aprovado pelo Conanda, deve ser efetivada. Primeiro para que possamos, diante dessa efetivação, avaliar alguma proposta de mudança.

É importante ainda abordar outro tema que tem sido motivo de grande preocupação para todos nós, o trabalho infantil. Imaginemos a seguinte cena: *Uma criança brincando no tapete da sala de repente se depara*

*com o jornal que o pai deixou jogado ao chão. Ela olha atentamente para uma fotografia e não consegue desviar seus olhos. A mãe, ao perceber que a criança está muito quieta, vai até a sala e vê seu filho olhando com muita atenção para uma fotografia de crianças trabalhando em uma mina, completamente sujas, carregando baldes com pedras. A mãe fica preocupada pensando em como vai falar com a criança sobre o que aquilo significa. Mas as palavras da criança demonstram que não há como explicar o inexplicável. Seu filho diz: "Viu mamãe, eu também queria brincar na rua, é muito mais legal, a gente se suja pra valer. Brincar em casa não tem graça".*

A cena nos lembra que o trabalho infantil é uma coisa inaceitável, absurda. Nem passa pela cabeça de uma criança que outros seres do seu tamanho saiam para trabalhar, como seus pais fazem. Ela só consegue entender que aqueles outros pequenos estão brincando. Em que momento o trabalho infantil passou a ser algo natural para os adultos, eu juro que não sei. Só sei que é vergonhoso.

O trabalho infantil é caracterizado como uma atividade ou estratégia de sobrevivência, remunerada ou não, realizada por meninos e meninas que não atingiram a idade mínima estabelecida pela legislação nacional vigente para se incorporar a um emprego.

O "sustento conseguido" ou o "benefício" do serviço pode servir para si mesmo ou contribuir para manutenção do seu grupo familiar ou para apropriação de terceiros exploradores.

A partir de uma iniciativa da Organização Internacional do Trabalho, desde 2002 registramos o dia 12 de junho como o Dia Mundial contra o Trabalho Infantil. É lógico que melhor seria não termos registro de trabalho infantil em nosso país ou no mundo.

O tema a cada ano é diferente. Em 2007 focou-se a eliminação do trabalho infantil na agricultura. Em todo o mundo, a agricultura é o ramo em que encontramos a maior

parte de crianças trabalhadoras, em média 70%. Mais de 150 milhões de jovens, menores de 18 anos, trabalham na produção agrícola e pecuária. O trabalho infantil traz sérios prejuízos à saúde física e psíquica desses meninos e meninas. Suas origens remontam à colonização portuguesa e à implantação do regime escravocrata.

Crianças indígenas e negras foram as primeiras a sofrer os rigores do trabalho infantil em um país que, de início, estabeleceu uma estrutura de produção e distribuição de riqueza com base na desigualdade social.

O processo de industrialização e o fato de o Brasil ter-se transformado em uma economia capitalista manteve essas estruturas, obrigando o ingresso de grandes contingentes de crianças no sistema produtivo ao longo do século XX.

Atualmente, segundo dados do IBGE, 2,9 milhões de crianças e adolescentes entre cinco e 15 anos estão em situação de trabalho no Brasil. Depois de 14 anos de queda, pela primeira vez, entre 2004 e 2005 houve um aumento de 5,7% no número de crianças trabalhando, ou seja, 156.591 a mais, na faixa etária considerada.

De acordo com uma publicação do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), o crescimento no número de trabalhadores infantis entre 2004 e 2005 se deve ao aumento no trabalho para o próprio consumo e atividades não-remuneradas, ambas geralmente agrícolas. Para o IBGE, a crise na agricultura, principalmente na região sul, pode ser uma das causas para esse aumento. Ser criança é viver um tempo de brincar e aprender, de estudo e lazer.

O Comitê dos Direitos da Criança das Nações Unidas assinala que permanece preocupado com as disparidades ao acesso escolar, frequência regular e com crianças que repetem o ano escolar ou que permanecem nas escolas pelo país. Essas diferenças afetam principalmente as crianças pobres, as mestiças, as afro-descendentes e aquelas que vivem em áreas remotas. Todos nós sa-

bemos da urgência de enfrentarmos o trabalho infantil. Diversos setores do Governo; a Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente; organismos internacionais; representantes de entidades empresariais e de trabalhadores; setores religiosos; organizações da sociedade civil estão juntos nessa luta.

O nosso país é o único no mundo a adotar um Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, o PETI. Esse Programa quer retirar crianças e adolescentes do trabalho perigoso, penoso, insalubre e degradante. Emprego não é para criança. Não é justo submeter alguém que está iniciando a vida, que está formando sua personalidade a esse horror sem tamanho.

Os Governos são considerados os principais responsáveis na garantia de que os direitos sejam assegurados. Mas a responsabilidade não é só dos Governos. Ela envolve também a família, a comunidade, instituições parceiras, políticas e programas nacionais e o ambiente de política macroeconômica. Nós todos somos responsáveis. Vamos deixar que nossas crianças sejam crianças.

Ainda é preciso promover ajustes na política social, melhorando os mecanismos de controle, acompanhamento e avaliação das ações para que, assim, seja possível atender quem realmente necessita dos benefícios. Mas, para que isso de fato aconteça, a sociedade inteira precisa se envolver na tarefa de cobrar do governo federal, dos Estados e dos municípios – e também do Parlamento – o cumprimento das ações que visam estimular o desenvolvimento social do país.

O Brasil, desde a Abolição da Escravidão e a Proclamação da República, passou por diferentes representações no cenário das relações internacionais. Hoje está entre os chamados de economia emergente.

Devemos lutar juntos para que todas as crianças e adolescentes do Brasil tenham acesso a boas escolas, serviços de saúde de qualidade, moradia digna, saneamento bá-

sico, cultura, lazer e esporte e, fundamentalmente, tenham uma família que as cuide e as proteja. Essa deve ser a principal missão de toda a sociedade e dos governantes.

Tenho a ousadia de terminar com uma poesia de janeiro de 2001, que publiquei no livro 'Cumplicidade', de minha autoria.

### *Menino de Rua*

*Já fui um menino que brincava, jogava bola,  
pescava no rio, ia cedo para casa.  
Uma casa simples.  
Meu pai trabalhador, um homem firme e forte.  
Minha mãe sensível e lutadora.  
Eu sempre tive um lar...  
Hoje quando atravesso as avenidas da Capital,  
paro no sinal e observo quantos meninos deveriam estar jogando bola  
e indo para a escola,  
mas estão na rua, pedindo, as vezes roubando,  
a maioria deles nunca teve um lar.  
A sociedade condena, discute,  
leis são modificadas, instituições ampliadas, muros levantados.  
O que fazer? De onde vem a violência?  
Homem, a violência é fruto de ti mesmo.  
É fruto da tua sociedade egoísta, que desagrega,  
que discrimina, sonega, não educa, não emprega.  
A violência é fruto do berço que faltou,  
da inocência perdida em busca de um pedaço de pão.  
É fruto da inexistência da família, da brincadeira, do jogo de bola.  
O pai perdeu o sentido da vida,  
a mãe não tem carinho para dar,  
a criança cresce sem lar.  
Homem, abre os olhos enquanto é tempo.  
Busca teus valores perdidos.  
Governa para o povo  
para que amanhã as crianças possam voltar a brincar,  
os adultos a sonhar e os velhos descansar*

# Saúde e Educação, antes ou a partir do nascimento?

Laurista Correa Filho

## Sumário

O casal grávido e a crise existencial da gestação. O bebê e a formação da individualidade. O parto é um acontecimento psicossomático. O poder das primeiras relações – a formação do vínculo e do apego como relações duradouras e securitizantes. Uma rede de apoio e um ambiente protetor favorecem as interações no pós-parto. O pai, a mãe e o recém-nascido precisam de cuidados e proteção. Interações e desenvolvimento do cérebro. A rede cerebral depende decisivamente dos estímulos ambientais. O profissional da primeira infância. O educador pré e perinatal. O educador na creche. Abordagem multidisciplinar e alianças preventivas.

Num momento onde nossa própria integridade e segurança física e psicológica é freqüentemente ameaçada, nos juntamos àqueles que vêm numa atenção adequada ao início da vida um dos caminhos para a mudança tão desejada no que se refere à qualidade de vida de nossas crianças, nossa família, nossa sociedade. Começar do começo, da concepção do bebê, do preparo consciente da parentalidade (maternalidade e paternalidade) pode fazer a diferença.

### *O casal grávido e a crise existencial da gestação*

Uma vida nasce no ventre de uma mulher. Em 25 semanas, essa célula microscópica cresce e se torna um feto que pesa cerca de 500 gramas e que já tem 100 bilhões de

Laurista Corrêa Filho é Pediatra, neonatologista, especialista em saúde da mulher e da criança “Sorbonne – Paris V, Assistente Estrangeiro pelo Hospital Cochin-Port Royal”, Paris, França.

células cerebrais. Nas semanas seguintes vai crescer ainda cerca de sete vezes – nunca mais o ser humano vai crescer tanto em tão pouco tempo, ou seja, cerca de 50 cm em nove meses.

Tão espetacular como a evolução física na constituição de um bebê é a revolução psicológica que ele causa na mãe, no pai e na família. Revolução tão completa que pode assemelhar-se a um estado psicológico transitório, uma organização psíquica especial.

O nascimento de um bebê conduz a outro nascimento: o de uma mãe, na mulher, e o de um pai, no homem. A maternidade e a paternidade são uma conquista psicológica para a qual homem e mulher podem se habilitar. Não se nasce sabendo ser pai e mãe, mas pode-se aprender e se preparar para a passagem de filha ou filho para mãe ou pai de seu filho.

A gravidez provoca também renegociação na organização familiar: ao abrir espaço para uma nova pessoa na família, o lugar de cada um será levemente modificado e, conforme a história pessoal de uns e de outros, cada um se sentirá mais ou menos profundamente tocado e recolocado em questão.

Cada gravidez precisa ser tratada no contexto de sua história, pois a chegada de todo bebê ao mundo é precedida por um banho de linguagem, isto é, de uma história no seio da qual sua existência começou e se inscreve.

“Como ele foi concebido? Em que contexto? Ele foi planejado? Ardentemente desejado? Longamente esperado? Ou, ao contrário, chegou sem ser ‘programado’? Foi uma surpresa divina ou uma amarga decepção? Uma fonte de angústia? De euforia? Seja qual for a configuração, essa origem marcará a criança e fará parte de sua história” (Szejer, 1997). Essa origem está inscrita no inconsciente parental como uma verdade concernente a essa criança.

O turbilhão emocional da gravidez, entretanto, pode ser aliviado pelas palavras.

Uma escuta atenta sobre como a gestante e seu companheiro se expressam evidenciou que, pelo menos até que ela comece a sentir os movimentos fetais, a gestante fala mais dela do que do bebê, da falta de competência para ser pai e mãe. Tudo isso não pode ser banalizado e devem ser considerados como sintomas nem sempre conscientes, sinais carregados de sentidos num contexto individualizado da história de cada gravidez.

O pai também sofre alterações na sua estrutura psíquica. Vários estudos têm mostrado que ocorrem modificações no funcionamento psíquico do pai geradas pela necessidade de assumir novas funções e papéis (Tris, 1987). O suporte emocional que o pai dá à grávida contribui para aceitação da gravidez e do bebê, para vivências mais positivas do momento do parto e disposição para o aleitamento materno.

As realidades psíquicas do pai, da mãe e do feto se entrelaçam antes da concepção, pois o casal grávido lida com três bebês: o bebê imaginado ou fantasmático – aquele desejado individualmente pelo pai e pela mãe desde a sua infância; o bebê imaginário – o que o pai e a mãe desejam desta gravidez; o bebê real – aquele que ao nascer mostra suas peculiaridades e especificidades.

### *O bebê e a formação da individualidade*

A vida começa no útero. A partir dos anos 60, há evidências acumuladas de que o feto e o recém-nascido pré-termo, também chamado prematuro, se comportam como seres interativos e competentes: ouvem, vêem, se movem, sentem dor, têm expressão própria e afetada pelas interações. Estudos recentes sobre a atividade fetal e o comportamento do recém-nascido indicam a existência de uma continuidade transnatal. Por exemplo, num estudo de De Casper, Fifer e Spence, um bebê de dois dias tem preferência por vozes a qualquer outro

ruído; por vozes femininas. Afinal, um bebê de termo já nasce com cerca de 280 dias de experiências intra-uterina, o que contribui para as diferenças individuais entre os recém-nascidos.

O feto já apresenta todo o repertório de movimentos do recém-nascido. Entre 16-20 semanas as mães percebem pela primeira vez os movimentos fetais que já existem desde a sétima semana e que podem ser afetados pelo álcool, fumo, sedativos, atitudes e emoções da mãe.

Por poderem ser estudados através de métodos não evasivos (ultra-som, dopler, fluxometria) e por terem importantes papéis na formulação de diagnósticos médicos, os movimentos fetais, têm sido objeto de particular atenção. Todos os estados de consciência observáveis no recém-nascido já aparecem no feto. De acordo com estudos de Brazelton (1992), no último trimestre de gravidez a mulher é capaz de saber quando seu filho está em sono profundo; sono leve; vigília ativa ou alerta, mas quieto. Com poucos dias de atenção consciente ao fenômeno, ela pode observar que ele se “adapta” ao ritmo da mãe – por exemplo, os períodos de maior movimento fetal coincidem com os momentos de inatividade dela.

Os sistemas sensoriais já se encontram em funcionamento na vida fetal. No último trimestre da gestação o feto responde com regularidade a estímulos visuais, auditivos ou a uma combinação de sensações: distingue um som do outro, memoriza os sons escutados com frequência ou em momentos particulares. As respostas diferenciadas do feto aos estímulos externos podem ser percebidas como sinais pela mãe e, se esses sinais coincidem com as respostas maternas, podem representar o início da sincronia entre mãe e filho.

Esse processo de aprendizagem entre pais e bebê leva a um processo de personificar, de individualizar “o seu bebê”, o que vai proporcionar aos pais a coragem de enfrentar o parto como o momento do

encontro visual com o bebê imaginário, que no nascimento se torna o bebê real.

### *O parto é um acontecimento psicossomático*

No parto, mãe e bebê precisam de apoio emocional. O parto não é só um processo fisiológico de expulsão do bebê, assim como o nascimento não é só a mudança do bebê do ambiente aquático para o aéreo. Ambos, mãe e bebê, estão envolvidos numa seqüência irreversível de acontecimentos que mobilizam a energia emocional de cada um.

### *O poder das primeiras relações – a formação do vínculo e do apego como relações duradouras e securitizantes*

As primeiras relações influenciam a qualidade do funcionamento psíquico definitivo de uma pessoa. Segundo Klaus, Kennel & Klaus (2000), “um apego pode ser considerado como um relacionamento único entre duas pessoas, sendo este apego específico e duradouro ao longo do tempo”. O trecho refere-se aos laços afetivos dos pais com seu bebê (alguns estudiosos usam o termo vínculo para se referir aos laços afetivos do bebê para com seus pais).

A palavra da mãe, do pai ou do cuidador nos primeiros meses de vida é, para o bebê, um elemento estruturante muito forte no seu funcionamento psíquico. Mas como o bebê é também corporal, o “olho no olho”, carícias, toques, beijos, abraços são condutas que mantêm o contato e reforçam o apego. Quanto menor a criança, mais um ser psicossomático ela é, afirma Julien Cohen-Solal (1999).

A oportunidade dada aos pais de estarem juntos com o bebê na primeira hora e sua permanência no hospital, com o suporte técnico e afetivo de um cuidador, cria um ambiente propício à formação do apego e do vínculo e reforça o poder do contato inicial.

*Uma rede de apoio e um ambiente protetor favorecem as interações no pós-parto*

Os efeitos significativos das primeiras horas e dias são explicados em parte pelas observações feitas por Winnicott (1996), que descreveu um especial estado mental da mãe no período perinatal envolvendo uma sensibilidade muito aumentada e com foco sobre as necessidades de seu bebê. Ele mostrou que esse estado de “preocupação materna primária” inicia-se próximo ao final da gravidez e continua por umas poucas semanas após o nascimento do bebê.

A mãe precisa de apoio afetivo e ambiente protetor para desenvolver e manter esse estado. Esta preocupação especial e a atitude de abertura da mãe para com seu bebê são fatores-chave no processo de criação do vínculo. Se ela sentir as necessidades do bebê e responder a essas necessidades de um modo sensível e oportuno, mãe e bebê estabelecerão um padrão de interações sincronizadas e mutuamente compensadoras.

“É nossa hipótese que, na medida em que o par mãe-bebê continue esse padrão de dança dia após dia, o bebê tenderá a desenvolver um apego seguro, com habilidades reforçadas por outras pessoas conhecidas que venham a cuidar dele, e o desejo de explorar e dominar o ambiente quando estas pessoas estão presentes. Em certo sentido, a criança torna-se um otimista ao invés de um pessimista. As características de um apego seguro, se presentes com um ano de idade, geralmente persistem ao longo da infância e da vida adulta” (Brazelton, 1992).

*O pai, a mãe e o recém-nascido precisam de cuidados e proteção*

Uma rede de apoio e um ambiente protetor vão auxiliar a superar e até evitar

situações que podem interferir na interação: a depressão materna pós-parto, que atinge de 10 a 15% das mães, pode prejudicar a auto-estima da mãe e a atividade cerebral dos bebês, ocasionando atrasos cognitivos posteriores ou sintomas emocionais.

“Dawson e seus colegas examinaram o impacto da depressão materna nos sistemas biológicos envolvidos no desenvolvimento emocional, especialmente o córtex frontal. Descobriram que cerca de 40% de bebês com mães deprimidas demonstraram atividade cerebral reduzida. Os pesquisadores prestaram especial atenção à região frontal esquerda – a parte do cérebro associada a emoções exteriormente dirigidas (como alegria, tristeza, raiva). Nove entre 10 bebês, que demonstraram altos níveis de atividade frontal esquerda, tinham mães não deprimidas. Por outro lado, 21 dos 28 que mostraram baixos níveis dessa atividade tinham mães deprimidas.” (Rima Shore, 2000).

Essa pesquisa evidencia a necessidade de se apoiar a mãe desde o período pré-natal, acompanhando também seu psiquismo. Os pais e outros membros da família também precisam de suporte, já que um pai não-deprimido e uma relação forte entre o casal têm demonstrado moderar o impacto adverso de depressão materna nas crianças. Há evidências de que, quando a depressão das mães é tratada e acaba por volta dos seis meses, a atividade cerebral dos seus bebês pode voltar ao normal.

Para que o adulto saiba evocar respostas interativas do bebê, é necessário que conheça os seus estados de consciência, considere as diferenças individuais e respeite os princípios da interação. Os estados de consciência são seis: sono profundo, sono ativo ou leve, sonolência, alerta acordado, alerta irrequieto, choro. O estado de consciência parece ser um sistema regulatório básico. Uma das primeiras tarefas dos pais ou do cuidador é aprender a conhecer e antever os estados de consciência. O estado de interação é o estado de alerta.

Winnicott afirma que uma mãe suficientemente boa é aquela que auxilia o recém-nascido a organizar seus estados de consciência. E há indícios de que o controle desses estados pelo recém-nascido é um indicador do seu desempenho social e cognitivo aos 18 meses (Lester et al, 1984).

É importante considerar as diferenças individuais para a primeira relação entre pais e filhos. Felizmente, a energia psicológica acumulada durante a gravidez potencializa a capacidade materna de entender um bebê e de interagir com ele. Quanto mais os pais e as mães são levados a valer-se dessa poderosa energia psicológica para reconhecer as reações e os pontos fortes característicos de seus bebês, tanto mais forte é a primeira relação que se estabelece entre eles.

#### *Interações e desenvolvimento do cérebro*

O estudo da natureza primordial das primeiras relações pais-bebê está hoje na base de outra vertente de descobertas das ciências – as contribuições das neurociências sobre as formas de desenvolvimento do cérebro. De um lado, foram anunciadas as descobertas-chave da pesquisa cerebral recente e a importância desse desenvolvimento nos três primeiros anos de vida. Por outro lado, as pesquisas revelam que o sentimento do que acontece alavanca o crescimento do cérebro.

A Doutora Iole da Cunha (2000; grifos da autora), pediatra gaúcha, explica, a seguir, detalhadamente como isto acontece:

“Se o DNA humano carrega a memória genética do futuro ser, determinando-lhe a forma física, seu formato psíquico vai depender dos estímulos, adequados ou não, a que o bebê vai ser submetido desde a vida intra-uterina. O que se sabe hoje, e isto é novidade, é que neste material genético, que aparece desde a concepção, já tem uma determinação muito importante: é que o cérebro do

bebê só será capaz de se organizar de modo a gerar uma mente humana se os estímulos corresponderem ao que se chama de FMI (formação motivacional intrínseca), que sugere que o cérebro do bebê necessita, pelo menos a partir do nascimento (sobre o antes ainda não há trabalhos, só teorias), desenvolver-se na comunicação com outro ser humano (cuidador), que o humanizará. *Self-non-self, comunicação empática e intersubjetiva que permitirá que ele se sinta seguro, ou homeostático. Na situação de homeostasia a sensação é de um estado físico e psicológico isento de tensões que vai permitir a reorganização das redes neuronais (fixação das sinapses) e registro de memórias que formarão as representações que depois formarão os pensamentos e os comportamentos.*”

Este bebê é um bebê humano e, como recém-nascido, é dos mais desamparados da espécie animal porque, sem um cuidador, não sobreviverá fisicamente e, sem um cuidador adequado, que o humanize, não sobreviverá emocionalmente.

No colo da mãe, este desamparado está tendo sua primeira experiência epigenética pós-natal. Enquanto no ventre de sua mãe, o feto desenvolveu em seu cérebro redes neuronais que hoje se conhece bem e que se chama de sistema límbico. É este sistema que determina a extrema sensorialidade fetal e que é responsável pelas sensações fetais de prazer ou dor. Este estímulo (estar no colo do cuidador) gera uma enorme quantidade de neurônios (axiogênese) que nada mais é do que uma proliferação celular.

Cresceu muito, apareceram muitas células neuronais e logo há uma desorganização dos mapas neurais antes constituídos. Com a experiência interativa, novos mapas neurais se formam e deve ocorrer uma reorganização neuronal, mas agora esta reorganização ocorre comandada pelo sentimento do que acontece na relação, ou seja, o modo como o bebê sentiu ou res-

pondeu ao estímulo interativo, que é sua relação com o cuidador. Este sentimento gera a reorganização de mapas neurais e a sinaptogênese, ou seja, “a comunicação entre as células nervosas” que tem entre elas a capacidade de produzir substâncias químicas, os neurotransmissores, que serão responsáveis pelas emoções, logo pelas imagens neuronais e logo pelo pensamento e logo pelas ações. Então, as memórias, de segurança ou não, se fixam neste cérebro físico e químico, para formar o cérebro psíquico.

*Quando a experiência interativa é adequada e fornece segurança ao recém-nascido, este vai desenvolver a homeostasia adequada para afixação das redes neuronais também adequadas e o desenvolvimento da próxima etapa do sistema nervoso na segunda janela de amadurecimento ou período crítico vai ocorrer sem problemas. Mas se a experiência interativa não for adequada e este bebê não se sentir em segurança, alguns neurônios morrem e esta primeira etapa fica prejudicada nos seus arranjos de mapas neurais. Aí então ocorrem os problemas no futuro que Trevarthen chama de distúrbios de motivação, porque alguns trabalhos mostram (mapeamento cerebral) que a parte do cérebro lesada é o sistema límbico (da vida intrauterina) ou a córtex órbito frontal que se desenvolve no período pós-natal imediato. Estas duas áreas são a sede do chamado cérebro motivacional. Na classificação atual de neurociência, o sistema nervoso central é classificado em três sistemas funcionais: motor, sensorial e motivacional.*

Assim, o pré-termo que não tem o seu primeiro estímulo adequado quando é separado de sua mãe e submetido aos estímulos dolorosos na UTIN (Unidade de Terapia Intensiva Neonatal) e o bebê que convive com uma mãe deprimida e se torna deprimido, com baixa de neurotransmissores, por não suportar o abandono de não fazer uma interação empática e intersubjetiva com a mãe, “entra na depressão” e consegue sua homeostasia. “Nestes dois exemplos, os mapas neurais desses bebês serão diferentes”.

### *A rede cerebral depende decisivamente dos estímulos ambientais*

Em *Repensando o Cérebro*, Rima Shore (2000) demonstra que fatos recentes, descobertos por neurobiologistas e psicólogos nos últimos dez anos, evidenciam a importância dos três primeiros anos de vida. Alguns deles são:

- Existe um desenvolvimento rápido de sinapses nos primeiros anos; um simples neurônio pode conectar-se com outras 15.000 células; 90% das conexões que vamos ter ao longo da vida se formam nos três primeiros anos de vida.

- O cérebro de uma criança de três anos é duas vezes mais ativo do que o de um adulto: já formou cerca de um quatrilhão de conexões. Na segunda década da vida, há uma “poda” nessas conexões. Ficam e se fortalecem as conexões que foram repetidamente usadas nos primeiros anos e que têm um impacto decisivo na arquitetura do cérebro.

- O cérebro sem estímulos pode ser de 20 a 30% menor que o normal; até os três anos, o cérebro representa cerca de 13% do total do peso da criança, sendo que no adulto o cérebro representa 2% do seu peso total.

- Muitos cientistas acreditam que na primeira infância há um determinado número de períodos críticos, ou janelas de oportunidades, quando o cérebro demanda um certo tipo de estímulo para criar ou estabilizar algumas estruturas duradouras.

- A eficácia da intervenção desde o início da vida tem sido demonstrada. É um impacto em longo prazo. Responder às necessidades dos bebês no momento em que eles as manifestam cria uma relação favorável à estruturação das suas funções cerebrais.

### *O profissional da primeira infância*

Enquanto os níveis decisores se mobilizam ou não para cuidar ou não da primeira

infância em nosso país, algumas questões decorrentes do avanço das ciências nestas três últimas décadas evidenciam que tratar do atendimento de crianças até 3 anos com a qualidade técnica requerida é um bom caminho para melhorar nossas condições de vida no sentido de uma sociedade mais equilibrada e solidária, no sentido antiviolença.

Cada país tem determinado formas de atendimento a esta faixa etária, optando por configurações diferentes, por associações de formas coletivas, individuais ou familiares. Assim, por exemplo, a sociedade francesa opta mais por formas coletivas – creches convencionais, domiciliares, *halte-garderies*, centros comunitários de recreação etc. – e na sociedade americana, embora se tenha um número grande de creches, no primeiro ano de vida a preferência é ainda por um atendimento na família.

No Brasil, embora seja crescente o número de famílias que buscam a creche, não temos muita opção. O seu número é insuficiente para atender à demanda (11% são atendidos) e o movimento de expansão da oferta pública é de cima para baixo, ou seja, aumenta a cada ano para crianças de 4 a 6 anos. Reserva-se o aumento da oferta para as crianças de até três anos para quando houver recursos financeiros.

Além disso, no nosso país há um descompasso entre profissionais das áreas de saúde e educação no atendimento à criança pequena. Dados do IBGE-2000, compilados por Vital Didonet, revelam que 90% das nossas crianças são atendidas, no período do nascimento, pelo pessoal de saúde. Esse percentual vai diminuindo conforme a criança avança em idade. Já na área de educação acontece o contrário. Só aos 3 anos de idade é que cerca de 11% das crianças estarão sendo atendidas em creches e esse percentual vai crescendo conforme aumenta a idade da criança. Portanto, só por volta dos 5 a 6 anos é que pessoal da área de saúde e de educação se equilibram no atendimento às crianças. Perderam-se aí,

em forma de trabalho conjunto, os anos básicos para a formação da estrutura psíquica da criança para a qual os dois profissionais, além de outros, são fundamentais.

As alianças preventivas ou terapêuticas devem começar desde a concepção. Precisamos de alianças entre os cuidadores e de cuidadores com formação e atuação interdisciplinar em todo o trajeto que a criança até 3 anos percorre. A nossa proposta é que os aliados do desenvolvimento da criança até 3 anos se encontrem cada vez mais próximos do ponto 0 (zero), entendendo-se o ponto 0 (zero) como o da concepção e não o do nascimento da criança. O trabalho conjunto pode iniciar-se na prevenção, na educação para a parentalidade a ser desenvolvida entre os jovens nas escolas, nas associações religiosas, nos movimentos comunitários, nos hospitais, na mídia.

### *O educador pré e perinatal*

No México, existe o educador perinatal, que desempenha, entre outras, a tarefa de educar para uma maternidade e paternidade responsáveis. O educador perinatal, que trabalha com os pais desde o período da gravidez até os primeiros meses de vida da criança, é uma pessoa de apoio que intencionalmente participa da formação de novas famílias com orientação física e psicológica. No fundo, ele também é um profissional da saúde mental das famílias.

Em Milão, na Itália, a Associação Nacional de Educação Pré-Natal (ANEP-Itália) fundou, em 2000, a Escola Internacional de Educação Pré-natal, com currículo de três anos, visando à formação de tutores pré-natais para acompanhar a gestante durante sua gravidez, no parto e no pós-parto. Essa associação é vinculada à Organização Mundial de Associações de Educadores Pré-Natais (OMAEP).

Até onde conhecemos, tanto na Itália como no México, a figura do educador perinatal e pré-natal é de apoio, alguém que cuida da mãe e do bebê desde a gestação,

começando do começo, da inserção deste bebê na sua família. O seu trabalho é complementar ao da equipe de saúde.

O “tutor pré-natal”, como ele também é chamado na ANEP-Itália, é um cuidador que, mediante um olhar amoroso e uma escuta atenta, procura orientar questões de saúde, nutrição, diminuição de estresses materno e paterno. Atua na gestação, acompanha o parto, sempre que possível, e apóia e orienta no pós-parto quanto aos cuidados com a mãe e o bebê. Seu trabalho mais intenso é relativo ao estabelecimento de relações harmoniosas com o feto e ao preparo psicológico para o momento do parto e as primeiras interações com o bebê. Esta parceria neste momento novo da parentalidade auxilia também o bebê a se desenvolver num útero “menos estressado”, “menos ansioso”.

Um acompanhamento da gravidez mais abrangente que um pré-natal físico torna-se realmente cada vez mais necessário. Uma escuta atenta pode, no mínimo, permitir que gestantes com necessidades detectadas como especiais sejam atendidas. Pode-se aferir a importância, em um país como o Brasil, de oferecer à mãe, ao lado do pré-natal físico, um acompanhamento psicológico e educacional quando observamos dados do Ministério da Saúde, segundo os quais de cerca de 3 milhões de nascimentos por ano, 90% são realizados em meio hospitalar e, apesar de 85% das gestantes terem feito algumas consultas pré-natais, a mulher brasileira tem 20 vezes mais chance de morrer no parto ou de complicações na gravidez, no parto ou no pós-parto do que a mulher americana por exemplo. Em que de 10 a 25% das crianças que nascem são filhos de adolescentes; em que 8 a 10% dos bebês nascem com baixo peso, apresentando 18 vezes mais chance de morrer até completarem um ano, sendo que 60% destas morrem no primeiro mês.

Escutando o modo como a grávida se expressa, pode-se interferir se ela precisa de atendimento individualizado para elaborar

com ela as expectativas que estão projetando sobre o bebê, auxiliando-a a reduzir o estresse para que se sinta psicologicamente mais competente para a maternação e possa estabelecer uma relação emocional positiva com o bebê.

Alguns proporcionam ao feto atividades diárias intencionais de estimulação aos seus sistemas sensoriais, como é feito na chamada *Universidade do Feto* nos Estados Unidos. Outros, como o holandês Franz Veldman, trabalham com uma técnica denominada *haptonomia*, que visa a comunicação entre mães e bebês através de toques intencionalmente feitos com amor. Para o aprendizado desta técnica, ele organiza um curso de formação de quatro anos. Outros ainda trabalham com musicoterapia pré-natal e há os que demonstram que só em pensar amorosamente no bebê ele já reage positivamente. Isto foi constatado pela alteração da frequência cardíaca (análises preliminares de pesquisa Marie Claire Busnel 1997).

Nos últimos dez anos, a televisão europeia vem organizando debates sobre o início da vida. Uma série de reportagens intituladas “O Bebê é Uma Pessoa” praticamente inaugurou essa fase de discussões pela mídia. Em 1999 e 2000, as discussões giraram em torno da educação pré-natal. Em que consiste? Ela deve acontecer? Quais seus efeitos?

Nós apoiamos a Educação Pré e Perinatal se na fase da gestação ela se referir a um apoio à formação de novas famílias e ao seu crescimento e não a um treinamento de bebês. Portanto, como o mundo da fase inicial da vida é feito de relações, de interações, de interlocuções, somos a favor de um educador pré e perinatal que trabalhe com educação dos pais, sob todas as formas possíveis, no sentido de uma atenção contextualizada, individualizada. Um educador pré e perinatal que acompanhe a mãe ou os pais no período pré-parto e no momento do parto e que lhes dê apoio no pós-parto. Um educador que esteja informado dos sinais da depressão pós-parto, auxiliando

na sua prevenção e no apoio ao seu tratamento. E que, na relação quase indivisível mãe-bebê, auxilie no fortalecimento da individualização do bebê, na adaptação da mãe e do pai ao bebê real, colaborando para o estabelecimento de uma relação positiva, um vínculo seguro, capaz de possibilitar à criança o desenvolvimento do seu cérebro por caminhos neurais previsíveis.

O trabalho do educador perinatal inclui atividades em parcerias com outros profissionais que atendem a díade mãe-bebê ou a tríade pai-mãe-bebê e que devem incluir:

- Criação de situações que permitam ao bebê descobrir, desde os primeiros dias, as suas competências perceptivas e “mostrá-las” aos pais e parceiros, assim como situações que permitam aos pais e irmãos descobrirem e vivenciarem as competências do bebê.

- Criação de situações que permitam aos pais e bebês descobrirem suas capacidades para responderem e se ajustarem uns aos outros, segundo seu ritmo próprio e o ritmo do outro.

- Organização de atividades de apoio aos pais para ajudar os bebês a organizarem seus ritmos.

- Organização do acompanhamento do desenvolvimento do bebê ao longo dos primeiros meses.

As informações que este educador precisa receber na sua formação devem girar sobretudo em torno do aspecto relacional. A esse respeito, a emergente Psiquiatria Perinatal, desenvolvida na Europa a partir de 1990, já tem contribuições relevantes sobre as relações mães-pais-bebês e a sua psicopatologia. Há que se observar que, se, em Medicina, o atendimento pré e perinatal vai até a primeira semana de vida ou até o primeiro mês do bebê (perinatal tardia), em Psiquiatria Perinatal se estende pelo menos até os 18 meses do bebê.

O trabalho do educador pré e perinatal é sempre desenvolvido em alianças preventivas ou terapêuticas e alguns aspectos devem ser considerados:

- O educador também precisa de um suporte emocional, visto que quem trabalha com relações trabalha com empatia e precisa entender sua própria história do período inicial da vida.

- O educador precisa aprender a trabalhar em equipe, considerando os conflitos como elementos naturais e enriquecedores de um trabalho numa área de abordagem consiliente, transdisciplinar.

- As informações do dia-a-dia precisam ser analisadas e questionadas tendo por base as pesquisas sobre psiquismo especial da gestação e o desenvolvimento da criança, desde a fase intra-uterina, e a natureza das primeiras relações, a formação do vínculo.

No Brasil, a *Pastoral da Criança* contribui enormemente para a educação pré e perinatal mediante suas atividades de acompanhamento da gestação e educação essencial, onde o desenvolvimento da criança é contemplado num contexto de relações entre as oportunidades oferecidas pelo meio (indicadores de acesso) e as peculiaridades de cada criança (indicadores de conquista). Líderes comunitários oferecem este apoio a aproximadamente um milhão de famílias, acompanhando a gestante e, mais tarde, o bebê sobretudo no primeiro mês de vida. Agentes comunitários de saúde do governo também são estimulados a prestar esta assistência; programas como o *Saúde da Família* têm um campo propício para que o trabalho de educação pré e perinatal e de acompanhamento do desenvolvimento da criança se instale.

É preciso que se invista mais na formação destes “trabalhadores sociais”, e das famílias, para que aprendam a facilitar o aparecimento das competências interativas da criança que, devidamente desenvolvidas, favorecerão o desenvolvimento das funções mentais superiores. Essas competências são, de acordo com Hubert Montagner, a atenção visual sustentada (o olho no olho); o ímpeto para a interação; o apoio aos comportamentos afiliativos, ou

seja, os que “chamam” o outro para a interação; os gestos organizados e estruturados no sentido da interação com o ambiente e com as pessoas e a imitação. O cuidador informado e atento vai poder auxiliar os pais a facilitarem o surgimento e a observarem o desenvolvimento dessas competências interativas.

### *O educador na creche*

No que se refere ao atendimento da criança até três anos em ambiente coletivo, fora do meio familiar, uma organização é necessária também no sentido de possibilitar à criança o desenvolvimento dessas competências interativas e a conquista gradual de sua autonomia de ação e de pensamento.

A creche, em particular, deve organizar-se sustentada num tripé básico: as condições para o desenvolvimento das competências interativas do bebê (seu mundo de relações); os ritmos individuais vigília-sono e a organização do ambiente na estrutura do atendimento. Tudo gira em torno da interação individualização, cada situação exigindo uma decisão particularizada para que possa ser uma “escolha certa” – certa para o bebê e para os seus pais.

Atividades importantes para a criação de vínculos seguros nas creches são as atividades de acolhimento ou recepção não só para as crianças, mas também para os pais, são atividades de transição do domicílio da criança para um ambiente coletivo. Hubert Montagner preconiza que se tenha em cada creche uma sala de acolhimento para os pais, próxima à das crianças, que deve ser cuidadosamente organizada, com propostas de atividades individuais e em pequenos grupos, de forma que dê prazer para a criança estar ali. Assim, risos, gritos de alegria, conversas nas brincadeiras serão ouvidos pelos pais e isto os tranquilizará.

As formas de organização dos grupos (agrupamento vertical ou horizontal), a organização do ambiente físico, de maneira

a ocupar até tridimensionalmente o espaço, os diferentes tipos de brinquedos e materiais, a organização temporal, respeitando-se os ritmos sono-vigília, as atividades diárias de alimentação, higiene também devem ser planejadas sob o fio condutor das interações e interlocuções e, ao mesmo tempo, da atenção em personalizar as interações, as atividades, os ritmos, os modos de ocupação do espaço, as refeições, os sons, mediante a compreensão e a percepção que os educadores têm de cada criança e de cada família.

Enfim, cuidados físicos, alimentação, higiene, banho, acolhimento das crianças, brincadeiras, atividades em geral numa creche visam criar condições para que a própria criança e seus cuidadores descubram que ela é um ser-sujeito, autônomo, interativo, flexível e capaz de agir sobre seu ambiente.

### *Abordagem multidisciplinar e alianças preventivas*

Se os dados obtidos quanto ao desenvolvimento da criança são encorajadores, eles permanecem ainda fragmentários e largamente insuficientes para compreender a complexidade da infância, para prevenir as dificuldades do desenvolvimento e para criar as condições apropriadas que revelam ou recuperam as capacidades de uma criança. “Por que somos tão impotentes perante crianças que se dobram e se fecham sobre si mesmas, ou que, qualificadas de hiperativas, parecem viver num turbilhão de ações, ou ainda... que dizer das crianças cuja instabilidade da atenção, da escuta e das condutas leva os adultos a ignorá-las ou a afastá-las do grupo humano de que fazem parte?” (Montagner, 1993).

Além dos esforços individuais e de equipes de pesquisadores, de formadores de recursos humanos, de clínicos, de psicólogos, de educadores, é preciso ainda alguns avanços para que a primeira infância seja atendida devidamente. Entre eles:

• *É necessária maior aproximação interdisciplinar, maior vivência de alianças preventivas e terapêuticas nessa área.* As interações e colaborações deveriam ser desenvolvidas ainda com mais eficácia entre os diferentes profissionais da medicina, de psicologia, do serviço social e da educação, que poderiam compartilhar as informações recolhidas separadamente quer sobre a criança, quer sobre a família, apreendendo melhor o conjunto dos fatores pré e pós-natais que podem ser correlacionados com esta ou aquela particularidade da criança e da mãe e organizar, se necessário, uma aliança terapêutica. Isto seria também uma fonte de geração de novos conhecimentos. Falta-nos estudos multidisciplinares sobre o desenvolvimento da criança e suas disfunções.

• *É necessário o desenvolvimento de formações pluridisciplinares para o conjunto dos profissionais da primeira infância.* A complexidade da fase e a evolução rápida dos conhecimentos estão suscitando a criação de cursos novos, com abordagem consiliente sobre o desenvolvimento da criança no período inicial da vida. Como estratégia na capacitação de profissionais multidisciplinares para a primeira infância, urge formar o obstetra e o pediatra numa visão integral da gestante, da criança e da família. Na estrutura brasileira de atendimento, eles são os profissionais a quem primeiramente a família recorre. Portanto, são eles que podem incentivar o trabalho em forma de alianças, de parcerias. São eles que, devidamente preparados, poderão perceber nos sintomas apresentados pela gestante e pela criança a repercussão ou não de fatores psíquicos, de distorções relacionais. São eles que poderão tratar e prevenir doenças ou referenciar seus pacientes a outros profissionais para complementar o seu trabalho.

As futuras mães, as mães inexperientes, e as famílias precisam de locais para escuta, discussão entre si e receber informações

com equipes multidisciplinares. Iniciativas como *Escola de Pais; Pronto Socorro Emocional Neonatal; Disque-Gestante; Disque-Bebê; Centros Comunitários de Recreação* precisam ser mais incentivadas.

Os serviços de saúde, educação e atendimento social para gestantes, bebês e crianças até 3 anos precisam reorganizar-se no sentido de atender às necessidades de desenvolvimento da criança de acordo com as descobertas relacionadas à importância das primeiras interações, desenvolvimento do cérebro e estruturas psicossociais da criança.

Enfim, o desafio é imenso. Trata-se de oferecer um atendimento baseado na gênese das condutas humanas, nas influências de cuidados amorosos e interações, harmoniosas desde a concepção de uma criança. Aqui, a competência técnica requer o amor. E como falar em amor com o cuidador quando ele não tem outras necessidades básicas supridas?

Felizmente, há a esperança que o bebê desperta em cada um de nós de que com ele nós aprendamos a linguagem da comunicação pelo olhar, que expressa nossos sentimentos; a linguagem do corpo que nos proporciona os toques, carícias, os abraços e a mensagem de que dependemos uns dos outros para sobreviver emocionalmente e para viver como cidadãos.

### Referências

- BRAZELTON, T. Berry. *As Primeiras Relações*. Trad. Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo, Martins Fontes, 1992.
- BRAZELTON, T. Berry. *Momentos Decisivos do Desenvolvimento Infantil*. Trad. Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- BUSNEL, Marie-Claire. *A Linguagem dos Bebês*. Trad. De Mônica Seincman. São Paulo: Escuta, 1997.
- COHEN-SOLAL, Julien, et GOLSE, Bernard. *Au Début de la vie psychique*. Paris: Editions Odile Jacob, 1999.



# A primeira infância e a educação para a paz

Vital Didonet

Eu não sei o que as mães sentem ao ver fotos de crianças iraquianas destroçadas no corpo e na alma, procurando sua mãe que sumiu na poeira e no barulho das bombas e mísseis que destruíram sua casa. No vazio da ausência, ela olha para soldados com fuzil na mão. Eu vi essa cena, numa reportagem sobre a guerra no Iraque, e me perguntei sobre a razão. A resposta veio em forma de dor.

Eu não sei que mal-estar passaria no útero das mulheres-mães se imaginassem que, um dia, o filho que delas vai nascer pode virar um soldado apontando armas contra pessoas do povo, chutando prisioneiros, apertando gatilhos, vendo bebês mortos por suas metralhadoras, casas de famílias destruídas por bombas que partiram de suas mãos.

Mas eu imagino o que passa no coração de um soldado que apertou o comando de um míssil que lhe disseram que era inteligente, mas o burro acertou numa maternidade e num mercado público. Li no New York Times a frase de um capitão norte-americano no Iraque: “É difícil a gente perdoar a si mesmo quando vê tanta gente ferida e morta”. Tenho pena deles, que devem obedecer aos comandantes da guerra. Ah, se os chefes fossem outros, se a mente deles fosse governada pela paz, e não pela prepotência das armas! Os “fal-

Vital Didonet é Professor. Membro do Conselho Consultivo da Fundação ABRINQ. Licenciado em filosofia e em pedagogia; mestrado em educação; especialista em educação infantil. Foi coordenador de educação pré-escolar no Ministério da Educação, Consultor Legislativo na Câmara dos Deputados. Foi presidente da OMEP Brasil, vice-presidente da OMEP para a América Latina e vice-presidente mundial. Consultor de vários organismos internacionais como o UNICEF, a UNESCO, a OEA e nacionais na área da educação infantil e dos direitos da criança. Atualmente é assessor especial da presidência da OMEP Brasil e membro da Associação Brasileira de Estudos sobre o Bebê - ABEBÊ.

ções da guerra” deveriam ser tocados pelo dedo encantado de Tistu, o personagem do livro de Maurice Druon, em *O Menino do Dedo Verde*.

Insistimos no amor. Mas sabemos que amar não é um sentimento espontâneo para com todo o mundo. O amor é fácil quando olhamos para crianças saudáveis, que sorriem e brincam. É difícil quando o bebê não pára de chorar e suga a nossa paciência. E é mais difícil quando o bebê cresceu, tomou um caminho de vielas escuras, decide uma guerra injusta e gananciosa, quando, governando um país, mantém um gelatinoso sorriso diante das câmeras de televisão.

As mães brasileiras que perdem um filho na mão de assaltantes ou de seqüestradores, por uma bala perdida, de bandido ou de polícia, levado pela violência silenciosa da desnutrição, pelo tráfico de bebês, pela omissão de atendimento da saúde pública, essas mães também vivem sem paz. Por que tamanha violência? A resposta sempre é em forma de dor.

Nós optamos pelo amor, não pelo ódio nem pela revanche. Nós acreditamos na liberdade e na paz a partir do coração humano e não a partir da vitória pelas armas. Nós nos engajamos na educação das crianças caminhando na direção da utopia da fraternidade, da cooperação, do respeito ao outro.

Para isso, temos que vencer as tentações da raiva, mas mantendo a indignação. As tentações do ódio, ficando com o difícil amor aos diferentes. As tentações do desânimo, apertando fortemente a esperança com as duas mãos. As tentações da indiferença, assumindo compromissos com os que sofrem. As tentações da mera crítica, acrescentando-lhe as pistas de um novo jeito de ver e resolver os problemas da harmonia entre as pessoas.

Nós acreditamos que a educação constrói as condições essenciais da paz. Essa frase tem três elementos de contornos fluidos, que a fazem parecer uma corda bamba sobre um campo de dúvidas: um

verbo, *acreditar*; o sujeito, *a educação* e o objeto produzido, *as condições essenciais*. Por isso, explícito melhor os contornos desses elementos.

Trata-se, sim, de uma *crença*, porque mais do que argumentos e provas materiais de seus efeitos, o que determina a presença e a vigência da certeza de que a paz deve e pode ser nosso modo de ser e conviver é a esperança de um mundo melhor, a utopia de uma sociedade justa, a fé na intrínseca bondade humana. Não resulta de cálculos matemáticos sobre perdas e ganhos, lucros e prejuízos, de geopolíticas e estratégias militares, de medo da superioridade guerreira do inimigo, de acordos de paz firmados para platéias e efeitos de mídia.

Não é uma crença no sentido de ingênua aceitação das palavras de bons propósitos que escondem subjacentes intenções de dominação do outro, mas no sentido filosófico de que, no processo evolutivo sobre a Terra, a partir do surgimento da consciência, o ser humano evolui pela cooperação e solidariedade, pela sinergia de vontades e inteligências. O biólogo e filósofo Teilhard de Chardin mostrou como a consciência, ao surgir no processo evolutivo, assume a direção, fazendo a história do ser humano uma marcha para o Amor. Não se sustenta o argumento de que necessidades da guerra foram descobertas científicas e invenções tecnológicas, que depois são aplicadas em benefício de toda a humanidade. Muito mais descobertas e inovações são criadas em clima de paz e cooperação. Não precisamos destruir vidas e sonhos para mais tarde construir bem-estar e progresso. Mas isso é uma perspectiva, mais do que uma demonstração; um valor, mais do que um cálculo matemático; um ideal de elevação do sentido da vida, mais do que uma política econômica e social.

O segundo elemento da afirmação é a *educação*. Trata-se, aqui, da formação da pessoa para os valores da paz, da fraternidade, da convivência, da solidariedade, da cooperação, da co-responsabilidade,

da ética, dos direitos humanos. Não é a educação para a competição, para passar à frente do outro, para ser mais esperto, para conseguir o melhor posto.

Numa sociedade de baixa densidade democrática, na qual o poder econômico de poucos mantém a maioria subjugada, onde os postos de trabalho são insuficientes para absorver toda a mão-de-obra disponível, na qual os salários são tão diferentes que determinam prestígios sociais e bem-estar econômico de imensas diferenças, provocando corrida competitiva para alcançá-los, a educação escolar sofre a tentação de preparar os alunos para competir, conseguir um emprego, passar num exigente concurso de muitos candidatos e poucas vagas. Essa seria uma educação que mostra o outro como concorrente, como oposição, como risco. Seria uma educação individualista, que procura equipar o indivíduo com os instrumentos cognitivos para ser melhor e, com isso, conseguir o posto mais aquinhado na sociedade. Uma sala de aula em que os alunos são indivíduos, não pessoas, é treinamento para o ringue.

Enquanto as relações econômicas e sociais se dão num ringue... a educação, seja no âmbito familiar, seja escolar, é constrangida a ensinar técnicas de vencer quem disputa a mesma vaga, superar quem pretende o mesmo troféu. É constrangida, mas não amordaçada para fazer isso. Porque os princípios constitutivos da República que dirigem a vida social, as finalidades da educação estabelecidas pelas leis e os propósitos que os educadores escolhem ao dedicar-se a educar crianças são de outra natureza – eles expressam os ideais mais elevados da humanidade. A educação, portanto, sofre a pressão para formar privilégios e exclusões, mas ela pode fazer a escolha do caminho que leva a uma sociedade justa, mesmo sob pena de não satisfazer aqueles que optam pelo caminho oposto. A paz é uma opção.

No entanto, essa opção não pode ser apenas teórica. Um tema curricular para

tratar na sala de aula, um componente transversal para abordar num projeto de algumas disciplinas. A escola inteira, no seu cotidiano, tem que ser um ambiente de paz. Se as relações entre os professores forem competitivas, se houver perseguições de professores que pensam diferente, se ameaças prevalecem a diálogo e acordos, se as brigas entre alunos são resolvidas com castigos, rebaixamento de notas, suspensões e expulsões, em vez de debates sobre as causas que as desencadearam e medidas aceitas pelo grupo como adequadas para que elas não se repitam, se penalidades são aplicadas sobre inocentes porque o “culpado” não se apresentou e seus colegas não o delataram, a escola está ensinando a mentir, escamotear, enganar, resolver os problemas pelo “argumento da autoridade”, pela força de quem pode mais.

Qual é a educação capaz de mudar a face bélica do mundo? A que educa em valores. Que valores? Aqueles mais caros à humanidade – a verdade, a justiça, a igualdade, a liberdade, a autenticidade, a solidariedade. Temos muitas demonstrações de que são esses valores que permanecem, de que, no fim das contas, são eles que ficam registrados como elevação do espírito humano. Não sabemos o nome do soldado estadunidense que soltou a bomba atômica sobre Hiroshima e Nagasaki, destruindo 200 mil vidas humanas em poucos segundos, mas milhões de pessoas no mundo sabem o nome de outro norte-americano que lutou pela igualdade entre brancos e negros. O nome Luther King percorre o tempo e o espaço, como ícone de coragem, lucidez e amor à humanidade.

A paz é um dos anelos mais profundos do ser humano. Diz-se que educação vem do verbo latino *e-ducere*, isto é, tirar de dentro. Essa é a verdadeira função do professor – ajudar, por meio de diálogo, de orientações e instigações, que o aluno construa o conhecimento, elabore idéias cada vez mais claras, formule sua concepção de mundo, extraia de dentro de si, do seu pensamento,

com a força de seus sentimentos, as verdades que vão pautar sua vida individual e social. Essa função Vygotsky a chamou de mediação e Sócrates, dois mil anos antes, nomeou de “*maiêutica*”, pela comparação à atividade da parteira – que ajudava a mãe a trazer à luz o filho de suas entranhas. A paz, diz a UNESCO, deve ser construída na mente do homem. Só com essa construção interior as leis, os propósitos, os acordos, as políticas pacifistas terão força. E essa construção interior é fruto da educação. Daí a necessidade de a educação trabalhar o conceito de paz.

Passemos para ao terceiro elemento da frase acima citada: as *condições essenciais* para a paz. Depois dediquemos mais alguns parágrafos à educação para a paz na primeira infância.

Sendo condições, não são determinações. Portanto, não há uma relação fechada e irrevogável de causa efeito. Antes, uma regularidade observada pelas ciências, entre elas a sociologia, a psicologia e a psicanálise. Quer dizer, as experiências primárias, na barriga da mãe e nos anos iniciais da vida, de forma mais intensa, mas também durante a adolescência, pois nela continua o processo de formação da personalidade, têm uma grande probabilidade de gerar atitudes, comportamentos e decisões na vida adulta. Se tais experiências forem de aconchego, afeto, acolhimento, de relacionamento sadio, entendimento mútuo, de busca de soluções pacíficas para os conflitos, elas serão matrizes de paz. Mas se forem de rejeição, de conflito, de acirramento de ânimo, de elogio da força bruta sobre a razão e o sentimento, de exclusão, de espezinhar o outro, é bem provável que a pessoa que as viveu na infância as use na vida adulta para resolver os conflitos, os sentimentos de desagrado ao ser ofendida ou agredida, as ameaças à sua segurança física ou psicológica.

Verificam-se, também, sentimentos opostos à agressão, como timidez, medo, reclusão, fuga diante de situações difíceis,

que põem em risco a segurança física ou psicológica da pessoa. Essas também são formas de violência. Contra si mesmo, contra seu projeto de vida. Contra seus desejos mais profundos de realização pessoal. São, por isso, sentimentos, pensamentos e atitudes contra a paz.

Sendo essenciais, não são irrelevantes, secundárias, auxiliares. A educação constrói elementos subjetivos e intersubjetivos, sob a forma de pensamentos, experiências, idéias, desejos, atitudes, valores que dão sustentação aos propósitos, à vontade e às ações de paz interna e entre as pessoas, entre os povos e as nações. Sem eles, a paz não é possível. A violência prevalecerá nas relações humanas. A solução dos conflitos, dos desentendimentos, das visões diferentes virá da força.

Devemos reconhecer que sempre há um espaço para o imponderável no mistério da pessoa. No entanto, as probabilidades também devem orientar nossas decisões se queremos prevenir as “guerras” de armas ou de palavras, de agressões corporais ou morais, enfim, qualquer forma de violência. Apesar de que a pessoa possa reagir de forma inusitada, é muito provável que as lições da primeira infância a marquem indelevelmente. Daí ser a infância o período da vida em que a educação para a paz é mais decisiva.

Em que fase da vida a educação para a paz deve começar?

Já no ventre materno o feto recebe influência psíquica dos sentimentos e pensamentos de sua mãe, de seu pai e também de outras pessoas que acompanham de perto a sua formação. Há anos a psicanálise revela isso. Os sentimentos de acolhimento, de alegria com sua chegada, o afeto e as expressões de carinho vão inscrevendo no psiquismo do feto um secreto código de segurança, bem-estar, auto-afirmação, confiança e amor. Inversamente, experiências prematuras de rejeição cravam sulcos indeléveis de que o mundo não o quer. Discussões e brigas do casal afetam o bebê que

está se formando no ventre da mãe, a ponto de ele recordar, quando adulto em estado de regressão, cenas e gestos agressores.

O ambiente familiar é o segundo espaço de construção psíquica dos sentimentos de amor, paz, confiança, segurança, solidariedade. Logo que nasce, o bebê começa a experimentar aceitação ou rejeição, acolhimento ou desagrado com sua presença, alegria ou aborrecimento em atendê-lo quando tem fome, quando sente desconforto com a fralda suja, quando tem sono, cólica, medo, insegurança. Ou seja, no convívio com seus pais ou cuidadores, o bebê começa a aprender sobre a guerra e a paz. A fase da birra, pela qual toda criança passa, com diferentes intensidades, é um bom momento para os pais exercitarem a calma, a compreensão e as soluções pacíficas de situações desagradáveis. Se reagem batendo, berrando, castigando, ensinam que essas são as formas de se opor àquilo que nos desagrada. Se procuram dialogar, se agem de forma a acalmar a criança, se, passada a crise da birra, conversam com a criança tentando mostrar a ela que aquela não foi a melhor forma de expressar o que queria, podem mais facilmente conseguir que, em outra oportunidade semelhante, a criança busque formas mais “civilizadas”, socialmente mais aceitáveis, esteticamente mais bonitas de conseguir o que deseja. Esses são apenas exemplos de situações familiares que geram experiências de paz ou do seu inverso. Quer dizer, a forma como a criança é educada desde o berço vai determinar, em grande parte, as disposições que terá no decorrer da vida, nos diferentes espaços e na relação com as diversas pessoas com quem conviver.

O terceiro espaço crucial da educação para a paz é a Educação Infantil, em creches e pré-escolas ou instituições equivalentes. Essas instituições são freqüentadas por crianças de alguns meses até seis anos de idade, na chamada primeira infância. Com a Lei nº 11.274/2006, que estendeu a duração do ensino fundamental para

nove anos, iniciando aos seis, a educação infantil ficou reduzida ao período do nascimento ao quinto aniversário, com garantia de atendimento até o final do ano letivo em que a criança completar seis anos de idade (conforme o art. 10, § 4º da Lei nº 11.494/2007).

O poder da educação infantil na construção da paz está, de alguma forma, exposto acima. Resta, agora, perguntar como a educação infantil pode atuar para formar uma pessoa de paz. O que a educação infantil pode fazer para que as crianças adquiram os valores que constroem e mantêm, desenvolvem e defendem a paz?

O trabalho pode se dar de diferentes formas e em diferentes situações. Vamos apresentar aqui apenas uma das possibilidades, considerando uma creche e uma pré-escola de boa qualidade, que conta com professores formados. Consideremos duas dimensões: as formas de relacionamento e a ação pedagógica.

O relacionamento entre o adulto e as crianças deverá ser pautado sempre pelo respeito, pelo acolhimento, pela escuta e pelo carinho. Desde a acolhida inicial quando a criança é trazida pela primeira vez até o último dia, quando deixa a pré-escola para entrar na primeira série do ensino fundamental, alguém a recebe com um sorriso e braços abertos. Gestos rotineiros e indiferentes são raros, geralmente corrigidos pela própria criança, que corre a saudar sua professora com alegria contagiante. Começa a participar de um grupo mais extenso do que o círculo familiar e de amiguinhos de roda de sua casa. É conhecida e sempre chamada pelo nome. Tem seu lugar no grupo, seu espaço sempre destacado na sala, na atenção da professora. Entra numa rodinha de conversa, onde é feito o planejamento do dia.

As atitudes de todos os adultos que atuam na instituição, mas principalmente da professora com quem a criança passa quase o tempo todo, são lições de vida, são exemplos de comportamentos para a

criança que está buscando definir-se, encontrar seu espaço na relação com o outro, afirmar-se como alguém com pensamentos e sentimentos próprios.

Em segundo lugar, temos a ação pedagógica. Ela se dá predominantemente de forma lúdica. Dizemos que o brincar é a forma de ser da criança e de ela aprender sobre si, sobre o outro e sobre o mundo. Daí que é compreensível dizer que o brincar é, também, o conteúdo da educação, pois ele coloca a criança diante de seus sentimentos, na relação com o outro, explicita as diferenças, possibilita confrontos e soluções de conflitos.

Uma das características do brincar é sua versatilidade, a possibilidade de ser mudado pela própria criança, de receber ordens, interpretações e soluções. O brincar cria oportunidades para a criança descobrir alternativas variadas para resolver diferentes obstáculos. Ela experimenta, erra uma vez, acerta outra; varia os modos de brincar e testa diferentes caminhos, ao mesmo tempo em que testa a si mesma como personagem criador da solução. Sem necessariamente usar palavras, ela está perguntando e respondendo mentalmente. Experiência e diálogo são dois meios importantes para aprender a resolver dificuldades.

Outro aspecto essencial do brincar é o trabalho com o simbólico. A realidade pode ser dura, sofrida, incompreensível. Brincando, a criança traz a realidade para dentro dos seus esquemas de assimilação e procura dar-lhe a dimensão de sua compreensão e da força dos seus sentimentos. Todos nós já vimos crianças transferindo situações da vida real para o jogo, seja brincando de boneca, de caminhão, de soldado, de piloto de helicóptero de resgate... As lutas, brigas e agressões que representam nos seus brinquedos são simbólicas: um diálogo com a realidade, pelo qual procuram expressar o que percebem dessa realidade e a que gostariam que fosse. Nele, acabam encontrando uma solução melhor do que a que não aceitaram da vida real. Em vez de

fuga, essa atitude deve ser entendida como forma simbólica de enfrentar o desconhecido e dominá-lo.

Em 1999, a Assembléia Geral das Nações Unidas aprovou a *Declaração sobre uma Cultura de Paz* e um Programa para colocar em ação seus objetivos e diretrizes. Ao empregar a palavra “cultura”, a ONU quer expressar que a paz é algo que tem que ser cultivado, zelado, vivido e que está em formação. A própria ONU define Cultura de Paz como um conjunto de valores, atitudes, tradições, comportamentos e estilos de vida baseados no respeito e na promoção dos direitos fundamentais da pessoa humana e das sociedades.

Segundo aquela Declaração, os seguintes princípios devem orientar e fundamentar as atitudes, os comportamentos e os estilos de vida:

(a) o respeito à vida, o fim da violência, a promoção e a prática da não-violência, por meio da educação, do diálogo e da cooperação;

(b) o respeito aos princípios da soberania dos países;

(c) o respeito e a promoção de todos os direitos humanos e das liberdades fundamentais (inclusive de expressão, opinião e informação), o respeito, a promoção e a prática dos direitos da criança; a igualdade de direitos entre homens e mulheres;

(d) o compromisso com a solução pacífica dos conflitos;

(e) o esforço para realizar um desenvolvimento sustentável, que proteja o meio ambiente e com justiça, de maneira que se reduzam as desigualdades entre as nações e no interior de cada uma delas e entre as classes sociais, deixando de existir a pobreza;

(f) a adesão aos princípios da liberdade, democracia, tolerância, solidariedade, cooperação, pluralismo, diversidade cultural, diálogo e entendimento em todos os níveis da sociedade e entre as nações.

Relaciono, a seguir, alguns valores mencionados no documento da ONU, que

servem de inspiração para o trabalho na educação infantil.

1 - *Respeito à vida*: à vida humana em geral, à vida de cada criança em particular, à vida dos animais, das plantas, à vida do Planeta Terra. As crianças têm um encanto pela natureza e por seus elementos. As experiências com terra, água, vento, fogo, o cuidado de pequenos animais, o trabalho em horta, as experiências com plantas e, entre as mais avançadas em idade, os projetos sobre o meio ambiente – o estudo do rio da cidade e das nascentes, a limpeza da rua ou do bairro, a reciclagem de materiais descartáveis... são oportunidades de envolver-se nas questões de preservação da natureza e de iniciar os conhecimentos básicos que levam ao entendimento do desenvolvimento sustentável. O convite a avós contarem histórias para as crianças na pré-escola é uma ocasião de interação com a geração mais avançada da vida e o cultivo do amor aos idosos.

2 - *Fim da violência*: felizmente nosso sistema de ensino não admite mais os castigos e o Estatuto da Criança e do Adolescente não permite agressão e violência contra a criança. Bater em criança é covardia. Mas há muitas formas de violência disfarçada, por exemplo recusar-se a falar com a criança porque ela fez alguma coisa que desagradou à professora; proibi-la de ir ao parque, com as outras, por causa de uma atitude desaprovada; impor a própria vontade sobre a dela, em vez de dialogar e negociar; não ouvir os argumentos que apresenta para justificar porque fez isso ou aquilo; magoá-la com uma palavra, acusá-la em público, exigir que delate um coleguinha, impor uma sanção a toda a turma porque uma ou outra criança fez alguma coisa “errada”, ter preferências manifestas por algumas crianças etc.

Como a paz não é simplesmente a ausência de guerra, também não é a mera ausência de violência. Para viver a paz, não basta não bater, não ofender, não magoar, não discriminar. Muito mais do que

“não”, ela é “sim”: isto é, um sentimento e uma ação afirmativa de respeito ao outro, de convivência respeitosa. É a escolha do diálogo como meio de resolver desentendimentos. É dar mais atenção àquilo que aproxima e une, do que ao que diferencia e separa.

3 - *Respeito à liberdade de expressão*: é próprio da educação infantil criar espaços e momentos para as diversas formas de expressão (corporal, linguagem, gesto, artes plásticas...). A professora procura garantir o direito de todas as crianças serem ouvidas, que todas falem, presta atenção às mais tímidas, valoriza as produções das crianças mais por serem produções delas do que pela beleza estética que nelas você possa encontrar.

Em vez de pedir que as crianças façam trabalhos de expressão artística padronizados (por exemplo, de preencher desenhos, seguir linhas...), que são um desrespeito à liberdade de expressão, a professora sugere que criem livremente sobre folhas em branco... Exercício de liberdade, desafio de criatividade, construção da experiência de poder...

A roda de conversa, diária ou semanal, põe em prática o direito de todas as crianças falarem e serem ouvidas, de sentirem-se parte de um grupo, de serem respeitadas por ele, descobrirem o valor de sua palavra, enfim, serem sujeito social.

4 - *Respeito à liberdade de informação*: a curiosidade é um impulso para conhecer. Reprimi-la é uma forma de violência contra a inteligência, o desejo de descobrir, a necessidade de saber. Educar para a paz, no que diz respeito à liberdade de informação, implica atender à curiosidade das crianças, alimentar seu desejo de saber, responder às suas perguntas, oferecer-lhe os meios de acesso ao conhecimento.

5 - *Solução pacífica dos conflitos*: na maior parte do tempo, o ambiente da educação infantil é tranqüilo, as crianças brincam, se entendem, se ajudam, participam animada e alegremente das mesmas atividades. Mas

há situações de conflito, diante das quais o professor precisa ter habilidade para mediar a solução. Mordidas, empurrões, dar uma rabiscada no trabalho do outro, pegar todos os lápis de cor para si, abrir um berreiro porque o coleguinha bateu, reclamar magoado porque alguém rasgou o seu trabalho... Quando o faz adequadamente, está contribuindo para as crianças aprenderem a elas mesmas adotarem formas semelhantes quando for a vez delas solucionar problemas.

6 - *Democracia ou gestão democrática* na instituição de educação infantil e, particularmente, na sala de atividades. Exemplificamos com momentos para praticar a gestão democrática:

a) a *elaboração da Proposta Pedagógica*: a professora é co-autora com seus colegas e com a direção e o corpo técnico da escola. Participa, fala, ouve, sugere, acolhe as opiniões, sugestões e propostas de seus colegas professores e eles fazem o mesmo com as suas. Esse trabalho é uma escola de democracia para a professora, que se transfere para a gestão democrática com as crianças, de que trata o item seguinte;

b) a *elaboração*, com as crianças, *dos projetos de trabalho ou do plano diário* das atividades. A professora procura prestar atenção às diferentes manifestações das necessidades e dos desejos das crianças, desde bebês até as maiores; ouve a cada uma, dá oportunidades para todas participarem com idéias e com o seu trabalho, fazendo com que cada uma se sinta importante para o grupo;

c) a *avaliação* do progresso que vai sendo obtido num projeto, numa atividade; a indicação do que falta fazer, do que não deu certo, das causas ou motivos porque algo não foi realizado.

Aprendemos a ser democratas ou autoritários desde pequenos. A educação infantil é um bom momento para a aprendizagem da vivência democrática. As crianças vêm a professora ser atenciosa com as necessidades, os problemas, os

desejos delas; percebem o respeito que ela demonstra a cada uma; elas notam se a professora tem um cuidado particular com aqueles que têm alguma dificuldade especial; que procura trazer para a roda aqueles que se isolam.

Mesmo com bebês, com quem é mais difícil, porque temos a tendência de trazer tudo pronto para eles - "*Eles não falam... temos que adivinhar tudo...*" -, é possível agir democraticamente. Eles têm suas próprias formas de expressar-se. Choro, balbucio, gritinhos, expressões de alegria, retraimento, agressividade, movimentos do olhar, da mão ou do corpo inteiro em direção a alguma coisa são formas capazes de comunicar suas necessidades, desejos, problemas, gostos e vontades. Prestar atenção a tais formas e procurar atender ao que os bebês estão dizendo é agir democraticamente. Por essas expressões, eles estão participando e influenciando no planejamento e no desenvolvimento das atividades na creche.

7 - *Tolerância*: a rigidez torna as almas pusilânimes, isto é, pequenas, fechadas, mesquinhas. A magnanimidade, isto é, aquele jeito de ser generoso, de ter espírito aberto, compreensivo, desperta as crianças para terem alma grande. O intolerante se julga melhor que os outros, o perfeito, a referência para o comportamento dos demais. O tolerante não é aquele que se omite, que deixa passar tudo o que é errado, que aceita a humilhação, mas o que releva, perdoa, compreende os motivos por que o outro agiu daquele modo. Ao escolher a profissão de educar crianças, o professor se colocou diante da oportunidade de ajudá-las a terem uma visão aberta, ampla, compreensiva do mundo e das pessoas, isto é, de que as crianças tenham a alma grande. O seguinte exemplo retrata essa situação: a diretora não queria mais que as crianças chegassem atrasadas. Argumentava que atrapalhava as atividades das salas. E deu a ordem de fechar o portão dez minutos após o horário fixado para a entrada. Na sala da professora Verônica, a ausência do Léo começa a ser

notada. As crianças e a professora decidem informar-se do motivo. Descobrem que o Léo mora longe e sua mãe tem que trazê-lo a pé. As crianças propõem à professora falarem com a diretora para deixar o Léo entrar atrasado algumas vezes.

8 - *Solidariedade*: o dicionário Aurélio define solidariedade como: "...3. Relação de responsabilidade entre pessoas unidas por interesses comuns, de maneira que cada elemento do grupo se sinta na obrigação moral de apoiar o(s) outro(s)". Na educação infantil, a solidariedade é forte entre as crianças. Elas têm interesses comuns e sentem-se impulsionadas a apoiar, ajudar e estar junto de seus colegas. Um amigo que está doente, outro que hoje apareceu triste, um que não consegue terminar o trabalho, alguém que se machucou no parque ou bateu a cabeça no canto da mesa... são situações em que a solidariedade, na forma de um abraço, uma palavra, uma ajuda, é exercitada.

9 - *Cooperação*: as atividades em grupo exercitam a cooperação, põem em prática a participação de vários indivíduos num mesmo projeto ou ação, ensinam a integração das capacidades de cada um, levam à descoberta do outro, à valorização de suas qualidades. Para certas atividades, a professora forma grupos; para outras, deixa que as crianças se reúnam livremente. Montar, em grupo, um quebra-cabeça de muitas peças, trabalhar em projetos, brincar de pular corda, pique-pega etc. são formas que exercitam a cooperação.

10 - *Respeito à diversidade cultural*: Num mesmo estabelecimento de educação infantil pode haver crianças de diversas etnias, pertencentes a famílias provenientes de diferentes regiões do país, que conhecem crianças de outros países ou que viram na televisão manifestações culturais de outros povos. Na medida em que a professora conhece e respeita essa diversidade, que lhe dá oportunidade de expressão e conhecimento por parte das crianças, está promovendo a admiração pela beleza

daquelas manifestações culturais. Dessa forma, as crianças vão aprendendo a respeitar a diversidade como riqueza, como expressão da identidade e como criação das pessoas. Certamente essas crianças, quando crescerem, não vão considerar a sua cultura mais desenvolvida nem aderirão ao imperialismo cultural sobre povos economicamente mais fracos.

11 - *Diálogo*: todos os documentos internacionais que têm por objetivo promover a paz, falam no diálogo. Ele é a abertura do ser humano para o outro: implica ouvir e falar, entender o ponto de vista do outro e expor o seu próprio com a clareza possível. O diálogo procura chegar a um ponto comum. O ser humano é um ser dialógico. Quem aposta no diálogo tem muito mais chance de conseguir a paz, o entendimento, a solução dos problemas.

Grande parte das falas das crianças, nessa idade, é uma sucessão de monólogos: dizem o que estão fazendo, sentindo ou querendo, sem necessariamente pretenderem dar seqüência a uma conversa, às vezes nem mesmo preocupadas estão se o outro está ouvindo. Mas a professora pode fazer de alguns desses monólogos ocasiões de exercitar o escutar e acrescentar novas falas sobre o que o outro afirmou, dando seqüência ao assunto começado por ele. Dialogar se aprende. Uma permanente atitude de diálogo, que provoque interação, respostas, novas afirmações está na linha dessa aprendizagem.

12 - *Proteção do meio ambiente*: as crianças têm uma sensibilidade muito grande pelas plantas, pelos animais, pela natureza toda. A infância é um período muito importante para a formação de valores permanentes de amor e proteção à natureza, ao Planeta Terra, que se encontra ameaçado pelo comportamento depredatório do ser humano. Aprender a reciclar, usar materiais de sucata, dando novo sentido a coisas que já cumpriram sua primeira finalidade ajuda as crianças enxergarem além da visão utilitarista e consumista. Passeios a

sítios naturais são muito proveitosos para as crianças conhecerem ecossistemas e aprofundarem o sentimento de proteção ao meio ambiente. Neste ano de 2007, houve um Seminário na Universidade de Gotenburgo, na Suécia, sobre educação infantil e sociedade sustentável, em que se explorou

a potencialidade dessa primeira etapa da educação para criar bases sólidas de uma nova visão do Planeta Terra, promovendo a sustentabilidade da vida. Até o mundo acadêmico está abrindo seus olhos para a primeira infância como período decisivo para a construção da paz.

# As Casas da Primeira Infância

Uma ferramenta indispensável de prevenção da marginalidade social, da fuga para as drogas ou o álcool, da violência e do fracasso escolar

Hubert Montagner

## Sumário

Preâmbulo. As Casas da Primeira Infância. Princípios gerais. Organização global. O local-refúgio pré-natal. O local-refúgio das primeiras idades. O lugar-refúgio para as crianças com idade de seis meses a três anos. O lugar de mediações cruzadas. O lugar de prospectiva e perspectiva para a criança e seus pais. O lugar de informação e comunicação. O lugar de formação pluridisciplinar das diversas categorias de profissionais envolvidos na vida pré-natal, o pós-nascimento e a primeira infância. O lugar de valorização do “saber-ser” e das habilidades das crianças e de seus pais. Conclusão.

## Preâmbulo

O desenvolvimento de estruturas de atendimento bem concebidas para a primeira infância deveria ser preocupação essencial dos dirigentes responsáveis pela família, educação, saúde, política e economia, por enfrentarem vários desafios de grande importância que, independentemente da cultura e particularidades étnicas, incidem no futuro de um país e de uma nação. Esses desafios são:

– *o crescimento da natalidade ou sua manutenção em patamar elevado*. Para fazer face às realidades demográficas, é preciso repensar as estruturas “tradicionalistas” de atendimento e educação da primeira infância (creches, guarderias para crianças<sup>2</sup>, escolas maternas) e, sobretudo, construir estruturas de

Hubert Montagner é psicofisiologista, Professor das Universidades<sup>1</sup>, Diretor de Pesquisa no Instituto Nacional de Saúde e Pesquisa Médica – INSERM da França.

Texto traduzido do francês por Jean F. Cleaver, Tradutor do Senado Federal.

<sup>1</sup> Ndt: Último escalão da carreira universitária francesa, equivalente ao *full professor* britânico.

<sup>2</sup> Ndt: *Haltes-garderies*, como existem nos *shopping centers*, em que se podem deixar crianças brincando por prazo variável.

um novo tipo, para que cada criança possa realizar-se em todas as dimensões ao longo dos primeiros anos de vida, em interação com sua mãe e sua família. Tais estruturas devem ser concebidas de forma a que as mães e as famílias possam envolver-se plena e serenamente na vida econômica, social e cultural de seu país sem serem tolhidas ou impedidas pela ausência ou insuficiência de estruturas de atendimento da primeira infância, especialmente se tiverem condições de vida difíceis. Outrossim, é preciso que as mães e as famílias possam confiar seus filhos às estruturas para a primeira infância sem sentimentos de culpa, preocupação, ansiedade ou angústia, independentemente dos traços individuais, sociais, culturais ou étnicos das pessoas;

– a sociedade é cada vez mais complexa, estressante e inconstante. Para fazer face a essa evolução, é preciso dar às diversas crianças a oportunidade de desenvolverem mecanismos, condutas e recursos necessários para adaptar-se a múltiplos parceiros e ambientes, da primeira infância à adolescência. O desenvolvimento das capacidades de adaptação e integração sociais requer concepções novas e novos modos de funcionamento das estruturas de atendimento da primeira infância, assim como de todas as estruturas educacionais – especialmente da escola – quaisquer que sejam as dificuldades das diversas crianças (doença genética, deficiência, “distúrbio comportamental”) e independentemente das particularidades do meio familiar;

– as condutas “aborrecedoras” ou preocupantes das crianças, pré-adolescentes e adolescentes alimentam, na população, uma ansiedade e uma insegurança crescentes, bem como um sentimento de impotência entre os atores e decididores sociais. Para enfrentar esse fenômeno, é preciso criar condições que permitam prevenir ou reduzir o desenvolvimento, em todas as idades, de comportamentos auto-centrados (ensimesmamento e auto-isolamento), de comportamentos de evitação e fuga (entre os quais, os que levam ao consu-

mo excessivo de álcool e drogas, ao suicídio e à marginalidade social), da “hiperatividade” (grau considerado excessivo de turbulência e instabilidade comportamental), da violência e da destruição, assim como de condutas “estranhas”, que acarretam a admissão de crianças, pré-adolescentes e adolescentes em estabelecimentos especializados (ambulatorios, Institutos Médico-Educativos, Institutos Terapêuticos, Educativos e Pedagógicos – ITEPs). Essas condições devem ser criadas não apenas na escola e na cidade, como também nas estruturas de atendimento da primeira infância (creches, escolas maternais), que são, com a família, o caderinho em que se forjam os apegos seguros, a sincronização dos ritmos com o ambiente, a aliança do corpo e do pensamento na conquista do espaço, as relações consensuais com parceiros, os processos de socialização e a elaboração dos recursos intelectuais;

– a insegurança afetiva da criança e de sua família é acompanhada de consumo excessivo de “muletas químicas” (soníferos, sedativos, psicotrôpicos), destinadas a amenizar os distúrbios do sono, os esgotamentos fisiológicos e psíquicos, o estresse, as desestabilizações e as doenças geradas por uma sociedade cada vez mais complexa, estressante e instável. Para enfrentar esses desregramentos, é preciso criar, para a primeira infância, estruturas e ambientes que, ao instalar os indivíduos na segurança afetiva, reduzem o consumo excessivo de “muletas químicas”, fonte de fragilidade para a saúde somática e psíquica das pessoas, e também fonte de déficit financeiro para as entidades de previdência social.

As Casas da Primeira Infância foram concebidas para enfrentar esses desafios.

### *As Casas da Primeira Infância Princípios gerais*

*As Casas da Primeira Infância compreendem locais-refúgio e espaços de vida, cujo objetivo é otimizar o desenvolvimento da criança, suas*

*afinações afetivas, seus processos de apego seguro, seus ritmos, seus equilíbrios biopsicológicos, seus processos de socialização, suas aquisições e construções, da vida pré-natal à idade de três ou quatro anos, em interação com a ou as pessoas de apego inicial (mãe, pai, irmãos).* As Casas da Primeira Infância estão abertas a mães e famílias de todos os meios, porém, sobretudo àquelas cujas dificuldades pessoais, morais, relacionais, sociais, intelectuais ou outras podem impedir a criança em construção de encontrar suas referências e equilíbrios, desenvolver suas competências e adquirir novas competências. E, de forma mais geral, de adaptar-se a seus diversos parceiros e ambientes múltiplos, de integrar-se na sociedade. *As Casas da Primeira Infância recebem, em prioridade, as mães e futuras mães mais jovens, desprovidas de vínculos familiares ou de lar, desempregadas, sem renda, desocupadas, prisioneiras de um ambiente de vida estressante e desestabilizante, vítimas de maus-tratos, prostitutas, dependentes de droga ou do álcool e/ou socialmente marginalizadas.*

### *Organização global*

As Casas de Primeira Infância compreendem vários setores:

– *três locais-refúgio, de concepção diferente, destinados a receber futuras mães e famílias em diversos momentos da gravidez (local-refúgio pré-natal), pais e bebês com idade de alguns dias, semanas ou meses (local-refúgio das primeiras idades) ou famílias com filhos cuja idade vai da aquisição da autonomia locomotora (segunda metade do primeiro ano) ao quarto ano de vida (local-refúgio da primeira infância);*

– *um lugar de mediações cruzadas (entre a criança, a mãe, o pai, os irmãos, os avós e outros parceiros do ambiente familiar; entre a mãe, a família, os educadores e os serviços sociais; entre as diversas categorias profissionais);*

– *um lugar de prospectiva e perspectiva para a criança e seus pais. Este é um espaço de projeção no futuro e de avaliação das*

*perspectivas de inserção escolar, social, profissional;*

– *um lugar de informação e comunicação;*  
– *um lugar de formação pluridisciplinar das diversas categorias de profissionais envolvidos na primeira infância (médicos, educadores, trabalhadores sociais, magistrados, decidores);*

– *um lugar de valorização do “saber-ser” e das habilidades das crianças e de seus pais.*

### *O local-refúgio pré-natal*

#### *Os objetivos*

Este lugar atende mulheres grávidas de todos os meios e origens. Os espaços e estratégias de atendimento, as instalações e a organização do tempo foram concebidos para:

– *disponibilizar todos os meios informativos sobre a sexualidade e a reprodução, a contracepção, a regulação dos nascimentos, a gravidez, a prevenção da AIDS e de doenças venéreas, o parto, o período pós-natal, os primeiros anos;*

– *acompanhar e monitorar a gravidez de mulheres depressivas, isoladas do tecido social, vítimas de maus-tratos, com “distúrbios” de personalidade, que sofrem de falta de cuidados, segurança afetiva ou apoio para, assim, reduzir os riscos de complicações, aborto espontâneo, parto prematuro e marginalidade social;*

– *acalmar e tranquilizar as futuras mães, reduzir sua preocupação, sua ansiedade, suas angústias e medos, ajudá-las a confiar em si mesmas e nos outros, conduzi-las à auto-estima e, também, limitar os riscos de depressão nervosa ou de outras alterações psíquicas, independentemente de sua idade, meio social e grupo étnico;*

– *ajudar as futuras mães a aceitarem as transformações do seu corpo;*

– *atender, de modo particular e anônimo, as adolescentes grávidas, com ou sem sua família, especialmente as mais jovens (12-13 anos) e ajudá-las a enfrentar a gravidez;*

– *atender, no anonimato e em condições*

*apropriadas, as que estão vivendo sua gravidez em ambiente prisional ou à margem da sociedade (sem-teto, prostitutas, drogadas);*

*- envolver, sempre que possível, o companheiro e os outros familiares (os irmãos, futuros avós) no acompanhamento da gravidez e na projeção no período pós-nascimento;*

*- propor e executar, junto às futuras mães, um "acompanhamento de corte", nos casos de dependência de álcool, droga, fumo;*

*- prevenir a bulimia e a anorexia;*

*- informar as futuras mães, de forma não culpabilizadora, de que o feto já possui sensorialidade, percepções, vida emocional e afetiva, capacidades de interação, e de que é possível dar atenção às suas manifestações e viver a gravidez considerando-o um ser capaz de comunicação e apego (veremos mais adiante a utilização da ecografia, do banco de imagens e documentos da midiateca). São especialmente informadas de que o feto é capaz de discriminar e reconhecer as vozes das pessoas do seu futuro meio familiar, assim como os ambientes sonoros e musicais. São informadas de que seu ritmo sono/vigília e seu ritmo de atividade influenciam os ritmos do feto, etc. Podem ser incitadas a controlarem os barulhos do ambiente de vida, especialmente aqueles suscetíveis de perturbar o feto ou a grávida, ou seu estilo de vida (ultra-som, música muito alta). Isso permite que o feto adquira referências claras e estruturadoras sobre seu ambiente familiar particular e seus futuros parceiros;*

*- ajudar as futuras mães a organizarem regularmente seu ritmo sono/vigília e seu ritmo de atividade em função da alternância noite/dia (sem deixar de adaptar-se aos ritmos sociais), graças a uma assistência médica e psicológica que reduza suas insônias e distúrbios de sono, estabilizando seu ritmo de atividade dia após dia. Isso pode ser conseguido hospedando as mães pelo prazo necessário para que (re)sincronizem seu ritmo sono/vigília e seu ritmo de atividade em função da alternância noite/dia;*

*- preparar as futuras mães ao encontro*

*pós-natal com o bebê, em particular, ensinando-lhes a se organizarem para o dia e de um dia para outro, para que as duas "carteiras de identidade" da criança (o ritmo sono/vigília e o ritmo alimentar) e suas outras necessidades fundamentais sejam respeitadas, e possam desenvolver-se entre elas e o bebê interações em sintonia, instalando-se um apego seguro. Destarte, criam-se condições para a mãe e seu bebê se instalarem na segurança afetiva logo após o nascimento. Assim, a criança pode soltar suas emoções e sua afetividade, dar liberdade às suas competências e interações, aos seus processos cognitivos (os processos de compreensão e aprendizagem) e construir sua vida intelectual.*

Resumindo, ao atender as futuras mães em um ambiente tranquilizador, que inspira confiança, por algumas horas ou, se necessário, alguns dias ou até semanas, o local-refúgio pré-natal tem por objetivos:

*- permitir que as pessoas fiquem mais tranquilas e apaziguadas, voltem a confiar em si mesmas e nos outros e desenvolvam sua auto-estima;*

*- disponibilizar cuidados, desintoxicações, atenção, ajuda e apoio;*

*- ajudar as pessoas a (re)estabilizarem suas emoções, sua afetividade e seus ritmos;*

*- poupar as pessoas de ambientes estressantes e desestabilizantes em seu ambiente habitual e até, às vezes, de maus-tratos;*

*- permitir que se insiram social e humanizadamente;*

*- permitir que construam, desde já, um apego seguro a seu bebê, aliás já existente, superando suas dificuldades pessoais, permitindo ainda que se projetem no pós-nascimento sem receios e sem angústia;*

*- fornecer informações confiáveis e não culpabilizadoras sobre si mesmas e a criança que carregam, sem que as mães se sintam julgadas ou estigmatizadas;*

*- envolver os parceiros familiares na gravidez, na expectativa do nascimento e no período pós-nascimento.*

## As instalações

O local-refúgio compreende:

- *uma esfera de recepção, com mobília e espaço ansiolíticos e tranqüilizadores.* Uma recepcionista acolhe cada futura mãe, acompanhada ou não, e a encaminha para uma pessoa-recurso, de atribuições e competência bem definidas (psiquiatra, psicólogo, pediatra, parteira);

- *um setor de informação não culpabilizadora sobre sexualidade, prevenção de AIDS e doenças sexualmente transmissíveis, gravidez e vida fetal (o desenvolvimento e as competências do feto são ilustrados por filmes, fotografias, testemunhos).* Outras informações são prestadas sobre o desenrolar da gravidez e o parto, a alimentação e os princípios de dietética, o sono da mãe e do feto antes e depois do nascimento, etc. (ver o lugar de informação e comunicação);

- *um setor de relaxamento corporal e mental, ansiolítico e tranqüilizador (ioga, banhos, banhos turcos, ambiente musical e luminoso);*

- *um setor de cuidados corporais (massagens, relaxamento) e valorização do corpo, mediante os cuidados de uma esteticista e uma cabeleireira);*

- *um setor de "escuta" do feto e do seu próprio corpo pela futura mãe, que deve ser, também, um setor de liberação da fala com os profissionais do local-refúgio e entre as futuras mães;*

- *um setor ansiolítico de liberação das emoções e do riso (presença de bichos, espetáculo com esses, brincadeiras de palhaço, jogos de papéis);*

- *um setor de reestruturação do ritmo sono/vigília das futuras mães, mediante estadias de vários dias ou, se necessário, de algumas semanas;*

- *um setor de educação alimentar;*

- *um setor de preparação para o parto e a vida no pós-nascimento, que é também um espaço de prospecção das pessoas e estruturas capazes de guardar o bebê (assistentes maternos ou creches), em especial, quando*

a mãe vive só, volta a trabalhar ou a viver em condições estressantes e desestabilizantes;

- *um setor de recepção e sensibilização à gravidez e ao nascimento do companheiro, dos irmãos maiores e dos outros familiares;*

- *um setor de consultas médicas e psicológicas;*

- *um setor de "libertação" da dependência de álcool, drogas ou fumo;*

- *um setor de valorização do "saber-ser" e das habilidades das futuras mães (ver mais adiante).*

A equipe do local-refúgio é pluridisciplinar, como nos outros locais-refúgio (ver mais adiante).

## O local-refúgio das primeiras idades

Este local acolhe mães, pais e crianças nas primeiras idades (dos primeiros dias após o nascimento até seis meses de idade).

O local compartilha certos setores e pessoas com o lugar-refúgio pré-natal: a esfera de recepção, a recepcionista e as pessoas-recurso, o setor de cuidados corporais e valorização do corpo, o setor ansiolítico de liberação das emoções e do riso, o setor de educação alimentar, o setor de prospecção das pessoas e estruturas suscetíveis de acolherem o bebê (assistente maternal, creche), o setor de atendimento do companheiro, dos irmãos maiores e outros familiares, o setor de consultas médicas e psicológicas, o setor de liberação da dependência de álcool, drogas e fumo, o setor de valorização do "saber-ser" e das habilidades.

Outros setores foram concebidos para responder às especificidades do pós-nascimento:

- *um setor de exames médicos e psicológicos do bebê e da criança jovem;*

- *um banco de leite e um setor de amamentação e desculpabilização, que permitem que cada mãe aprenda a forma de segurar o recém-nascido e os gestos da amamentação, adaptados à configuração dos bicos (aleitamento no seio) e da boca, da língua e do*

céu da boca da criança, ajustando-se às suas particularidades. Ali, os profissionais (médicos, enfermeiras, puericultoras) podem tranquilizar as mães quando o bebê rejeita o seio ou a mamadeira, regurgita, engasga, quando não ganha peso, quando sua curva de crescimento ponderal permanece abaixo da média, quando apresenta reações alérgicas, quando tem particularidades morfológicas, anatômicas, fisiológicas ou comportamentais. O pai e a família (irmãos, avós) são envolvidos na alimentação do bebê, em casa ou em qualquer outro lugar;

– *um setor de sono calmo, apaziguante e ansiolítico, para acolher os bebês em cada episódio de sono;*

– *um setor que ajuda a mãe a (re)estruturar seu ritmo sono/vigília ao longo de 24 horas, em caso de insônia noturna ou desregramento do ritmo sono/vigília e de um ritmo de atividade dessincronizado em relação à alternância noite/dia. Este setor foi concebido para hospedar a mãe e seu bebê por vários dias ou, até, algumas semanas, até a estabilização e o ajuste recíproco do seu ritmo sono/vigília. O pai e os irmãos são envolvidos na preparação do adormecimento da criança e seu acolhimento ao acordar, em especial, nos episódios de sono noturno e de madrugada;*

– *um setor de cuidados corporais ao bebê, onde as mães podem aprender e regular os gestos que o deixam limpo e confortável;*

– *um setor de relaxamento corporal e mental, que favorece as interações apaziguadoras e em sintonia entre o bebê, a mãe, o pai e os irmãos (caixa de areia, piscina, ioga, trabalhos de corpo, uso de poltronas de balanço, interação com bichos, de saúde e comportamento controlados);*

– *um setor de banhos sensoriais para o bebê, controlados e totalmente isentos de superestimulação (mosaicos de cores e formas, kaleidoscópios, objetos e personagens indutores de risos e sorrisos, ruídos, músicas e vozes não ansiógenos, ruídos da natureza, substratos macios, duros, lisos ou rugosos, cheiros hedônicos e não agressivos);*

– *um setor de informação não culpabilizadora sobre o bebê e a criança jovem. Ali, enfatizam-se: a diversidade dos roteiros de desenvolvimento e a unicidade de cada pessoa-criança; a necessidade de respeitar, sem confundi-las, as duas “carteiras de identidade” de sono/vigília e de ritmo alimentar; o leque e a variabilidade das competências perceptivas e interativas nas diversas idades; os fundamentos de um apego seguro; a variação, de uma criança para outra, da idade de emergência das competências motoras e corporais (posição sentada sem ajuda, andar voluntário, escaladas) e no domínio dos esfíncteres; as capacidades de conquista do espaço; a importância do ambiente na emergência, a diversidade, a flexibilidade, as mudanças e a evolução dos comportamentos, dos modos de comunicação e linguagem, independentemente das particularidades genéticas ou inatas e das deficiências; a alimentação e os princípios de dietética; a diversidade dos processos cognitivos;*

– *um setor de deambulação e bate-papo sobre super-estruturas (passarelas, plataformas) em uma sala de encontro entre mães e profissionais e num jardim adaptado, que permitem que os bebês evoluam na terceira dimensão espacial (altura e profundidade). Dessa maneira, cada bebê pode descobrir, no colo da mãe, os conceitos necessários à integração das diversas dimensões do espaço (em cima, embaixo, acima, abaixo, ao lado, à esquerda, à direita, ao infinito), assim como as relações espaciais entre as pessoas, os objetos e o ambiente em geral;*

– *um setor de interação entre os diversos bebês e suas mães, bem como entre os bebês, nos diversos posicionamentos corporais (deitados de costas ou de bruços, sentados em assentos apropriados, em pé);*

### *O lugar-refúgio para as crianças com idade de seis meses a três anos*

Esse lugar atende crianças com idade de seis meses ao quarto ano. Compartilha

certos setores com o lugar-refúgio das primeiras idades: a esfera de recepção, a recepcionista e as pessoas-recurso, o setor de exames médicos e psicológicos da mãe e da criança, o banco de leite e o setor de amamentação, o setor de cuidados corporais ao bebê, o setor de cuidados corporais e de valorização do corpo para a mãe, o setor de relaxamento corporal e mental, o setor de liberação do riso, o setor de informação não culpabilizadora sobre o bebê e a criança jovem, o setor de prospecção de um lugar e uma pessoa de guarda (assistente maternal, creche), o setor de atendimento do companheiro e dos irmãos maiores, o setor de consultas médicas, o setor de libertação das mães (dos pais) da dependência de álcool, drogas e fumo, o setor de valorização do “saber-ser” e das habilidades.

Outros setores foram concebidos para responder às especificidades e evoluções, da idade de seis meses à de quatro anos:

- *uma esfera de recepção, organizada para que cada criança e sua mãe (seu pai, seus irmãos) possam desenvolver entre si interações em sintonia e nutrir-se mutuamente de segurança afetiva: espaços concebidos para sonhar ou contar histórias em aconchego mútuo; dispositivos para autobalançar-se (poltronas de balanço, balanços); percursos de perseguição lúdica; paredes com orifícios que permitem brincar de esconde-esconde e reencontrar-se face a face; espetáculo com bichos, etc. (ver as instalações já existentes em Besançon, Montpellier, Bordeaux...). A esfera de recepção também foi concebida para que as crianças possam acordar no seu ritmo próprio se ainda não tiverem saído completamente de um episódio de sono, ou seja, até reencontrarem um certo nível de vigília e atenção ao ambiente (ninhos de aconchego, alvéolos e nichos, piscinas de almofadas que permitem enterrar-se entre elas). Foi concebida, finalmente, para que a criança e seus acompanhantes possam superar os medos e a insegurança afetiva desenvolvidos em casa ou no caminho até a Casa de Primeira Infância (espaço de relaxamento em um ambiente*

de músicas não ansiógenas, de formas e cores, encontro com pessoas tranqüilizadoras, espetáculo de peixes em um aquário, interações com um palhaço, interações com bichos de estimação);

- *um lugar de calma, relaxamento corporal e sono* permite receber crianças sonolentas ou que apresentam os indicadores habituais do adormecimento, independentemente da hora. Desta maneira, pode-se respeitar o ritmo ultradiano sono/vigília de cada indivíduo, em cada idade;

- *um lugar de aprendizagem de todas as dimensões espaciais, em interação com a mãe, o pai* (escalada e descida de espaldares, escada, rampa, escorrega, muro de escalada, rede de escalar; percurso de circuito com lombadas, covas, plataformas, passarelas, pontes de macaco; travessia de espaços concêntricos, dotados de estrutura de mil-folhas, que permitem a conquista da profundidade; etc.);

- *um lugar de exercícios corporais e construção do esquema corporal* com os pais, os pares e os profissionais (jogos com aros e bolas, montanha russa);

- *um lugar de encontro entre as crianças*, que permita buscas e perseguições lúdicas (labirinto, dédalo, circuito fechado do tipo circuito automobilístico, ciclovia para triciclos e caminhões de cavalgar), interações indutoras de risos (piscina de bolinhas, circuito automobilístico com rampas em que se podem guiar e trocar carrinhos), cooperações (possibilidades múltiplas de construção de torres, pirâmides, prédios com blocos, caixas, pneus; possibilidade de conjugar os próprios comportamentos e esforços com os dos pares para girar um carrossel, tocar um sino); e comportamentos de ajuda mútua no espaço e em volta de uma mesa;

- *um lugar de brincadeiras relaxantes para as crianças e os pais* (rolamentos, lançamento de cubos de espuma, bolas e almofadas; pulos e mergulhos em piscina de almofadas ou piscina de bolinhas; boliche; jogos de percussão em tambores e pratos; jogos de derrubadas);

- um lugar de liberação da linguagem, de jogos de papéis e jogos simbólicos;

- um mezanino de narração de contos e estórias e de banhos linguísticos;

- um lugar-teatro de fantoches;

- um lugar de montagem e criação, em volta de mesas adaptadas (construção com elementos do tipo Lego, construção mecânica do tipo Meccano, quebra-cabeças, desenhos, pinturas);

- um lugar de lanche e convivialidade em volta de uma mesa;

- um lugar aquático de atividades lúdicas;

- um lugar de preparação para as condições normais da escola maternal;

- um lugar de abertura sobre o mundo (pôsteres, fotografias, filmes sobre a diversidade de populações e estilos de vida, de floras, faunas, universos minerais, climas);

- um lugar de apresentação de atividades sociais, musicais, culturais, esportivas do bairro, da cidade, do meio rural, abertas à mãe, ao pai;

- um lugar de criação de solidariedades com outras crianças e outras famílias.

### *O lugar de mediações cruzadas*

Este lugar permite amenizar e reduzir os “conflitos cruzados” entre a mãe, o pai, os irmãos e a criança, entre os dois pais e os avós, entre a criança e seus novos parceiros familiares, quando a família é recomposta (padrasto, madrasta), entre a criança, seus pais e as pessoas das estruturas de guarda, caso ela fique habitualmente no domicílio de uma assistente maternal, numa creche ou escola maternal, e entre os diversos profissionais da Casa de Primeira Infância. Ali, os pais podem encontrar uma pessoa-recurso que os ajude a entender e administrar seus conflitos com vizinhos, empregadores, administrações. Este lugar contribui para a resolução de conflitos nas equipes das estruturas de guarda da primeira infância (creches, guarderias, escolas maternais).

As pessoas-recurso do lugar de mediações cruzadas são avós, psicólogos,

pedopsiquiatras, trabalhadores sociais, educadores especializados, magistrados ou sábios, identificados por seu espírito de conciliação.

### *O lugar de prospectiva e perspectiva para a criança e seus pais*

Este lugar permite procurar as soluções mais adequadas às dificuldades encontradas pela criança, pela mãe e pela família no dia-a-dia:

- criação ou reconstituição das condições suscetíveis de favorecer interações em sintonia e nutrir um apego seguro entre a criança, sua mãe e outros parceiros familiares;

- reestabilização e proteção dos ritmos de sono/vigília e dos ritmos de atividade dessincronizados em relação à alternância noite/dia e aos ritmos sociais, seja por motivos pessoais (pessoas insones ou de ritmos dessincronizados, pessoas “da manhã” ou “da noite” ...), seja por motivos profissionais (trabalho noturno, horários que se iniciam muito cedo pela manhã ou muito tardios, trabalho por turnos), seja devido a um ambiente perturbado pelo barulho, pelas intrusões, pelas idas e vindas;

- identificação das pessoas e estruturas que possam ficar com a criança fora do domicílio familiar (assistentes maternais, famílias substitutas<sup>3</sup>, creches, escolas maternais);

- restauração dos vínculos entre os pais e sua família;

- projetos dos pais para a criança;

- perspectivas para a mãe e o pai.

### *O lugar de informação e comunicação*

Uma midiateca permite que as mães e as famílias se encontrem com pessoas-recurso, que indicam leituras ou documentos

<sup>3</sup> Ndt: Em francês, *familles d'accueil*: são as famílias escolhidas e remuneradas pelo poder público francês para hospedar crianças de idade variável, que por algum motivo se viram separadas de seus pais.

audiovisuais suscetíveis de esclarecer suas dúvidas sobre contracepção, recursos anticoncepcionais, gravidez, parto, vida do feto, necessidades, sensorialidade, ritmos, competências do bebê, as estruturas de atendimento da primeira infância, etc. As pessoas-recurso acompanham as mães e as famílias no descobrimento da informação e, quando necessário, fornecem explicações. Privilegiam-se os meios audiovisuais. A constituição de uma rede de mães e famílias experientes e a presença de parteiras, enfermeiras, puericultoras, educadoras de crianças jovens, fonoaudiólogas da Casa da Primeira Infância permitem que as mães e as famílias se encontrem com pessoas-recurso que trazem, respectivamente, o peso de sua vivência e o de sua competência profissional ao acompanhar a leitura ou a visualização dos documentos.

Organizam-se encontros periódicos, em um lugar de palavra, em volta de livros, filmes, consultas clínicas, ocorrências diversas, documentos multiculturais sobre a vida pré-natal, o pós-nascimento, as práticas relacionais e educativas em diversas culturas e etnias.

Pequenos grupos de palavra são constituídos em volta de mães adolescentes, marginalizadas, vítimas de maus-tratos, drogadas, prostitutas ou, de forma mais geral, confrontadas com dificuldades pessoais, familiares, sociais, culturais ou étnicas.

#### *O lugar de formação pluridisciplinar das diversas categorias de profissionais envolvidos na vida pré-natal, o pós-nascimento e a primeira infância*

Os três lugares-refúgio, o lugar de mediações cruzadas, o lugar de prospectiva e perspectiva para a criança e seus pais e o lugar de informação e comunicação pluridisciplinares, fornecem aos profissionais envolvidos um livro inédito de vivência, que completa de forma muito concreta e diversificada sua formação escolar, univer-

sitária e hospitalar, quer sejam eles médicos clínicos gerais, pediatras, pedopsiquiatras, trabalhando na proteção materna e infantil ou em outros setores, parteiras, enfermeiras, puericultoras e outras colaboradoras dos clínicos ou, ainda, educadores, professores de primeiro grau, trabalhadores sociais, magistrados, responsáveis por serviços municipais ou departamentais da primeira infância.

#### *O lugar de valorização do “saber-ser” e das habilidades das crianças e de seus pais*

Este lugar permite valorizar o “saber-ser” das futuras mães, das mães e das famílias, mediante espetáculos apropriados que revelem seus talentos de contadora, debatedora, cantora, mímica, atriz, palhaça, dançarina, acrobata, ilusionista. Suas habilidades também são valorizadas, mediante a divulgação em cartazes, a exposição, a difusão de suas competências de escritora ou em matéria de pintura, escultura, bordado, tecelagem, culinária.

Este lugar também visa valorizar as competências do feto e do bebê, assim como o “saber-ser” e as habilidades das crianças do lugar-refúgio para as crianças entre seis meses e três anos de idade (conquista do espaço, interações sociais, habilidades motoras para transformar ou criar objetos, realizações pictóricas, domínio do corpo na dança, talento de palhaço ou de contador, etc.).

#### *Conclusão*

Pode-se, pela construção de estruturas inovadoras de atendimento e educação das crianças jovens, atuar sobre os fenômenos que vão aprisionando crianças e, a seguir, pré-adolescentes e adolescentes na insegurança afetiva. É fato que, aprisionados na insegurança afetiva, as crianças, pré-adolescentes e adolescentes não podem adquirir confiança em si e nos outros, nem superar seus bloqueios afetivos e inibições. Por isso, não podem liberar plenamente suas

emoções nem, daí, controlá-las. Não podem liberar as competências-base ou capacidades básicas que regulam as relações das pessoas com seu ambiente e, em especial, com os outros humanos. Desenvolvem um déficit de capacidade de atenção e de impulso de interação, ao mesmo tempo em que tendem a privilegiar condutas autocentradas, de evitação e fuga (e, com isso, o isolamento e a marginalidade social, bem como a fuga no consumo de drogas ou álcool), ou “o movimento pelo movimento” (instabilidade comportamental, às vezes descrita como “hiperatividade”) ou, ainda, agressões-destruições (ou seja, violência). Em outros termos, essas crianças, pré-adolescentes e adolescentes não podem desenvolver os processos de socialização necessários para respeitar os outros e integrar-se socialmente. Além disso, não podem liberar seus processos cognitivos e, portanto, os mecanismos e capacidades de aprendizagem, por exemplo, na escola. Com isso, é comum que se encontrem em situação de fracasso escolar.

Ao criar condições de vida que apaziguam, tranquilizam e dão segurança afetiva às crianças e suas famílias, instalam e reforçam os processos de apego seguro entre a criança e seus parceiros, respeitam e reestabilizam os ritmos biopsicológicos

e constroem a aliança entre o corpo, a relação social e o pensamento, as Casas da Primeira Infância permitem prevenir o desenvolvimento da insegurança afetiva, da vida pré-natal aos primeiros anos de idade. Permitem prevenir, conseqüentemente, a marginalidade social, a dependência de drogas ou álcool, a violência e o fracasso escolar. Entretanto, também é preciso que a escola e as estruturas de ensino de pré-adolescentes e adolescentes (colégios, liceus)<sup>4</sup> sejam refundados nos mesmos princípios básicos que as Casas da Primeira Infância, sobretudo quando devem ser reconstruídos após terem sido desleixados, abandonados ou maltratados pelo meio familiar e... pela sociedade.

#### Referências

- MONTAGNER, H. 2002 The ontogeny of the baby's interactions over the first year, in J. GOMES-PEDRO, J. KEVIN NUGENT, J. Gerald YOUNG, T. Berry BRAZELTON (eds) *The infant and family in the twenty-first century*, 109-138, New-York, Brunner-Routledge.
- CORRÊA FILHO, L., GIRADE CORRÊA, M. E., SERGIO FRANCA P. 2002 *Novos olhares sobre a gestação e a criança até três anos*, Brasília, L.G.E. Editora.
- MONTAGNER, H. 2006 *L'arbre enfant. Une nouvelle approche du développement de l'enfant*, Paris, Éditions Odile Jacob.

---

<sup>4</sup> Ndt: Na França, *colégio* é o estabelecimento mais ou menos equivalente ao antigo *ginásio* brasileiro, e *liceu*, ao atual *segundo grau* brasileiro.

# As raízes da violência

Antonio Marcio Junqueira Lisboa

## Sumário

Apresentação. Introdução. O que vem sendo feito. A prisão de crianças. O resultado? Por quê? Causas da violência. Como prevenir. Programas destinados a prevenir a formação de comportamentos anti-sociais. Considerações finais.

## *Apresentação*

Espero conseguir o apoio de todos na luta para convencer governantes, políticos e a sociedade em geral de que os distúrbios de conduta, cuja origem, na maioria das vezes, se inicia na primeira infância, são os responsáveis pelo crescente aumento das diferentes formas de violência. A falta de amor, atenção, segurança, limites, disciplina, valores, auto-estima são fatores determinantes da nossa caminhada para o caos social. Os resultados das medidas punitivas e repressivas de combate à violência que vêm sendo utilizadas, há mais de um século, têm sido decepcionantes. Ainda não nos conscientizamos de que é mais fácil construir crianças do que seguir tentando consertar adolescentes e adultos.

## *Introdução*

O *Correio Braziliense* do dia 9 de novembro de 1999 relata a fala, a seguir transcrita, do deputado José Genuíno:

“Existe um grande volume de revelações envolvendo o crime organizado que sinalizam que, no Brasil,

Antonio Marcio Junqueira Lisboa é Membro da Academia Brasileira de Pediatria. Membro honorário da Academia Nacional de Medicina. Ex-presidente da Academia de Medicina de Brasília, da Sociedade Brasileira de Pediatria, da Sociedade de Pediatria de Brasília. Professor Titular de Pediatria da Universidade de Brasília.

ele esteja operando a partir de um estado-maior que coordena as suas ações estrategicamente planejadas. Indícios revelam a infiltração das organizações criminosas nas diversas esferas do Estado, e nos três poderes. Deputados denunciados como chefes de quadrilhas; policiais e outros ramos do Executivo estão contaminados pela presença de quadrilhas dedicadas ao tráfico de drogas, esquadrões da morte, assaltos, tráfico de armas. Juizes fazem parte do esquema de proteção de bandos organizados. O esquema abrange também empresas legais e o uso de instituições financeiras, para a lavagem de dinheiro. Nenhuma infiltração dessa envergadura ocorreria sem um planejamento central. Existem conexões entre quadrilhas que atuam em ramos criminosos diversos, e, em diferentes estados; surgem fios que ligam quadrilhas que atuam no tráfico de drogas, contrabando de armas, roubos de cargas e de veículos, etc. Surgem conexões entre os grupos que atuam no Acre, Alagoas, Maranhão, Piauí, Ceará, Amazonas, Espírito Santo, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. A violência urbana está relacionada com o crime organizado e com o tráfico de drogas e mata mais hoje no Brasil do que qualquer guerra dos últimos tempos. Em São Paulo chega-se à cifra de quase mil mortos por mês. O avanço do crime organizado, nas várias esferas sociais e de poder, confirma a completa falência do Estado. O Estado não só não mostra nenhuma eficácia no combate ao crime, como perdeu toda credibilidade perante a opinião pública de que possa fazer algo nessa área.”

O governo, diante de uma guerra civil não declarada, do crime organizado infiltrado nas diferentes esferas do Estado e nos três poderes, refém de uma polícia despre-

parada e temida pela população, com políticas de combate à violência com resultados pífios, e sem praticamente nenhuma idéia de como prevenir a formação acelerada de delinqüentes, sente-se perdido. Combate os brinquedos marciais, promove manifestações pela paz, tenta controlar programas de televisão, distribui cartilhas, faz apelos, tenta desarmar os cidadãos honestos, melhorar a iluminação das ruas e implantar ações de cunho punitivo e repressivo. Providências de pouco alcance na prevenção do aumento do número crescente de delinqüentes.

O que os governantes e políticos não conseguem entender é que a grande maioria dos violentos – delinqüentes, traficantes, homicidas, contrabandistas, assaltantes, corruptos, estupradores – é formada na infância, “fabricada” antes dos 6 anos de idade, quando neles é plantada a semente da violência. São fatores importantes na gênese da delinqüência: a falta de atenção, de amor, de segurança, de princípios, de valores, de limites, de disciplina e a baixa auto-estima, cuja maior responsabilidade cabe aos pais e aos professores. Além desses, são fatores extremamente importantes a privação materna e a violência doméstica.

Em 14 de janeiro de 1914, Franco Vaz, educador e pediatra, publicou um artigo, “Problema da Proteção à Infância”, onde, além de descrever a situação do menor abandonado no Rio de Janeiro, critica as ações governamentais e propõe medidas corretivas, que nunca foram implantadas. Passados quase cem anos, a situação vem deteriorando-se cada vez mais. E por que isso acontece? A resposta a esta pergunta está no fato de que as ações dos governos em relação à violência são de ordem repressiva, paliativa, cujo objetivo maior é o combate à violência, sem maiores preocupações com a prevenção das causas determinantes, responsáveis pela formação de delinqüentes. Medidas que visem a melhorar as condições socioeconômicas da população, controlar o narcotráfico, acabar

com a impunidade, coibir o contrabando e a venda de armas, embora importantes, são pouco eficientes, pois atuam somente sobre as causas predisponentes ou sobre as conseqüências da violência.

Considero que a prevenção à violência é principalmente um problema pediátrico, o que exigirá o concurso de profissionais conhecedores das necessidades emocionais das crianças – pediatras, psiquiatras infantis, psicólogos, educadores, assistentes sociais, sociólogos, antropólogos – para ser resolvido. Já o combate ou tratamento da violência é responsabilidade do Estado, da Justiça e dos órgãos de segurança. Sem programas dirigidos para a prevenção, a violência seguirá crescendo, consumindo recursos fabulosos sem o retorno esperado. Acredito que isso só poderá ser conseguido se houver uma atuação sobre as crianças nos seis primeiros anos de vida, durante o processo de formação de seus valores, do seu caráter, da sua personalidade.

Assim, neste Fórum proponho-me a tentar convencer os parlamentares de que a prevenção da violência é, em quase sua totalidade, de responsabilidade pediátrica. Ou protegemos nossas crianças para que se tornem adultos honestos e responsáveis, ou continuaremos caminhando, inexoravelmente, para o caos social. Trata-se, no fundo, de um problema de cidadania.

### *O que vem sendo feito*

Em termos de política de defesa dos direitos humanos, o Brasil é um dos países mais avançados. É signatário de vários tratados internacionais, leis têm sido promulgadas e a Constituição Brasileira é considerada uma das que mais assegura direitos às pessoas, às crianças e aos adolescentes. O artigo 227 da Constituição visa a garantir às crianças e aos adolescentes, com absoluta prioridade, alimentação, educação, proteção, saúde, segurança. Infelizmente, na prática, não funciona, pois o que está prescrito não vem sendo cumpri-

do. A criança ainda é considerada uma das menores prioridades em nosso país. Perde para os bancos, por exemplo.

Há mais de meio século, inúmeras medidas vêm sendo tomadas para diminuir os episódios de violência. Entre outras, assinatura de tratados, promulgação de leis, implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente. Criação de Varas, Delegacias Especializadas, Escritórios de Defensoria, Conselhos Municipais e Tutelares. Comissões Nacionais, Estaduais e Municipais de Defesa de Direitos. Programas de proteção às testemunhas. Combate à pobreza, às desigualdades sociais, ao tráfico de drogas, ao contrabando de armas, à impunidade, à corrupção. Desarmamento da população, e, também, das crianças por seus brinquedos marciais. Construção de centros de ressocialização para “recuperar” infratores adolescentes (FUNABEM, FEBEM), delegacias, penitenciárias, presídios de segurança máxima. Conscientização da população, distribuição de cartilhas com recomendações para evitar os diferentes tipos de violência. Criação de ONGs que se dedicam a promover a paz. Promoção de cultos, protestos, passeatas pela paz e contra a violência, distribuição de fitinhas, cartazes, bandeiras e lenço brancos.

Em relação à Polícia: aumento do efetivo, treinamento adequado, criação de grupos especializados, além de compra de novos equipamentos. Aumento dos salários e punição de membros corruptos. Colocá-las nas ruas.

O combate à criminalidade é atribuição dos órgãos de segurança e do Poder Judiciário. A Polícia identifica os delinquentes, prende-os e os entrega ao Judiciário, que define qual o tipo de pena a ser-lhes atribuída.

Embora a Polícia seja a instituição que nos protege do caos, ela e o Judiciário estão contaminados pelo crime organizado, principalmente pelo narcotráfico. Inúmeros policiais e delegados, inclusive da Polícia Federal, considerada de elite, foram exclu-

idos por corrupção. Várias operações da Polícia Federal identificaram membros do Judiciário, inclusive ministros e desembargadores, participando de atividades ilícitas. Fatos preocupantes por serem eles os guardiões das leis.

### *A prisão de crianças*

Acredito que os órgãos de segurança e a sociedade estejam completamente perdidos. Como se fossem avestruzes, escondem a cabeça na areia, para não enxergar a origem real do problema – as deformações da personalidade e do comportamento humanos, a maioria tendo origem na primeira infância.

O medo dos jovens transbordou os limites da racionalidade, em grande parte devido às notícias veiculadas pela mídia. Criou-se um clima de que algo mais teria que ser feito. Em lugar de se procurar as causas determinantes e atacá-las, acharam mais fácil tentar baixar a idade de responsabilidade penal. As pessoas que defendem essa diminuição não estão buscando uma solução para o problema da delinquência e da violência, e sim uma forma de conseguir dormir com tranquilidade, andar nas ruas com segurança, diminuir suas preocupações com a escola e o lazer dos filhos, garantir seu patrimônio pessoal e a sua vida, nem que isso custe colocar uma multidão de jovens nas cadeias. Para pacificar suas consciências, fingirão acreditar que a prisão será boa para eles, pois aprenderão lições de cidadania, de civilidade, de respeito à propriedade privada, de obediência às leis e de lá sairão cidadãos honestos. Assim pensando, estão na contramão dos penalistas que acreditam na falência pedagógica e de recuperação de nossas FEBEM e penitenciárias, e que o sistema carcerário existente, como produtor e reproduzidor da violência, esteja contribuindo para o aumento e não para a diminuição da criminalidade. Por essas razões têm proposto a aplicação de penas alternativas, como a prestação de

trabalhos à comunidade. A redução da idade penal é mais uma medida que em nada contribuirá para prevenir ou diminuir a criminalidade. Ao contrário, permitindo a restrição da liberdade pela colocação de adolescentes em centros de recuperação ou presídios, aumentarão os já graves problemas conseqüentes à superpopulação carcerária, e poderemos assistir, estupefatos, o contrário do esperado, a um aumento da criminalidade, pela formação de mais delinqüentes. J.C.E. fumava maconha, cheirava cocaína e tinha sua Beretta. Perguntado se achava que um garoto de dezesseis anos tem consciência do que está fazendo, respondeu: “Tem. Mas a redução da idade só vai encher mais as cadeias. Mas cadeia não reabilita ninguém. O cara sai da prisão seis vezes mais bandido. Em vez de discutir isso, deveria prevenir os crimes que ainda não aconteceram. A questão principal é melhorar o cara que está com vontade de roubar” (C.B. 18.03.98). Até J.C.E., 17 anos, sabe que o melhor é prevenir.

### *O resultado?*

- As pessoas estão em pânico, inseguras, impotentes, acuadas, aprendendo a usar armas ou recebendo lições de defesa pessoal;
- A mídia relata, em um crescendo, episódios e cenas terríveis de violência.
- Nas capitais, mais da metade da população já foi vítima de violência.
- A polícia instrui a população a se defender.
- A população defende a pena de morte. Os linchamentos aumentam.
- Fazendas são invadidas.
- O futebol deixa centenas de feridos.
- Cresce o número de empresas de segurança.
- Aumenta a violência doméstica, a corrupção, roubos, assaltos, seqüestros, homicídios.
- A polícia é temida pela população, principalmente pelos pobres.

- Aumentam os corruptos, inclusive entre parlamentares, governantes, magistrados e policiais.

- As pessoas se defendem construindo grades, muros, compram armas, não saem de casa, não viajam à noite. Contratam seguranças, instalam equipamentos eletrônicos, usam carros blindados, helicópteros.

- Os presídios e centros de recuperação estão superlotados. Rebeliões, fugas, assassinatos são rotineiros e os motoristas assaltados e violentados.

- Narcotraficantes dominam favelas e bairros, decretando feriados e quem pode ali morar, viver ou morrer. Incendeiam ônibus, queimando as pessoas que estão em seu interior.

- O índice de corruptos está aumentando. Políticos, governantes, magistrados, policiais e empresários estão se locupletando com o dinheiro público, aquele que deveria ser usado para melhorar a saúde, a educação, a nutrição do povo.

- Cada vez mais homens, mulheres e crianças fazem cursos de defesa pessoal e manejo de armas de fogo.

- Os bandidos, de dentro de presídios, principalmente dos do Rio e São Paulo, utilizando celulares, ameaçam a população, já aterrorizada. Os falsos seqüestros chegam a um em cada 17 horas, só no Distrito Federal.

- A internet é utilizada por pedófilos, para roubar senhas e sacar dinheiro de bancos, para ameaçar pessoas e até para planejar roubos, seqüestros e assassinatos.

- Os roubos de carros, de transporte de cargas, de ônibus vêm aumentando tanto que os seguros estão cada vez mais caros.

- As milícias dominam os morros do Rio, competindo com a Polícia.

- Polícias do Rio e São Paulo em alerta. O assassinato de policiais, de agentes carcerários, ataques às delegacias e quartéis são acontecimentos comuns e preocupantes.

- Roubo de fios elétricos, tampas de bueiros, material de construção, telefones

públicos, tênis, gasolina aumentam o trabalho policial.

- Falsificação de documentos, de dinheiro, fabricação pirata de artigos são comuns.

- Os golpes, dos mais diversos tipos, têm se multiplicado: do Boi Gordo, do Avestruz Master, do Camarão, do Celular, do Orkut, da Internet, das Premiações (falsas), do Seqüestro, dos Acidentes, dando prejuízos milionários à população.

- Doleiros desonestos lavam dinheiro do narcotráfico.

- Concursos públicos para Polícia Federal, Tribunal de Justiça do DF, Ordem dos Advogados do Brasil, Procuradoria são fraudados.

- O contrabando e o nepotismo se tornaram uma praga.

- Um terço dos deputados escalados para investigar o caos nos aeroportos enfrenta problemas com a justiça.

- Aumento do número de bebês enterrados, jogados em lixeiras, lagoas, rios, ainda vivos.

- Estão roubando até sapatos de defuntos em velórios.

- Os tiroteios, verdadeiras batalhas entre traficantes e policiais, ou entre si, são cada vez mais freqüentes, matando e ferindo centenas de pessoas, aterrorizando a população.

- Em 2007, as operações Themis, Hurricane e Navalha, feitas pela Polícia Federal, prenderam e indiciaram centenas de pessoas acusadas de corrupção e formação de quadrilhas. Entre elas, magistrados, procuradores, policiais, parlamentares, governadores, funcionários públicos, empresários. Curiosamente, todos tinham emprego, bom rendimento, não estavam drogados; eram considerados cidadãos de "bem". Ironicamente, um deles é deputado e Presidente da Comissão de Justiça da Câmara de Brasília.

- No Brasil, de 1994 a 2004, foram assassinadas 476.255 pessoas. 175.548 tinham de 15 a 24 anos.

• Estudo de organismo das Nações Unidas feito em ocorrências policiais registradas nas duas maiores capitais do país, Rio de Janeiro e São Paulo, concluiu que o rigor da legislação não reduziu os índices da violência, inclusive a prática de crimes hediondos. No Rio, os homicídios aumentaram 162% no período de 1984 a 2003 e, em São Paulo, 292%. O tráfico de drogas aumentou de 950%, segundo estudos da Universidade Federal do Rio de Janeiro. A lei de crimes hediondos não alterou em nada a projeção do previsto para os anos seguintes.

Ao se referirem aos episódios de crescente violência, os jornais estão usando a palavra “guerra” para definir uma verdadeira situação de guerrilha urbana vivida pelas populações do Rio, São Paulo, Recife, Vitória, Porto Alegre.

Todos os tipos de violência vêm aumentando, o que significa que as medidas adotadas não têm contribuído em nada para a melhoria das condições de segurança.

Está-se chegando a um ponto que quem decide quem vai viver ou morrer é o bandido.

Embora pareça paradoxal, quanto mais planos de combate à violência são implantados, mais a violência aumenta.

### *Por quê?*

Os planos de combate à violência não visam prevenir os desvios de conduta, da personalidade, do caráter, responsáveis pelo aumento do número de delinquentes, e, sim, combater os crimes, usando para isso de medidas punitivas e restritivas, enchendo os presídios, tentando “recuperar” portadores de graves distúrbios de conduta, boa parte irrecuperáveis.

### *Causas da violência*

Há mais de um século, são formuladas as mesmas propostas para diminuir a violência – punir e prender – e os resultados são cada vez piores. Antes, havia uma polícia, depois, duas, três, quatro. Agora, cada

edifício, cada instituição, cada empresa contrata sua própria polícia. Cada pessoa tenta construir sua fortaleza particular. E o resultado dessas providências é que, em 2007, todos estão reféns do medo, quer estejam em casas, apartamentos, ruas, trabalho, escolas, supermercados, lojas, bancas de jornal, templos religiosos, meios de transporte. A descrença na segurança pública e a certeza da impunidade levam a população a viver enjaulada, encarcerada. E os bandidos... à espreita, do lado de fora.

Enquanto isso, a violência aumenta, em todas as suas formas de manifestação. E continua-se a bater na velha tecla, já mais que centenária, de se atribuir a culpa à pobreza, às desigualdades sociais, ao narcotráfico, à impunidade, à proliferação de armas de fogo, à falta de policiais, à falta de políticas públicas e, infelizmente, até ao próprio Estatuto da Criança e do Adolescente.

Em síntese, para a redução dos índices de violência, o que temos visto são as seguintes medidas: a implantação de políticas sociais para diminuir a pobreza e promover uma justa distribuição de renda, diante das desigualdades sociais existentes; o controle ou a proibição do uso de armas de fogo pela população; o combate ao contrabando de armas e ao narcotráfico, com a melhoria do aparato policial e a agilização da justiça; criação de mais presídios.

Apesar de as citações anteriores constituírem, em alguns aspectos, avanços, refletidas como por exemplo na queda da mortalidade infantil e nos índices de desnutrição, a violência vem aumentando. E poderíamos perguntar: por quê?

A resposta está na sua causa determinante, a mais importante na gênese da violência. Ela é *endógena*, interna, depende do comportamento do ser humano.

Sem exceção, no centro de todos os casos de violência, quaisquer que eles sejam, onde e como sejam perpetrados, encontra-se um ser humano que a praticou. Na maioria das vezes, alguém criado por uma

família desestruturada, que não lhe deu a atenção, o amor e a segurança necessários ao seu bom desenvolvimento; que não lhe ensinou a importância da disciplina, dos limites, dos princípios e valores; que violentou a sua auto-estima, que o submeteu a episódios de violência física, mental, emocional, relacional e social.

Existe uma infinidade de casos que podem ser imputados a falhas na formação da personalidade e do caráter dos criminosos. Creio, por isso, que as medidas preconizadas pelos governos e pela sociedade não são capazes de preveni-los. Smith estudou oito assassinos de idade entre 14 e 20 anos. Em todos, a primeira infância foi marcada por episódios de desintegração familiar e privações, com graves repercussões sobre o processo de identificação.

Infelizmente, existe em nossa sociedade um crucial preconceito: o de que a pobreza e as desigualdades sociais sejam causas importantes no aumento da criminalidade. Talvez essa idéia derive da associação errônea de crime / favela = violência e de que favela = pobre, logo, o pobre seria potencialmente perigoso. Por conseqüência, combatendo-se a pobreza, os indicadores da violência diminuiriam. Terrível engano. Os pobres não são agentes e, sim, as maiores vítimas. A quase totalidade dos moradores em favelas, que representa um quinto da população, é constituída de cidadãos honestos, trabalhadores, que sofrem em sua convivência diária com situações de risco. Vale lembrar, não devemos confundir favelas com celeiro de marginais.

Na Índia, país com altos índices de miséria e pobreza, a criminalidade é baixa. Religião e sistema de castas mantêm a violência longe das favelas. Nelas não há tensão e medo. Não existe tráfico de drogas e armas. Pode-se caminhar em suas ruas durante a noite. Na Suíça e Canadá, países onde quase toda a população possui armas, a criminalidade é baixa.

Estudo da Universidade de São Paulo mostra que a criminalidade entre adolescen-

tes nas últimas décadas aumentou quase 10 vezes, apesar de terem mais acesso a escolas e aos empregos. Em 1960, 17% dos infratores, quando foram presos, eram analfabetos; 12% haviam cursado o ensino fundamental; 9% eram empregados, 11,6/100.000 jovens entre 12 e 18 anos haviam praticado crimes. Em 2002, 1,5% eram analfabetos; 67,5% haviam cursado o fundamental; 30% estavam empregados; 112,5/100.000 haviam participado em crimes.

Dizer que desigualdade social, pobreza, armas de fogo, por si só, são causas determinantes da violência é pura balela. Atrás de cada criminoso existe, quase sempre, uma personalidade doentia, principal responsável pela situação de violência em que vivemos.

Qualquer pediatra ou psicólogo, mesmo os menos preparados, sabe que o temperamento violento pode ser herdado ou adquirido. A herança pode ser responsabilizada por um pequeno contingente de indivíduos com comportamento anti-social, ou doentes mentais, atribuindo-se aos fatores ambientais que atuam sobre indivíduos suscetíveis – a maioria crianças com menos de 6 anos – a maior responsabilidade.

Esses profissionais aceitam que, até 3 anos, ou no máximo 6, a criança tenha estruturado sua personalidade, por já ter passado por vivências suficientes para isso. Dizem que, do ponto de vista da personalidade, do caráter e do comportamento, somos o que éramos aos 6 anos. Se essa afirmação é verdadeira, como tudo indica, as medidas para prevenir os distúrbios da personalidade e do caráter terão de ser tomadas antes dos 6 anos, preferencialmente antes dos 3.

Para Kramer existe uma fórmula infalível para implantar na criança, rica ou pobre, o que eu denomino a “semente da violência”, ou seja, produzir desvios da personalidade que irão predispor-la a tornar-se um delinqüente.

“Eis como você cria uma criança violenta: ignore-a, humilhe-a e pro-

voque-a. Grite um bocado. Mostre sua desaprovação a tudo o que ela fizer. Encoraje-a a brigar com irmãos e irmãs. Brigue bastante, especialmente no sentido físico, com seu parceiro conjugal, na frente da criança. Bata-lhe bastante.”

Eu adicionaria: ameace-a, castigue-a, engane-a, minta-lhe, seja permissivo, ensine-a que o mundo é dos “vivos”, vangloriando-se diante dela de atos dos quais deveria se envergonhar. Se isso não for suficiente, coloque-a em frente à televisão para assistir a novelas em que a desestruturação familiar é mostrada como um ganho social, bem como as safadezas, as imoralidades e os atentados ao pudor são mostrados como acontecimentos moralmente aceitáveis.

Hoje, está sobejamente comprovado que a qualidade dos cuidados parentais que as crianças recebem nos primeiros anos de vida, desde a concepção, é de fundamental importância para sua saúde mental futura. É necessário que elas tenham a vivência de uma relação íntima, contínua, gostosa, com suas mães biológicas ou substitutas, para o desenvolvimento do apego. É o apego, nos primeiros anos de vida, e a convivência com o pai, os irmãos, os avós que os psiquiatras infantis, psicólogos e pediatras julgam estar na base do desenvolvimento da personalidade, do caráter e da saúde mental.

A falta do aprendizado de valores, limites, disciplina, a baixa auto-estima, os maus-tratos e a privação materna são os fatores que mais contribuem para a formação de comportamentos anti-sociais e, conseqüentemente, para o aumento da delinqüência. Na origem da delinqüência e da criminalidade juvenil encontra-se uma personalidade instável ou perversa, mais raramente um distúrbio mental.

Kramer classificou a delinqüência em três grupos: 1) a associada com doenças mentais; 2) a associada com psicopatologia familiar com boas condições socioeconômicas; 3) a associada com problemas sociais graves. Obviamente, diz ele, a desestrutu-

ração familiar esteve sempre presente nos grupos “b” e “c”, e ela constitui um dos principais caminhos em direção ao caos social, pois afeta profundamente a saúde mental das crianças. E reforça o fato de que boas condições sociais não são suficientes para evitar a formação de delinqüentes. O que importa é o comportamento da família em relação à criança.

Em outubro de 2005, tramitavam na Câmara dos Deputados 153 projetos que tinham como objetivo promover alterações na segurança pública. Nenhum dos projetos e nenhuma das medidas neles preconizadas pretendiam melhorar o caráter, a personalidade, o comportamento das pessoas. Assim, continuarão as denúncias: de venda de sentenças pelos juizes; de corrupção dos políticos; do aumento crescente de policiais torturadores, venais, corruptos, assaltantes, homicidas; de acordos de representantes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário com o crime organizado; de atos de violência contra as mulheres, crianças e adolescentes; do aumento da violência sexual e da prostituição infantil; do aumento crescente da violência urbana – roubos, estupros, pedofilia, seqüestros, assaltos, homicídios. Continuarão as mortes estúpidas, absurdas, por motivos fúteis sem uma explicação lógica, que comovem a população que se indaga: por quê? Todas as pessoas, sejam elas profissionais liberais, policiais, políticos, juizes, advogados, religiosos, governantes, continuarão a ser e a agir de acordo com normas, certas ou erradas, que aprenderam na infância. Nossos ancestrais tinham razão quando diziam “fulano tem berço” para designar cidadãos de conduta ilibada.

As causas externas – corrupção, impunidade, miséria, desigualdades sociais, contrabando de armas, narcotráfico, embora importantes para explicar o aumento da criminalidade, devem ser consideradas como causas predisponentes ou desencadeantes. Como demonstrado, os planos de “prevenção” e de combate à violência visam controlar as causas externas. Não

existindo uma política para a formação de bons cidadãos, o número de indivíduos com comportamentos anti-sociais (delinqüentes, corruptos, marginais, estupradores, homicidas) continuará a aumentar.

Em resumo, as causas determinantes da formação de comportamentos anti-sociais, de delinqüentes são: a criança não desejada; a má convivência familiar e o mau exemplo dos pais; os lares desestruturados; a falta de limites, de disciplina e principalmente de valores; a baixa auto-estima; a privação materna; a violência doméstica; a saúde mental precária. As causas predisponentes são: a miséria, as desigualdades sociais, o tráfico de drogas e de armas. As causas desencadeantes são: o uso de drogas; do álcool; do porte de qualquer tipo de arma; as emoções adversas (raiva, ciúmes, vingança, cobiça, etc).

### *Como prevenir?*

As seguintes ações ou medidas são indispensáveis para prevenir os comportamentos anti-sociais, a delinqüência, a violência: paternidade responsável; boa assistência pré-natal (feto); a amamentação; o apego; a boa convivência familiar (amor, atenção, segurança) e o bom exemplo dos pais. O ensino da disciplina, dos limites e, principalmente, dos valores, na família e nas escolas; promoção da auto-estima; prevenção da privação materna desde o nascimento (alojamento conjunto, internação conjunta em hospitais); promoção da adoção; prevenção da violência doméstica elevada (lares substitutos); papel dos professores - atenção, amor, segurança, ensino da disciplina, valores, limites, cidadania, educação moral e cívica; cumprimento pelas autoridades, com absoluta prioridade, do que preceitua o artigo 227 da Constituição Federal.

### *Programas destinados a prevenir a formação de comportamentos anti-sociais* *Paternidade responsável*

A criança não desejada não será amada. A criança que não é amada não saberá

amar. Será uma forte candidata a distúrbios de conduta e à delinqüência.

### *Famílias para todas as crianças*

A privação materna e a violência doméstica são as causas mais importantes na gênese de comportamentos delinqüentes. Assim sendo, cabe ao governo a iniciativa de conseguir que todas as crianças tenham famílias e de acelerar o processo de adoção. Psicólogos e pediatras estão cientes da importância da presença materna para a boa saúde mental das crianças.

### *Lares substitutos*

Crianças vítimas de violência doméstica deverão ser colocadas em lares substitutos. A violência doméstica é a segunda causa em importância na geração da delinqüência.

### *Ensino pelas famílias e professores de disciplina, limites, valores*

Disciplina, limites e valores, como honestidade, lealdade, amor ao próximo, caridade, igualdade, não são congênitos. São ensinados pelos pais, familiares e professores. A conscientização das famílias, dos educadores, dos profissionais da área da saúde, da própria sociedade da importância desse ensino é de fundamental importância na formação de personalidades sadias. Os valores têm a ver com ser e dar e não com ter. São valores da personalidade: honestidade, sinceridade, coragem, tranqüilidade, serenidade, autoconfiança, fidelidade. São valores de entrega: respeito, amor, carinho, altruísmo, compreensão, lealdade, generosidade, cordialidade, justiça e perdão. Corruptos são indivíduos que não aprenderam honestidade. Homicidas não formaram apego. Agressores não aprenderam amor ao próximo. É imprescindível a promoção do ensino dos princípios, valores, disciplina e limites para se prevenir os episódios de violência. Honestidade, lealdade, amor ao próximo, generosidade estão em baixa na bolsa de valores morais. Uma personalidade forte ajudará as crian-

ças e os adolescentes a resistir às grandes influências negativas, infelizmente tão presentes na atualidade, em nossa cultura e sociedade. Será que os pais, as famílias, os professores ainda sabem como ensinar valores, limites e disciplina?

#### *Promoção da auto-estima*

A maioria dos menores internados nos centros de ressocialização tem uma baixa auto-estima. E é tão fácil sua promoção, no seio da família e nas escolas. Elogios, prêmios, recompensas, elevam a auto-estima. Críticas e castigos destroem-na.

#### *Educação moral e cívica*

Ensinava-se, em casa e nas escolas, a respeitar os pais, professores, os mais velhos, as crianças, as pessoas, a pátria, a bandeira nacional. Cantava-se o Hino Nacional, comemorava-se o Dia da Bandeira, da Independência, do aniversário do colégio. Por que tudo isso acabou?

#### *Promoção da saúde mental*

Conscientizar as pessoas da importância do apego, da atenção, do amor, da segurança, da boa convivência familiar, do exemplo dos pais na formação de uma boa saúde mental, de uma personalidade forte, sadia e na prevenção dos comportamentos anti-sociais. Usar para isso os meios de comunicação.

#### *Centros Integrados de Desenvolvimento Infantil (CIDI)*

Criar os CIDs, instituições encarregadas de supervisionar a saúde física, mental, emocional e social das crianças de menos de seis anos (creche e pré-escola), com a participação ativa das famílias na administração e manutenção das unidades.

#### *Centros de apoio psicológico a crianças e adolescentes*

Criar serviços de atendimento psicológico, para onde seriam encaminhadas as crianças e os adolescentes ao serem

constatados os primeiros sinais de desvios de conduta.

#### *Centros educacionais para infratores com desvios leves de conduta*

As crianças e os adolescentes que cometessem infrações leves seriam enviadas para centros educacionais, onde não existiriam grades, mas que contariam com professores, psicólogos, psiquiatras, pediatras.

#### *Centros de reintegração social para infratores que cometeram graves desvios de conduta*

Este tipo de unidade seria denominada UTI Social, para indivíduos que roubam de forma contumaz, estupradores, homicidas, incendiários, traficantes, contrabandistas. Deveriam contar com médicos, educadores, psicólogos, psiquiatras, psicoterapeutas, praxiterapeutas, e pessoal de segurança especializado.

#### *Considerações finais*

A violência é uma doença psicossocial. Não é causa e, sim, na maioria das vezes, conseqüência da ação de indivíduos portadores de sérios distúrbios comportamentais, derivados, principalmente, de transtornos afetivos graves com suas raízes na primeira infância. A semente da violência é implantada na criança em seus primeiros anos de vida.

No livro "A Primeira Infância e as Raízes da Violência", demonstro a importância da família, dos vínculos afetivos, dos valores, limites, disciplina, auto-estima na formação da personalidade e na prevenção da violência. Analiso os fatores que transformam uma criança em um delinqüente. Explico por que a violência segue aumentando, apesar das inúmeras medidas tomadas pelos governos há mais de um século. Discuto o papel da polícia, do poder judiciário, das instituições de ressocialização no combate à violência e que redirecionamentos carecem as políticas e as práticas atuais para uma efetiva redução da violência. Sugiro como

se priorizar as ações preventivas sobre as corretivas.

A prevenção dos distúrbios de conduta que levam à violência, à delinquência é atribuição da família, dos educadores, dos pediatras, dos psicólogos, dos assistentes sociais. Sem prevenção a violência continuará aumentando e caminharemos para o caos social, como já vem ocorrendo em

São Paulo e no Rio de Janeiro. Prevenir a violência é uma questão de cidadania que começa com o respeito aos direitos das crianças e dos adolescentes estabelecidos

### *Bibliografia*

Lisboa. A.M.J. - A Primeira Infância e as Raízes da Violência, Editora LEG, Brasília, 2006.



## Construindo a aliança terapêutica nas terapias da primeira infância

Salvador Celia

Foi com Selma Fraiberg, na década de 70, com seus estudos sobre bebês com deficiência visual, que se iniciaram as terapias psicoterápicas propriamente ditas da primeira infância. Coube a ela introduzir a presença do bebê, a visita domiciliar e a colocação dos pais numa situação de pacientes e colaboradores da terapia do desenvolvimento. De lá para cá, autores como Lebovici, Cramer, Espasa, Fonagy, Stern, Moro, Mazet, Golse, Guedney, entre outros, têm colaborado e enriquecido essas terapias.

Encontrei no livro de Stern e G. Viziello, "Dalle cure materne ale interpretazione" importantes considerações que muito me auxiliaram para a aplicação das estratégias terapêuticas, em nível privado, institucional ou comunitário. Nesse livro, Stern enfatiza que os vários aportes se diferenciam apenas pelos diversos pontos de entrada no sistema, eis que suas essências são as mesmas.

Em minha atividade privada, ou em saúde pública e na formação pedagógica, tenho me apoiado em vários referenciais teóricos, como o da abordagem do desenvolvimento de Fraiberg, o interativo de McDonough, o psicoterápico analítico de Lebovici, Cramer, Espasa, Golse, o de etnopsicanálise de Moro, o de Touchpoints de Brazelton e o de visitas domiciliares adaptadas de Morales e Stoleru, entre outros.

Salvador Celia é Psiquiatra e professor titular de Psiquiatria da ULBRA (Canoas, RS) e presidente da Federação Latino-Americana de Psiquiatria da Infância, Família e Profissões Afins (Flapia).

De qualquer modo, as idéias das interações, das relações das transmissões, dos fantasmas fazem das terapias da primeira infância um instrumento especial, único e poderoso no sentido terapêutico e preventivo. Stern, nesse mesmo livro, coloca quatro observações de muita utilidade: deve-se observar a natureza do sistema “Pais-Crianças” sob o qual age o terapeuta; a natureza do “transfert” no ambiente clínico; a natureza temporal da elaboração no contexto do desenvolvimento e a virtude de uma cura transferencial; e, por último, a ênfase na saúde e nas características clínicas positivas.

O primeiro item refere-se ao estudo das mais variadas interações possíveis nas trocas bebê-mãe-pai e vice-versa, quando o terapeuta pode tanto observar o bebê como paciente, ou os próprios pais dentro do sistema, ou mesmo nas representações que os pais põem no bebê.

O segundo item enfatiza a natureza do “transfert” dentro do ambiente clínico. É uma transferência muito forte e que se forma rapidamente. Esse “transfert positivo” sem dúvida facilita o trabalho terapêutico.

Cramer e Brazelton, no livro “Primeiras Interações” salientam a energia positiva dos pais para serem os melhores pais possíveis; e Stern ratifica o fato de que há um falimento na função genital, estando os pais prontos para terem uma transferência imediata, positiva e idealizada, na maioria das vezes. A transferência não é analisada e há uma “cura na transferência”. Logo, a parte positiva do “transfert” é muito preciosa e precisa ser utilizada.

No terceiro item, a natureza temporal da elaboração é vista no contexto do desenvolvimento e a virtude de uma cura transferencial, eis que os adultos têm uma elaboração horizontal, onde o tratamento e a resolução de um problema leva em conta o ambiente de vida no trabalho, em casa com a mulher, com a família.

No atendimento pais-bebês é diferente, pois às vezes o problema encontra-se na

área da alimentação, meses depois pode aparecer outro problema, talvez na área do sono, ou quem sabe aos 14 meses, na esfera do problema da separação. Então, diz Stern, a “elaboração aqui é vertical no tempo”.

O último item mostra a ênfase na saúde e nas características clínicas positivas, destacando três condições:

1º) o desenvolvimento por ele mesmo, feito um motor de muita energia. No adulto, essa energia está débil, às vezes quase inexistente. No bebê, está ativa, buscando a maturação;

2º) o atendimento deve estar direcionado não na motivação, mas na direção, lembrando Brazelton e seus “touchpoints”;

3º) o “transfert” positivo, fortalecido pelas feridas narcisísticas dos pais.

Essas premissas de Stern colocaram “luz” em minhas considerações sobre as terapias que uso há 20 anos em nível individual, ou comunitário: na Saúde Pública (1983), quando profissionais como pediatras, ginecologistas, médicos comunitários, entre outros, relatavam os bons resultados conseguidos em atendimento ambulatorial em Centros de Saúde, em grupo ou individual e em visitas domiciliares (1992). Ou quando, em 1997, estudantes de Medicina passam a atender bebês carentes em visita domiciliar e, depois, em 2000, transferem-nos para o consultório, com resultados muito satisfatórios.

Nossa formação, embasada na convivência prática com Cramer, Espasa, Sandra Serpa, Lebovici, Mazzet, Golse, Guedney, Moro, entre outros, muito contribuiu para buscarmos a certeza de nossas estratégias.

Além disso, os referenciais teóricos da linha de Bowlby (Base Segura), Stern (Constelação da Maternidade), Monique Bydlowski (Transferência Psíquica), Fonagy (Função Reflexiva) nos forneceram suporte para as ações terapêuticas.

A idéia de a terapia começar nos “cuidados maternos”, no “*holding*” Winnicottiano, na “Base Segura” de Bowlby, nos iniciou no entendimento para a busca da

aliança terapêutica, embasada na empatia tão valorizada por Lebovici.

Spitz e seus estudos, inclusive seu filme "Depressão Anaclítica", são, na verdade, o começo de tudo. A falta da maternagem, da mãe cuidadora, da mãe ambiente ou a perda dela, como no filme de Spitz, expõe as razões da psicopatologia nessa idade, possibilitando também chegarmos à cura. Isso tudo só poderá ser conseguido quando o terapeuta construir a "aliança terapêutica". Essa aliança está ligada à capacitação de se formar vínculos. O terapeuta tem a necessidade de usar de empatia para chegar a essa construção. Como desenvolver, como chegar a ela, é o verdadeiro desafio. Sabemos que a empatia tem suas raízes nas primeiras relações do bebê com sua mãe, onde a sintonia e a contingência poderão ou não se desenvolver.

Assim, é necessário olhar, escutar com o coração, "como amantes fazem", para avaliarmos a sistemática das interações e as profundidades das relações.

O terapeuta precisa, além dos conhecimentos teóricos, preparar-se para a prática, desenvolvendo suas capacidades humanísticas.

É possível melhorar-se a empatia mesmo quando adultos. Práticas criativas, lúdicas, como teatro, dramatizações corporais ou emocionais, dançar, contar histórias, participar de discussões de cinema são algumas das atividades que podem levar a uma melhor capacidade de empatia que, como sabemos, também é pré-verbal.

Pesquisa feita numa universidade europeia tradicional, com ensino conservador, mostrou que, ao nela ingressarem, os estudantes tinham 2.02 de coeficiente empático e, ao saírem, 6 anos após, seu coeficiente era de 2.04, ou seja, nada mudaram, comparando com outras escolas e outros sistemas de ensino, onde os estudantes chegaram a 4.06.

Em nosso meio, no trabalho com pediatras, alunos de um Curso de Saúde Mental, foi visto que, após o uso de técnicas dramá-

ticas, entre outras, o índice de empatia após 2 anos teve uma significativa mudança. Foi usada a "Escala de Empatia de Davis", além de observações de material clínico anamnésico e de vídeo entrevistas. Interessante é o assinalamento de que no primeiro ano havia mudanças, mas que essas não eram ainda significativas.

Satisfeitas as condições de empatia, de um *observador atuante*, o terapeuta irá se apoiar nos estudos que nos mostram que os pais, não somente as mães, estão em busca de uma "reativação massiva de suas necessidades de dependência e de apego", assim como de uma "base segura" a qual aspira todo o ser humano em situação de estresse.

Muitas das minhas atividades nessa área foram dedicadas a famílias em situações de risco, com dificuldades econômicas e sociais; todavia, no decorrer do trabalho observei que a maioria das técnicas indicadas para essa população de riscos, guardadas as proporções, podem ser utilizadas em várias situações e na grande maioria das famílias e seus bebês.

Assim, cada vez me volto mais para o problema da depressão materna e suas conseqüências, fazendo disso um verdadeiro problema de Saúde Pública. Em populações mais carentes, essas situações podem chegar até 25 ou 30% e, nas mais favorecidas, até 15%.

Penso, então, na falta de eficácia do atendimento pré-natal. Em nosso país, além da alta prevalência em adolescentes (20 a 22%), vemos que o atendimento, apesar das recomendações governamentais de 4-6 visitas durante o período, longe está de chegarmos a uma qualidade razoável. Tanto assim que, em uma pesquisa feita em 1992 com mães de bebês desnutridos, em Porto Alegre, verificou-se que todas apresentavam depressão, embora tivessem passado pelo atendimento pré-natal, sem nenhum reconhecimento médico do quadro depressivo. Em 2003, o *British Medical Journal* nos traz um estudo onde pediatras,

entrevistando 289 mães, de um total de 89 deprimidas, só reconheceram 29.

É necessário, no atendimento pré-natal, informar e dar conhecimentos do que Monique Bydlowski nos descreve como “Transparência Psíquica”. Toda mãe tem a necessidade de encontrar alguém, um espaço para contar do bebê, da criança que foi, do que viveu na sua infância, dessa transparência que, se foi negativa, terá consequências na vida gestacional e na vida do futuro bebê. O período da gestação é um momento especial em que a mãe se encontra numa “labilidade” afetiva, necessitando muito de um acompanhamento de *holding*.

O trabalho psicoterápico, se possível, deve envolver o companheiro, ou mesmo algum familiar, dando início a uma verdadeira parceria inicial do terapeuta na promoção dessas intervenções, além da característica de ser o mais precoce possível.

Voltando a Stern, seus conceitos de “Constelação Materna”, listados a seguir, são de grande profundidade para o encaminhamento da compreensão dos casos, da avaliação clínica, do prognóstico e das estratégias terapêuticas. Desse modo: vida e crescimento, relacionar-se consigo mesmo e com o bebê (empatia, sintonia), a rede ou matriz de apoio, a nova identidade são os 4 itens que uso constantemente, tanto na minha experiência clínica, como na didática com meus alunos.

A idéia de que não se trata de um complexo e, sim, de uma constelação, a idéia de que não é o momento edípico e, sim, o da proteção, suporte, *holding*, até chegarmos ao “tipo transferencial da boa avó ou bom avô” constiuem as matrizes de algo profundamente enriquecedor.

Voltando a Bowlby, Ainsworth, e seus ensinamentos sobre os tipos de apego, “o evitante”, entre outros, tudo nos habilita a entender, reflexionar, estudar a contra-transferência negativa, fazendo-nos capazes, por vezes, de mudarmos nosso posi-

cionamento. Se esse for no rumo contrário da empatia, isso tornará o atendimento impossível.

Nossos alunos de Medicina, seja nas visitas domiciliares dos primeiros anos da faculdade, ou mesmo como estudantes quase no final do curso, em atendimento ambulatorial, vivenciaram constantemente essas situações que, quando não entendidas, lhes causam frustração e desesperança. Só assim são capazes de reverter o atendimento e chegar a uma real ajuda, graças ao conhecimento técnico e à necessária supervisão.

Em “A profissão bebê”, Cramer nos ensina a avaliar as expectativas e as responsabilidades colocadas nos bebês, quando lhes são atribuídos papéis que não estão aptos a executarem de forma sadia. Muitas vezes o “papel” designado a exercer é o de “terapeuta”, geralmente da mãe depressiva, tarefa que só alguns, pelas suas excepcionais habilidades e competências, aliados a uma depressão não muito severa da mãe, podem executar. Esse papel, essas projeções, fantasias, às vezes tão fortes, marcam ou deixam os bebês “enjaulados”, presos a um destino difícil de escapar. Temos visto, por exemplo, os casos de bebês substitutos, os que vêm para elaborar o luto parental, com muita freqüência, entre tantos casos clínicos atendidos. Costumo dizer que, na verdade, nem todos os bebês estão possuídos do “Gasparzinho, o bom fantasminha”.

Em nossa prática clínica e no acompanhamento da supervisão de casos, temos visto que mesmo a população mais carente, onde recomendamos o uso de técnicas, tipo *holding*, de abordagens interativas, ou do desenvolvimento, tem-se beneficiado enormemente da possibilidade de os pais, principalmente a mãe, poderem falar, contar, recontar, reconstruir sua história emocional. É a “cura pelas palavras”, em que precisamos acreditar sempre que criamos uma aliança terapêutica, embasada na empatia. Além disso, procuramos

sempre trazer o bebê nas entrevistas, seja no consultório ou na visita domiciliar. Sua presença tem mostrado suas potencialidades, de grande ator e de grande catalisador do processo das emoções que estão sendo dramatizadas ou re-encenadas. A combinação dos fatores comportamentais, interativos, aliados à compreensão psicodinâmica (projeções) e do desenvolvimento, tem nos trazido mais chances de realizar melhor nossas funções terapêuticas.

A ecleticidade deste entendimento, dessas teorias, dessas idéias de os pais serem parceiros do desenvolvimento, querendo o melhor para seus filhos, ou mesmo quando os consultamos sobre o que acham do tratamento e o que esperam, são ferramentas essenciais para uma boa instrumentação das técnicas psicoterápicas.

Cramer, Espasa, Serpa e sua escola em Genève nos dão um claro exemplo, quando chegam ao ponto de mostrar vídeos e

perguntar aos pais o tipo de terapia que desejam, chegando a uma comprovação no *follow-up* dos acertos paternos.

Gostaria de lembrar que o uso dessas técnicas não são restritas a profissionais clássicos como da área "psi": entre outros, pediatras, terapeutas ocupacionais, fisioterapeutas e agentes de saúde, além dos estudantes de Medicina, podem obter bons resultados com o seu aproveitamento. O pediatra é, sem dúvida, o principal Agente de Saúde Mental, não só na área médica. É ele que poderá fazer o diagnóstico de depressão pós-parto com mais visibilidade. E que tem a chance de acompanhar a interação mãe-bebê desde os seus primeiros momentos. Um pediatra, com razoáveis conhecimentos da área de saúde mental, poderá acompanhar, dar *holding* e, se necessário, encaminhar o bebê para atendimento especializado, de forma menos traumática, evitando a iatrogenia.



# Cuidados a mães adolescentes e jovens na Maré

Angela M. Rabello

É provável que seja do conhecimento de muitos a fábula do cuidado, conservada por Higino no século 17 D.C., bibliotecário de César Augusto. Contudo seria bom lembrá-la quando a questão do cuidado se torna tema para discussão. Numa adaptação livre e resumida, retomemos a fábula - "Cuidado moldou com um pedaço de barro uma criatura. Pediu a Júpiter que lhe insuflasse o espírito. Quando quis dar um nome ao que havia moldado, Júpiter proibiu Cuidado de fazê-lo, querendo tomar para si a tarefa da nomeação. Nisto a Terra surge, reclamando a autoria do ser criado uma vez que dela foi retirado o barro. Frente a esta discussão, recorreram a Saturno para servir de árbitro. Este declarou a seguinte sentença, considerada justa: Júpiter, que lhe deu o espírito, o receberá de volta quando a criatura morrer; a Terra, que lhe forneceu o corpo, o receberá de volta com a morte da criatura e Cuidado, que foi o primeiro a moldá-la, acompanhá-la-á por todo tempo em que viver. E como não chegaram a nenhum consenso, eu, Saturno, decido o nome da criatura, que será húmus, que significa terra fértil".

Angela M. Rabello é psicanalista do Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro, mestre em Saúde da Criança pelo IFF / Fio Cruz, coordenadora do Núcleo de Pesquisa "Os primórdios da Vida Psíquica e a Clínica dos Primeiros Anos" do CPRJ e, com Astréa da Gama e Silva, também psicanalista, dirige o projeto social "Ouvindo a Criança", RJ.

Esta fábula sinaliza a anterioridade do cuidado à concepção corpo-espírito. Para alguns autores, o cuidado seria o próprio originário sem o qual a dimensão do humano não seria possível. Constituir- se

enquanto humano se viabiliza através do desvelo de alguém por aquele que vem ao mundo e este, na interação com o que lhe acolhe, se singulariza e repassa de forma original esta experiência para os que virão. Desta forma, como afirma Leonardo Boff (1999), o cuidado reforça a vida e permite sua posterior evolução, razão pela qual se afirma que será companhia do ser humano por todo o tempo em que viver.

Embora se configure, nesta fábula, como essência do humano, sabemos que as condições que permitem que o cuidado se manifeste nem sempre se dão porque a terra nem sempre é arada e a fertilidade cede lugar à aridez.

Esta questão era um desafio para a tarefa para a qual nós, do Projeto Social "Ouvindo a Criança", havíamos sido solicitadas e que consistia em oferecer suporte psicológico a grupos de adolescentes e jovens grávidas da favela da Maré no RJ. Como poderíamos instaurar uma dimensão de cuidado para que os bebês que estavam por nascer pudessem ter boas condições de desenvolvimento se aquelas que os geravam pareciam tê-los gerado aparentemente sob a condição de descuido?

Dirigindo nosso olhar um pouco além, o que aparecia sob a condição de descuido por outro lado reafirmava a vida e dava condições àquelas gestantes de reinscrever seu desejo e sua existência nessa manifestação de capacidade reprodutiva. Como trabalhar para que a aridez cedesse lugar à fertilidade anunciada? Como ajudá-las a criar novas formas de simbolização, transpondo a possibilidade de inscrição no corpo tomada até então como privilegiada, de maneira que engravidar não se tornasse a única prerrogativa para afirmar a existência?

Lembremos que a maioria destas meninas é formada num ambiente estruturado por um discurso que mantém a agressão de forma constante e que esta agressividade se expressa nos maus tratos familiares, na violência física e verbal e no descaso do

Estado que as mantém à margem de possibilidades de cuidado, criando obstáculos para a garantia de seus direitos.

A maioria no grupo tem baixa escolaridade, não trabalha, reside com uma família desestruturada e os parceiros, pais dos bebês, geralmente são casuais e as abandonam precocemente. Muitas nunca saíram da Maré e só o farão para parir. Sabemos que alguns destes fatores são indicadores de riscos no desenvolvimento, mas também sabemos que para nós, seres humanos, indicações não são determinações nem destino.

Dentro de uma perspectiva psicanalítica, aprendemos que a capacidade de se *pré-ocupar*, característica inerente ao cuidado, se instaura a partir de alguma integração egóica que permite o reconhecimento de si e do outro. De início, mãe e bebê vivendo em co-corporeidade, num campo sensorial de afetação mútua, vão estabelecendo respostas que deixam traços e marcas que produzem esta integração psíquica no bebê. Nesta vivência se faz necessária a manutenção de uma frequência suportável entre presenças e ausências que garantam uma sensação de permanência para o bebê e permitam a sustentação de suas representações frente a ameaças internas e/ou externas.

O cuidador, sobrevivendo às provas da vida, mediatiza com palavras essas ameaças assegurando ao bebê condições de se movimentar para explorar o mundo e assim criar novas bases de segurança através da procura de outros laços e do deslizamento para novas representações enriquecendo sua vida simbólica. Mas isto é possível para os que não tiveram suas vivências primárias de forma tão asseguradora?

Poder transformar experiências de perda e separações em impulso criativo nem sempre é fácil, especialmente para estes, formados num ambiente em que o tempo de suportar as ausências e a violência que lhes é dirigida ultrapassa limites, levando-os a vivências de aniquilamento, desertifi-

cação de representações ou esvaziamento de sentidos. Na prática repetem a conduta com os filhos, como nos mostra este exemplo: C. (15 anos) sai, não avisa quando volta e demora, não deixa nada para alimentar seu bebê de dois meses, que só mama no peito; sua amiga, mãe recente como ela, traz a situação para conversarmos, faz alusão ao desespero do bebê e C. ri sem jeito.

Engravidar precocemente pode vir a ser uma mera repetição de história ou, como toda compulsão à repetição, a possibilidade de se reconstruir ou construir algo novo. Nestas situações, o próprio encontro com o bebê é o novo que se anuncia.

Através do corpo, estas meninas remetem a mensagem em busca de ouvintes, engravidar se torna uma encenação de todos os tempos – um passado a transmitir, um futuro a se antecipar, ambos presentificados no corpo do bebê. Uma síntese importante para este grupo de pessoas cujo passado tentam esquecer, o futuro não dá para prospectar e o presente serve para dissociar.

A vulnerabilidade das mulheres durante a gravidez e nos cuidados dos primeiros anos de vida de seus bebês as implusiona em busca de um referencial, facilitando a aliança com os cuidadores. Neste contexto se insere nosso trabalho, as meninas vêm a procura de um lugar que as acolha e que lhes dê a possibilidade de fazer esta travessia em busca de uma nova integração, transpondo o universo de filhas a mães, renunciando à infância, e de adolescentes a adultos, uma mudança de geração irreversível.

Atualmente estamos atendendo ao quarto grupo, o que já ocorre há oito meses, e a proposta é acompanhá-las até o segundo ano dos bebês. Nos primeiros encontros, não nos sentíamos a vontade mas íamos sempre e elas também. A todas as perguntas feitas sobre se teriam alguma dificuldade em lidar com a situação que pudessemos ajudar se instalava o silêncio ou vinham respostas de que estava tudo bem, sem preocupações. Um contraste para

nós com o que percebíamos da situação que viviam – pobreza, falta de cuidados, falta de perspectiva na vida para elas e para os bebês. Nossa crença na possibilidade de fazer algo era logo confrontada pela desesperança que transmitiam sem perceber. Contudo a presença quase constante ao grupo colocava em questão a descrença.

Nossa inabilidade em nos dirigirmos a elas de certo colaborava com a falta de respostas. Fomos descobrindo maneiras de interagir nos deixando conduzir pelas próprias adolescentes.

A pista para a interação nos foi dada pelo registro do corpo. O único medo que as preocupava era se iriam morrer como consequência das dores do parto e se haveriam danos para seus bebês. Esta ameaça interna se expressava “fazendo um apelo ao outro para apaziguá-la, buscando sentido para o que estava sendo vivido como excesso e precisava ganhar destino” (Maia, 2003).

Convidamos uma doula<sup>1</sup> para ensinar exercícios respiratórios para controlar a dor e ao tocar no corpo delas massageando-as para tranquilizá-las, causou uma verdadeira sensação reativando processos de idealização e prospecção de vida – “É possível ser uma doula?” “Aonde se aprende isto?”, perguntavam.

O fato de serem adolescentes e grávidas as posiciona num momento de travessia em que as mudanças do corpo impulsionam um remanejamento psíquico. Como consequência disto se torna possível, através da conjugação com novos elementos no entorno, redimensionar a tessitura psíquica.

A permeabilidade do recalque revolve o passado impulsionando o desejo para novas inscrições. Para Cyrulnik (2004), cada encontro encerra em si uma bifurcação nos dando a chance de repetir ou criar novos capítulos em nossa história e este era o ponto no qual poderíamos nos ancorar.

---

<sup>1</sup> A doula é uma mulher preparada tecnicamente para acompanhar e encorajar outra mulher durante o trabalho de pré-parto.

A confiança entre nós começa a se estabelecer e a conversa se expande em torno de outros momentos de tensão que poderiam ocorrer – aonde ter o bebê e quem poderia ficar com elas para que não se sentissem sozinhas no hospital são alguns exemplos. A antecipação de momentos de risco e uma preocupação passam a fazer parte do discurso e recursos simples lhes são oferecidos para que não sucumbam à tensão e consigam manter uma sustentação de si na travessia. Oferecíamos, por exemplo, uma lista com telefones de maternidades públicas para que não saíssem às cegas indo parar aonde não tivesse vaga. Uma obstetra da Secretaria de Saúde do RJ ouve sobre o medo que têm de ficar só no trabalho de pré-parto e lhes fala do direito à acompanhante e uma cópia da lei lhes é fornecida para que possam garantir este direito. Alguns relatos de maus atendimentos em hospitais são trazidos e é discutido e trabalhado como é possível falar para ser ouvido de forma a transpor a sensação de que sempre serão preteridas.

O serviço de pediatria da Universidade Federal do RJ se ofereceu para fazer um acompanhamento dos bebês nos grupos anteriores, mas só neste conseguimos que isto acontecesse. Por ocasião do encaminhamento ao Fundão, contávamos com 18 mães adolescentes, deste grupo 12 meninas compareceram ao atendimento no IPPMG, conforme pesquisa que segue no anexo 1 (onde se encontra o trabalho de um dos grupos atendidos).

Observamos que gostam de trazer comentários do Fundão sobre nosso atendimento e levar comentários nossos para o Fundão. Há um prazer e uma alegria nisto, quase como um jogo do Fort-dá<sup>2</sup>, podem falar de quem não está com quem está pre-

<sup>2</sup>Jogo de um menino pequeno que empurra e traz de volta um carretel, descrito por Freud em 1920, no texto “Além do Princípio do Prazer”, no qual analisa o fenômeno da repetição através da brincadeira que permite simbolizar a experiência de desaparecimento e retorno quando a mãe se ausenta.

sente no momento, o que nesta troca afetiva de cuidados reafirma para as meninas uma ilusão de permanência. Para elas é possível existir aqui ou lá e criar representações da relação ausente.

É importante que se estabeleça uma rede de cuidados e reconhecimento do que sentem as jovens mães neste momento para que se torne possível, através de uma experiência compartilhada, integrar o vivido produzindo a circulação de novos sentidos. Assim se torna possível sustentar esta movimentação sutil que existe entre as mães e seus bebês com vistas ao melhor desenvolvimento destes.

Atualmente trazem para o grupo relatos de maus tratos que dirigem aos bebês. Talvez consigam fazer deste espaço de acolhimento um local onde o discurso sobre a agressão dirigida aos filhos permita elaborar situações passadas das agressões que sofreram.

Para Cyrulnik (2004), aqueles que foram muito prejudicados em sua existência não poderão apagar o passado, mas se forem oferecidas condições para que se tornem *cisnes* através da instauração de cuidados, poderão pensar sobre seu passado de *patinho feio* de maneira suportável. Assim como Higino, que de escravo se torna diretor da biblioteca central na Antiguidade, mediante as novas condições de vida que lhe foram oferecidas, conservando para a humanidade esta preciosa fábula do cuidado.

### Bibliografia

BOFF, L., *Saber cuidar – Ética do humano – compaixão pela terra*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

CYRULNIK, B., *Os Patinhos Feios*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

MAIA, M., *Extremos da Alma*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

## Anexo 1

Pesquisa do Instituto de Puericultura e  
Pediatria Martagão Gesteira – IPPMG

### *Evolução Clínica de Filhos de Adolescentes do “Projeto Adolescentes Grávidas na Maré” que nasceram entre junho de 2005 e fevereiro de 2006*

*Orientadores:* Prof. Carlos Eduardo Schettino de Azevedo, Prof. Izabel Calland Ricarte Beserra, Prof. Luiza Maria Calvano, Prof. Maria Amélia Coutinho Sayeg Campos Porto.\*

*Autores:* Aline Camargo Guimarães, Aline Figueiredo Vieira, Aline Caldi Rodrigues, Ana Carolina Baptista Bacellar, Ana Letícia Cavadas Valentim, Gabriela de Magalhães Tinoco, Gustavo de Jesus Monteiro, Marina Flaksman Curi Rondinelli, Renata Fernandes Amorim, Rosana S. Prado, Rafael Costa Pinto, Renata Wrobel Folescu, Thatiane Ferreira P. Mahet.\*\*

### *Introdução*

Com a implantação nas décadas de 80 e 90, pelo Ministério da Saúde do Brasil, do Programa de Assistência Infantil à Saúde da Criança (PAISC) e da Atenção Integrada às Doenças Prevalentes da Infância (AIDPI), houve importante redução da mortalidade em crianças menores de cinco anos de idade. Esta foi decorrente, principalmente, da redução na mortalidade por doenças respiratórias, diarreicas e nutricionais. Nos dias atuais, permanece elevada a mortalidade por causas perinatais e neonatais.<sup>4,7</sup>

A Organização Mundial de Saúde (OMS), a Organização Pan-Americana de Saúde (OPS) e a UNICEF também consideram a gestação na adolescência como um problema de saúde pública.<sup>4,7</sup> A gestação na adolescência é considerada de alto ris-

co, pois quanto mais próxima da menarca ela ocorre, maiores são os riscos para a adolescente e seu filho. Os riscos não são apenas biológicos, mas também sociais a curto, médio e longo prazos. Como um círculo vicioso, as jovens mães transmitem seus problemas para seus filhos.<sup>1,2,3,5,6,8</sup> Desta forma, está em fase de elaboração final, e implantação em todo o mundo, o AIDPI neonatal e também o AIDPI do adolescente.

No Brasil, a gestação na adolescência vem crescendo em frequência; principalmente entre adolescentes pertencentes às classes sociais mais pobres da população onde a renda familiar é menor do que um salário mínimo. Entre as causas de gestação em adolescentes, além da falta de informação sobre métodos anti-concepcionais, também são relatados má utilização destes métodos e fatores psicológicos como baixa auto-estima, desejo de testar a feminilidade, problemas familiares e falta de alternativas para o uso do tempo ocioso decorrentes da evasão escolar e das dificuldades no acesso ao trabalho.<sup>10</sup>

Na Favela da Maré, localizada no Rio de Janeiro, há um serviço de Pastoral do Menor que atende adolescentes grávidas. A demanda de adolescentes grávidas que procuram a Pastoral do Menor é espontânea. Há também a Creche Comunitária Sagrado Coração de Maria, onde as mães adolescentes são acompanhadas por psicanalistas. Os serviços oferecidos a estas adolescentes grávidas são: suporte psicológico; palestras sobre amamentação, parto e cuidados com o recém-nascido; indicações, intermediações e contatos com serviços hospitalares (atendimento de pré-natal, parto, pediátrico, ginecológico e planejamento familiar) e capacitação profissional com oficinas de culinária, confecções de roupas, artigos de festas infantis e outras atividades relacionadas com vivências atuais e futuras. Este é um projeto conhecido como “Projeto Adolescentes Grávidas na Maré”.

O Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira (IPPMG) da UFRJ, desde

\* Professores do Departamento de Pediatria da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

\*\* Alunos de Graduação da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

sua fundação em 1953, possui o Ambulatório de Pediatria Geral onde são atendidas crianças de sua área programática (AP 3.1) e também pacientes de outras áreas programáticas encaminhados para investigação diagnóstica e tratamento. No Ambulatório de Pediatria Geral, o atendimento é realizado por alunos da Faculdade de Medicina em fase de graduação (internos do 10º a 12º períodos) e de Iniciação Científica (alunos do PINC), sempre orientados e supervisionados por professores de Pediatria. Desta forma, o IPPMG se caracteriza como um hospital de assistência, ensino e pesquisa. Este trabalho de pesquisa foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do IPPMG e está cadastrado no SIGMA/UFRJ.

#### *Objetivos*

1) Valorizar e motivar na formação do aluno de graduação em medicina os cuidados primários e interdisciplinares de saúde, sensibilizando-o para os problemas mais prevalentes em nossa comunidade.

2) Conhecer a evolução clínica de filhos de adolescentes do “Projeto Adolescentes Grávidas na Maré” nascidos entre junho de 2005 e fevereiro de 2006.

#### *Metodologia*

Corte prospectivo, realizado no Ambulatório de Pediatria Geral do IPPMG da UFRJ, com filhos de adolescentes do “Projeto Adolescentes Grávidas na Maré”. A coleta de dados foi realizada através da pesquisa nos prontuários de atendimento das crianças.

#### *Resultados*

Foram acompanhadas até novembro de 2006 com as psicanalistas do projeto 18 mães adolescentes e, no ambulatório de Pediatria Geral do IPPMG, 12 crianças. Dessas 12 crianças, duas crianças abandonaram o acompanhamento desde novembro de 2006, com 12 meses e 17 meses, respectivamente. Portanto, atualmente ainda são atendidas no ambulatório de Pediatria Geral do

IPPMG 10 crianças. Estas têm hoje idades entre 15 meses e 21 meses (Tabela 1).

*Tabela 1: Distribuição por faixa etária*

12 e 18 meses: 3 crianças
> 18 meses: 7 crianças

Durante o acompanhamento clínico, de novembro de 2006 até maio de 2007, foram obtidos os seguintes resultados:

- quanto ao estado nutricional: 8 crianças eutróficas desde o nascimento; duas crianças desnutridas de 1º grau (uma a partir dos 6 meses e outra a partir dos 12 meses de idade).

- quanto ao desenvolvimento: todas têm o desenvolvimento normal.

- quanto às intercorrências clínicas mais frequentes: infecção respiratória aguda (9 crianças, sendo que uma criança teve episódios recorrentes, duas crianças pneumonia e uma criança otite; duas crianças precisaram procurar serviço de emergência); eczema (1 criança); candidíase genital (1 criança); impetigo (2 crianças); escabiose (4 crianças); miliária (1 criança); exantema maculo-papular (1 criança); diarreia (2 crianças); verminose (1 criança); constipação (1 criança); fimose (2 crianças); febre isolada (4 crianças); atraso da vacinação (3 crianças); convulsão febril (2 crianças); anemia (1 criança); hérnia umbilical (1 criança). Apenas uma criança não apresentou intercorrências no período analisado.

#### *Conclusões*

Devemos considerar que existe viés de seleção. É provável que as crianças acompanhadas sejam de famílias mais esclarecidas e, por isso, talvez, ainda tendam a evoluir melhor que a base populacional da área da Maré. Outro problema relevante é o abandono do acompanhamento de algumas crianças.

O acompanhamento clínico feito no IPPMG propiciou detecção rápida e ação

efetiva em intercorrências e distúrbios comuns nos primeiros anos de vida, além de orientar condutas voltadas para promoção de saúde e prevenção dos agravos mais prevalentes.

Portanto, a perspectiva de aumento da adesão e expansão desta atenção interdisciplinar à saúde de mães adolescentes e seus filhos torna-se essencial. Além disso, valorizando e motivando no aluno os cuidados primários e interdisciplinares de saúde, sensibilizando-o para os problemas mais prevalentes em nossa comunidade, estaremos contribuindo para uma melhor formação na graduação em medicina.

### *Referências*

- 1- CLOHERTY, J. P.; STARK, A.R. Manual of Neonatal Care. Lippincott-Raven, 5th Edition, 2005.
- 2- FANAROFF, A.A.; MARTIN, R.J. Neonatal-Perinatal Medicine. Diseases of the Fetus and Infant. Mosby, 6th Edition, 1997.
- 3- GLUCKMAN, P.D.; HANSON, M.A. Maternal constraint of fetal growth and its consequences. Seminars in Fetal & Neonatal Medicine, v.9, 419-425, October 2004.
- 4- Manual de AIEPI Neonatal Para Estudantes. Pan American Health Organization. Regional Office of the World Health Organization – Salud del Niño y del Adolescente. Salud Familiar y Comunitaria, 2005.
- 5- MONK, D.; MOORE, G.E. Intrauterine growth restriction – genetic causes and consequences. Seminars in Fetal & Neonatal Medicine, v.9, 371-378, October 2004.
- 6- NELSON, W. E.; BEHRMAN, R. E.; KLIEGMAN, R. M.; JENSON, A. M. Textbook of Pediatrics, W.B. Saunders Company, 17th Edition, 2004.
- 7- Organização Mundial de Saúde. Lancet, v.365, 891-900, March 2005.
- 8- RESNIK, R. Intrauterine Growth Restriction. Obstetrics & Gynecology, v.99, n.3, 490-496, March 2002.
- 9- Resolução do Conselho Nacional de Educação / Câmara de Educação Superior número 4, de 7 de Novembro de 2001. Diário Oficial da União, Brasília, 9 de Novembro de 2001, Seção 1, p.38.
- 10- SANTOS JÚNIOR, J. D. Fatores etiológicos relacionados à gravidez na adolescência: vulnerabilidade à maternidade. Cadernos Juventude, Saúde e Desenvolvimento. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde do Adolescente e do Jovem. Volume I, 1999



# A importância dos primeiros anos de vida

Osmar Terra

Entre as descobertas científicas mais importantes da história humana, estão as que nos permitem começar a entender como o cérebro funciona e se desenvolve ao longo da vida. O cérebro era, até pouco tempo atrás, uma estrutura misteriosa, que sabia muito sobre os outros órgãos e pouco sobre ele mesmo. Particularmente na última década, aconteceram grandes avanços no conhecimento sobre a sua unidade funcional, o neurônio, e sobre como a sua rede se organiza para perceber o mundo onde vive, e como faz para associar essas informações e responder a elas.

O avanço tecnológico de equipamentos especiais, como o tomógrafo que analisa a emissão de pósitrons e a ressonância magnética funcional, começou a desvendar, com alguma profundidade, como funcionam áreas importantes como a da memória, a dos sentimentos e emoções, que hoje se sabe serem vitais inclusive para a aprendizagem. Também avançaram muito as pesquisas sobre a transmissão eletroquímica de informação entre os neurônios.

Mas a descoberta mais importante de todas foi sobre como se organizam e se desenvolvem os neurônios desde o início da vida, e principalmente como e com que velocidade estabelecem as conexões entre si. Em todas as pesquisas relevantes

Osmar Terra é Secretario de Saúde do Rio Grande do Sul e Deputado Federal.

realizadas nas últimas duas décadas, ficou evidenciado que o período crítico para o desenvolvimento da rede neuronal, que é a base para o desenvolvimento das competências e habilidades humanas, vai do útero aos 3 anos.

Com 2 semanas de gestação, o embrião ainda não possui neurônios; a partir daí, eles começam a se formar numa velocidade espantosa e já na 22ª semana temos os 100 bilhões de neurônios que comandarão nossas funções pelo resto da vida. Eles se formam e ao mesmo tempo se organizam em rede para funcionar da maneira mais adequada, deslocando-se para pontos estratégicos, previamente programados, onde exercerão funções especializadas.

A partir do nascimento, as conexões entre os neurônios se multiplicam vertiginosamente influenciadas pelo ambiente. O nosso cérebro é ecológico, ele nasce para aprender com o ambiente onde vai viver! Em média, cada neurônio possui 2.500 conexões com outros neurônios quando nascemos. No primeiro ano de vida, essas conexões já saltaram para mais de 18.000, graças ao estímulo ambiental. Até os 3 anos de idade, são formadas 90% das conexões que teremos durante o resto de nossas vidas. Os alicerces da nossa percepção do mundo, das nossas competências e habilidades se estruturam, fundamentalmente, até os 3 anos. Depois dessa idade, só acontece uma elaboração mais detalhada em cima do que já foi construído. A não estimulação adequada de um bebê pode ter conseqüências pelo resto da vida! Os bebês negligenciados ou maltratados podem ter, na idade adulta, até 25% a menos de atividade cerebral que um bebê bem estimulado pelos seus cuidadores.

A percepção das cores, das formas e dos movimentos que integram a visão é moldada no córtex cerebral até os 6 meses de idade. Qualquer problema que impeça um bebê de ter o estímulo luminoso (uma catarata congênita, p. ex.) acarretará graves deficiências pelo resto da vida se não for

corrigido dentro desses 6 meses iniciais. São as chamadas “janelas” de desenvolvimento do cérebro, que se abrem e fecham em períodos determinados, depois dos quais fica extremamente difícil a organização ou a recuperação de uma determinada função. A audição e a competência da fala se organizam até os 2 anos de idade, e o componente sócio-emocional e afetivo também. Um bebê forma milhares de conexões no seu “cérebro emocional” cada vez que a mãe toca na sua pele, cada vez que ela olha nos seus olhos, cada vez que ela lhe dirige palavras carinhosas. Seu cérebro possui um programa que permite, desde o primeiro mês de vida, reconhecer e trocar sinais, não verbais, de afeto e emoções com seu cuidador. Ao contrário, quando esse bebê é maltratado ou negligenciado, seu nível de “stress” aumenta e acontece uma liberação excessiva de hormônios e neurotransmissores num nível prejudicial, provocando a morte neuronal e a poda de conexões, principalmente no sistema que regula as emoções. Isso leva a um redesenho da arquitetura cerebral e a um padrão que facilmente conduzirá esse indivíduo a uma conduta violenta mais tarde. O padrão de “stress” que se organiza até os 2 anos também valerá para toda a vida, afetando em muito a saúde futura!

Outro dado importante das pesquisas realizadas nos últimos anos aponta que o componente emocional, que se organiza nos 2 primeiros anos de vida, é decisivo para uma melhor aprendizagem. A capacidade de valorizar emocionalmente uma informação ajuda a memorizá-la mais facilmente e a focalizar de forma seletiva essa informação. Esses atributos são fundamentais para uma melhor aprendizagem futura. As pesquisas mostram que uma criança bem estimulada no início da vida terá uma probabilidade muito maior de ter bom rendimento escolar, de não ter repetência ou evasão, além de ter uma renda maior que os pais na idade adulta. Uma das formas mais decisivas de romper o ciclo de pobreza entre as gerações

de famílias pobres é investindo na primeira infância.

Segundo o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA, o aproveitamento escolar no ensino fundamental aumenta proporcionalmente ao tempo de práticas pré-escolares. Estudo significativo nesse aspecto foi feito pelo Projeto Pré-Escolar High/Scope Perry, em Ypsilanti, Michigan, que fez uma avaliação longitudinal, acompanhando crianças desde a época que participaram do projeto pré-escolar, com 3 ou 4 anos, até os 27 anos. Todos os participantes eram crianças afro-americanas que viviam no mesmo bairro nos anos 60. Elas foram divididas em 2 grupos, de forma aleatória. Um grupo que recebeu um programa pré-escolar de aprendizagem ativa de alta qualidade e um grupo controle. Foram avaliadas certas características, aptidões, atitudes e tipos de desempenho, e os resultados mais notáveis para os participantes que receberam o programa pré-escolar, quando chegaram aos 27 anos de idade, foram:

1) renda mensal mais alta – 29% ganhando renda igual ou superior a 2.000 dólares, contra 7% do grupo controle.

2) percentagem mais alta de casa própria – 36% contra 13%

3) nível mais alto de instrução – 71% contra 54% completaram o segundo grau (nível médio)

4) percentagem mais baixa de pessoas assistidas por serviços sociais nos últimos 10 anos – 59% contra 80%

5) número menor de prisões até os 27 anos – 7% contra 35% com 5 ou mais prisões.

6) percentagem de tempo em programas para deficiências mentais educáveis – 15% contra 34% passaram um ano ou mais nesses programas

Dados esses resultados a longo prazo, calcula-se que o Programa tenha economizado 7,16 dólares para cada 1 investido, devido às reduções nos gastos de educação primária e previdência social combinadas com o aumento de produtividade ao longo do tempo.

A partir dessa compreensão, fica evidente a necessidade de se tratar essa questão como uma prioridade, não só nas pesquisas científicas, mas, principalmente, em termos de políticas públicas, que garantam um início de vida melhor para o conjunto das crianças da nossa sociedade.

No Rio Grande do Sul, foi criado um Programa de acompanhamento das crianças pequenas, filhas das famílias mais pobres, que já acompanha em casa, semanalmente, mais de 60.000 crianças de zero a três anos, tendo como meta chegar ao dobro disso, o que representará todas as crianças filhas de famílias pobres no Estado. É o Primeira Infância Melhor, que tem o seu acompanhamento feito com a ajuda de organismos internacionais. Ele significa um passo importante na união da pesquisa com políticas institucionais que afetará toda a sociedade no futuro.



# O paradoxo da creche: lugar de acolhimento, lugar de separação

A influência das práticas institucionais na creche sobre a saúde mental dos bebês

Regina Orth de Aragão

## Sumário

Breve histórico. O acolhimento aos pais. O processo de adaptação. Acompanhando a separação. O brincar. Formação e supervisão.

Há um paradoxo inerente à creche, relacionado ao fato de que ela é ao mesmo tempo a instituição que acolhe e cuida da criança e aquela que concretiza a separação entre essa e seus pais. Esse paradoxo cria uma contradição que perpassa todo o trabalho desenvolvido numa creche. O artigo propõe-se discutir de que maneira essa contradição pode favorecer a elaboração dessa experiência de separação que afeta a todos: o bebê, seus pais e os profissionais envolvidos com seus cuidados. No entanto, há uma condição para que essa elaboração se torne possível: é preciso que essa contradição possa ser reconhecida pela equipe da Creche com todas as suas implicações. Para tornar-se um lugar favorecedor do desenvolvimento e da própria constituição psíquica do bebê, que se encontra em plena formação nessa etapa da vida, a creche deve assumir inteiramente tudo o que está envolvido na situação de separação. Ao fazê-lo, ela pode tornar-se um espaço de prevenção e até mesmo um espaço terapêutico, contanto que certas condições do trabalho ali desenvolvido sejam respeitadas. Uma delas é o reconhecimento de que o bebê precisa ter uma relação privilegiada com uma educadora de referência, relação essa que

Regina Orth de Aragão é Psicóloga e Psicanalista. Pesquisadora do Laboratório de Psicopatologia Fundamental do Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

ajudará a criança a manter viva dentro de si a representação da figura materna ausente, condição básica para uma boa estruturação psicológica do bebê.

O exemplo de uma creche que funcionava em referência a uma perspectiva psicanalítica no que diz respeito à construção do psiquismo e à complexidade própria do processo de estabelecimento das primeiras relações entre a criança e os adultos será utilizado aqui para expor o efeito desse paradoxo sobre as práticas institucionais. Serão descritas as principais características da instituição que facilitam a elaboração das ansiedades de separação, levando em consideração os aspectos delicados e complexos envolvendo a relação entre a criança, sua família e a equipe da creche. Enfatizaremos três aspectos principais do funcionamento da creche que facilitam essas elaborações.

- A metodologia para o acolhimento da família mostrou-se adequada para responder positivamente às inquietações dos pais e das crianças. Assim, o centro era aberto aos pais em permanência, e suas comunicações com a equipe eram sempre levadas em consideração como relevantes e merecedoras de respostas cuidadosas de parte dos profissionais, compreendidas como modos de expressão da relação dos pais com a criança e com a creche.

- A composição vertical dos grupos de crianças, projetada para permitir a continuidade do vínculo entre a cuidadora e a criança durante dois anos assim como a atenção individualizada, favorecia também as interações ricas e variadas entre as crianças de idades levemente diferentes.

- A formação e a supervisão dos profissionais eram desenvolvidas especialmente durante períodos regulares de capacitação e de formação permanente, além das reuniões de supervisão, projetadas para serem verdadeiros espaços de expressão dos sentimentos ligados a essa experiência tão próxima e intensa de contato com crianças pequenas e seus pais.

Todas essas características são derivadas do conhecimento que temos da necessidade do bebê de ser psicologicamente apoiado e contido durante o período de separação. Todas elas visam ajudá-lo a construir, num esforço conjunto com os profissionais da creche e com sua família, uma base emocional segura para facilitar a constituição do seu *self*.

### *Breve Histórico*

Com o objetivo de situar a creche em seu contexto sócio-cultural, é necessário fazer um breve relato de sua evolução histórica no Brasil. Como ocorreu em vários outros países, as primeiras creches no Brasil foram construídas nas primeiras décadas do século XX, para receber os bebês cujas mães trabalhavam nas fábricas vizinhas. No Brasil, a creche surgiu então como decorrência de uma necessidade social, até conquistar recentemente um reconhecimento formal. Ao longo do tempo, a creche foi adquirindo um caráter filantrópico, sendo destinada às populações mais carentes, criando uma forte associação entre creche e orfanato, levando as pessoas a defini-la como uma instituição destinada a crianças abandonadas. O atendimento dessas creches centrava-se principalmente nas necessidades físicas e nutricionais das crianças. De modo geral, não havia nenhuma visão educativa ou preventiva de suas ações. Essa situação, associada ao fato de que esses centros estavam destinados às famílias trabalhadoras ou de baixa renda, contribuiu para uma concepção negativa desse tipo de assistência, que ainda persiste na representação social das creches em nosso país. É verdade, no entanto, que essa representação vem mudando gradualmente nos últimos anos, como resultado de diferentes fatores. Um deles é a necessidade crescente das famílias de classe média para obter serviços de creche para suas crianças, na medida em que cada vez mais as mães escolhem manter sua atividade profissio-

nal depois do nascimento do bebê. Outro importante fator que tem contribuído para a melhoria das creches é a influência dos conhecimentos psicológicos e pedagógicos que enfatizam a relevância dos primeiros anos de vida. Assim, podemos observar uma lenta, mas profunda mudança da representação social dessa instituição. Entretanto ainda sofremos as conseqüências das limitações das políticas públicas, que não criam as condições necessárias para a melhoria quantitativa e qualitativa desses serviços básicos oferecidos às famílias.

Além disso, na cultura brasileira há uma forte crença numa disposição natural para se cuidar dos bebês. Olhamos para nós como um povo cordial e afetuoso, que naturalmente ama os bebês. Espera-se especialmente das mulheres que elas sejam capazes de cuidar de crianças a partir de uma espécie de aptidão natural. Por essa razão, e provavelmente também por causa da formação profissional insuficiente oferecida aos cuidadores e educadores, há uma falta de preparo especializado para que esses profissionais lidem com crianças pequenas. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, representa uma mudança importante na legislação educacional brasileira sobre a questão. Define a educação infantil como a primeira etapa da educação básica, o que significa sua indispensabilidade. Nessa passagem do campo da saúde para o campo da educação, a creche insere-se nessa etapa inicial da educação, superando uma dicotomia inicial entre o que era da ordem do cuidado físico e nutricional, e o atendimento educacional propriamente dito.

Essa lei prevê que os profissionais da educação infantil devam ser professores qualificados, mas na prática eles são preparados para ensinar crianças mais velhas e não recebem a formação específica e a preparação necessária para cuidar e para lidar com bebês e crianças de até 3 anos de idade. Estamos atualmente num período no qual os esforços de alguns grupos profes-

sionais e institucionais começam a produzir seus efeitos na sociedade brasileira. Como resultado, esses esforços divulgam e reforçam a importância crucial de um “cuidado suficientemente bom” (Winnicott, 2000) nos primeiros anos de vida. É por isso que todas as iniciativas que reforçam essa direção são tão relevantes para os desenvolvimentos nesse campo.

Nesse contexto, é realmente raro que uma abordagem psicodinâmica seja utilizada no planejamento e na condução do funcionamento de uma creche. Algum progresso foi feito nas práticas educacionais. Hoje em dia está geralmente entendido que os bebês e as crianças pequenas têm necessidade de brincar e sabe-se que eles são sensíveis aos ambientes nos quais se encontram, de uma maneira que é determinante para seu desenvolvimento. No entanto, há uma tendência persistente em recusar a percepção do impacto emocional que um bebê sofre por estar separado de seus pais durante várias horas por dia, com todas as conseqüências que disso podem decorrer.

Sabemos, no entanto, que, se conseguirmos olhar para os riscos envolvidos no fato de levar um bebê para uma creche, poderemos organizar melhor o acolhimento, o cuidado e o trabalho na instituição, de tal maneira que esse sofrimento emocional possa ser muito reduzido e não tenha efeitos negativos sobre a criança. Além disso, ao fazê-lo, promovemos um melhor desenvolvimento infantil, em várias direções. Porque uma creche não é somente um lugar onde a separação acontece, mas é também um lugar de vida e conseqüentemente tem um papel fundamental no processo de constituição psíquica da criança, condição para seu desenvolvimento futuro. Como todos os estudos sobre o desenvolvimento infantil comprovam, esse processo só pode acontecer no interior de uma rede de relações significativas que vincule a criança ao seu ambiente humano. Numa creche, o fator mais importante é a relação que se

estabelece entre o cuidador e o bebê, a qual, por sua vez, é influenciada pelo número de crianças no grupo, pela proporção do número de educadores e crianças, pela formação e pelo nível educacional dos profissionais. Todos esses fatores têm interferência sobre as habilidades emocionais das quais o cuidador dispõe para lidar com as crianças.

Com o objetivo de ilustrar essa idéia, explicaremos a seguir a maneira pela qual uma creche organizou-se para lidar com a contradição decorrente da situação de separação que apontamos acima como parte essencial de uma creche. A abordagem psicodinâmica tinha dois impactos principais no funcionamento dessa instituição: em primeiro lugar, através dos princípios e das diretrizes que guiavam a organização do centro; em segundo lugar, através do desenvolvimento e da implementação das práticas institucionais. Como uma instituição investida de um papel de separação, a creche assume por vezes a função do terceiro que vai introduzir um espaço entre a mãe e o bebê. Esse novo cenário triádico, composto pelos pais, a creche e o bebê, favorece a observação das interações específicas que a criança desenvolverá com cada um de seus parceiros. Também, a atenção à vivência de separação vai influenciar toda a organização dos papéis profissionais e das rotinas institucionais. Ademais, esse conhecimento será crucial na preparação e na formação permanente dos profissionais envolvidos, direta ou indiretamente, com o atendimento à criança e à sua família.

### *O acolhimento aos pais*

O primeiro contato entre pais e a equipe da creche é altamente significativo. Habitualmente os pais vêm ao centro pela primeira vez para fazer um visita e conhecê-lo, antes de decidirem se trarão ou não seu filho. Se eles decidirem trazer sua criança, serão convidados a participar de uma entrevista inicial, conduzida por um psicólogo da

equipe, com formação analítica. Esse encontro visa apresentar a creche aos pais, fazendo-os sentirem-se à vontade de tal maneira que possam expressar tanto suas expectativas positivas quanto seus receios e sentimentos negativos a respeito do atendimento que será oferecido pela creche à sua criança. Será também importante escutar dos pais as razões pelas quais estão escolhendo aquele momento na vida do bebê para levá-lo à creche.

Durante essa entrevista, o psicólogo dará uma atenção especial ao lugar que esse bebê ocupa na família, seu lugar entre os irmãos, se houver, o momento de seu nascimento na história do casal e dos pais. Além disso, será importante que os pais possam informar as características da criança que eles consideram importantes para serem transmitidas aos cuidadores. E também, um outro objetivo da entrevista é o de sensibilizar os pais para a importância do processo de adaptação, assim como de preparar com eles os passos a serem dados para a realização desse processo, do qual eles participarão ativamente.

### *O processo de adaptação*

A adaptação envolve os pais, os profissionais e a criança. Muitos dos sentimentos latentes relacionados com a experiência de separação emergem durante esse período de adaptação, e eles devem ser levados em conta pela equipe, em especial por aqueles profissionais que estão acompanhando diretamente a entrada da criança na instituição. É fundamental que os sinais manifestados pelo bebê sejam cuidadosamente observados e levados em conta, em razão da significação que eles possuem quanto ao estado emocional da criança. O processo de adaptação é planejado para ser gradual e lento e deve acontecer com a participação da mãe, do pai e/ou de outro parente próximo e familiar à criança.

Supomos que mesmo um bebê de poucos meses já tenha a sua própria

história, ligada às primeiras relações estabelecidas com sua mãe, ou com as pessoas que cuidaram dele até então. Há também a história de sua vida fetal, que, ainda que pouco conhecida, deverá ser levada em conta se fatos marcantes aconteceram durante a gravidez. E o cuidador ou educador deverá “ouvir” o que o bebê lhe conta a respeito dessa sua história inicial, à sua maneira, através do seu comportamento, de sua linguagem corporal, de seu ritmo, de seu comportamento alimentar, de sua maneira de brincar, de sua preferência para o momento do adormecer, de seu modo de despertar. Mais ainda, espera-se que ambos, cuidador e criança, co-construam juntos um novo capítulo da história do bebê, a partir do momento de seu encontro.

#### *Acompanhando a separação*

Para a mente do bebê, a experiência de separação traz o risco de um aumento de sua tensão interna, pois a separação provoca frustração. Esse aumento da tensão interna busca uma saída através de diversas reações físicas. No entanto, essas não são as melhores soluções, porque elas interrompem a elaboração mental da experiência da criança. Uma das funções maternas é a de conter a excitação e a tensão de sua criança, e, em razão disso, ela atende à necessidade do bebê de manter em equilíbrio suas energias. Mais tarde, conforme o bebê internaliza essa função, ele se torna capaz de lidar com a separação por ele mesmo. Numa creche, acompanhar a separação significa ajudar a criança a lidar com a ansiedade provocada pela separação com seus pais através de diversas maneiras que são específicas para cada criança. Essa é uma das razões pelas quais o conhecimento prévio das características do bebê é tão importante para os profissionais que vão cuidar dele. É esse um dos papéis centrais da cuidadora, que se expressa através de sua atenção psíquica em direção da criança. Essa atenção psíquica manifesta-se através de suas

ações, suas verbalizações, seu brincar e sua maneira de interagir com o bebê.

#### *O brincar*

A brincadeira da criança indica o início de um processo de representação mental do objeto psíquico. Por exemplo, pegar e largar um brinquedo, mudar frequentemente de brinquedo ou manter o mesmo jogo, continuar a brincar mesmo quando é deixado sozinho. Não é necessário que a criança brinque sempre com a cuidadora. É importante observar as primeiras brincadeiras que o bebê pode realizar sozinho, como o que Winnicott descreve como “a capacidade de ficar só na presença da mãe” (idem, 2000).

Numa creche, torna-se então muito importante prover a criança com os recursos para ajudá-la nessa transição na direção de uma autonomia psíquica gradual. Esse será o papel da cuidadora de referência da criança, que acompanha o bebê durante o período de adaptação e continua sendo sua cuidadora principal durante sua permanência no grupo no qual foi inserido. A observação do bebê é também de grande valia na creche, especialmente para aquelas crianças que não manifestam uma reação forte e barulhenta, como chorar e protestar abertamente, mas sim têm reações silenciosas, indicando como uma espécie de desistência. Outro modo de reação infantil é de se agarrar a uma percepção ou a uma sensação, o investimento ficando concentrado sobre um único objeto, em detrimento de outras áreas de atividade. Ajudar a criança nessa situação é apoiá-la para superar essas reações, de modo que ela possa desenvolver estratégias mais elaboradas para lidar com as ansiedades de separação.

#### *Formação e supervisão*

Têm o objetivo de oferecer aos educadores e cuidadores o conhecimento a respeito do desenvolvimento infantil necessário

para que entendam seu papel central para responder às necessidades relacionais e emocionais do bebê. Isso é tanto mais importante no contexto brasileiro já que não temos uma preparação educacional especializada para essa profissão, como dissemos anteriormente. O que significa que em geral o treinamento prévio e a formação permanente têm de ser assumidos pela coordenação da creche, com a ajuda e a contribuição de especialistas externos convidados a participar das atividades da equipe e a oferecer cursos sobre temas específicos.

Muitos temas precisam ser tratados durante as atividades de formação, para abordar a complexidade envolvida no fato de um bebê freqüentar uma creche. Entretanto, há alguns aspectos que precisam ser mais enfatizados:

1. É um desafio para a creche conseguir propor e construir uma nova relação com o bebê que seja significativa, contribuindo para sua constituição psíquica e para seu desenvolvimento, mas que preserve ao mesmo tempo todo o lugar para a relação parental. A relação com a educadora deve ser complementar e não substitutiva da relação parental. Trata-se de ocupar um lugar profissional junto do bebê, distinto em sua essência do lugar materno ou paterno.

2. A relação entre a educadora de referência e a criança é a base para o desenvolvimento e o bem-estar emocional do bebê. No entanto, essa relação não deve ser exclusiva, ao contrário, ela visa também facilitar a vinculação da criança com seus pares, e com os demais adultos que cuidam dela. Trata-se de uma relação afetiva calorosa, significativa e confiável que representa para o bebê uma base e uma ponte para novas vinculações.

3. Uma atenção especial deve ser dedicada aos cuidados corporais, pois sabemos que a maior parte das experiências se passam através do corpo do bebê, o lugar de constituição, o lugar de experiências e de expressão das emoções que são a base

para o pensamento, para a constituição do psiquismo. A maneira como o adulto segura o bebê, como a cuidadora apresenta os objetos e brinquedos ao bebê, o tipo e o ritmo dos gestos, o respeito pelas características individuais da criança, tudo isso ajuda a constituir seus envelopes internos de contenção, de tal modo que ele possa organizar gradualmente suas sensações e experiências iniciais fragmentárias. Durante os cuidados, ocorrem os momentos de encontro privilegiado entre adulto e bebê, e esse pode contar com a atenção e a disponibilidade psíquica do adulto que acolhe suas demandas e suas emoções, consolidando o sentido de seu próprio valor.

4. Uso da linguagem: a verbalização da cuidadora, dirigida ao bebê, quando ela o chama pelo seu nome, indica seu reconhecimento dele como pessoa. A explicação verbal oferecida ao bebê sobre o que está acontecendo com ele, o que será feito depois e porque isso se dará provê a criança com um suporte para construir suas capacidades emocionais e cognitivas, que são inseparáveis umas das outras. Em particular, a verbalização oferece à criança os meios para antecipar e prever os acontecimentos da sua vida diária, situando-a assim no interior da dimensão temporal e do contexto espacial, enquadrados fundamentais para seu desenvolvimento global.

Para que essa formação tenha lugar, alguns procedimentos devem ser incluídos como parte da rotina das atividades da creche. O mais importante é a reunião de supervisão, parte essencial da metodologia dessa creche. Essa reunião visa oferecer aos profissionais um tempo e um espaço para a expressão e a elaboração de suas questões, sentimentos e ansiedades relacionadas com o trabalho desenvolvido com crianças pequenas e seus pais. Aqui cabem também as discussões a respeito dos dados colhidos pelas observações do bebê, realizadas pela psicóloga em complementaridade àquelas feitas pelas educadoras e cuidadoras durante o contato diário com as crianças.

Em conclusão, o que é realmente difícil quando abordamos a complexidade do funcionamento de uma creche, podemos dizer que, além de ser um lugar de separação, uma creche é um lugar de vida e como tal um lugar para as descobertas, para alegrias, para mudanças. Especialmente, ela está presente na vida de uma criança durante um período de grande vulnerabilidade, mas sabemos muito bem que a vulnerabilidade traz com ela a potencialidade para a mudança, para a criação. Por essa razão, a creche pode prover efeitos terapêuticos para a criança, sua família e até mesmo para os profissionais envolvidos. No entanto, a condição para que isso se dê é que cada um de nós possa reconhecer o quanto está

tocado, mobilizado e modificado pelo bebê, por seus pais e pelos desafios implicados nessa prática institucional particular.

#### *Referências*

- ARAGÃO, R. O. (2001). O psicanalista na creche - acompanhando o bebê em situação de separação. In Camarotti, M. C. *Atendimento ao bebê: Uma abordagem interdisciplinar*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- BOWLBY, J. (2002). *Apego: a natureza do vínculo* - vol. 1. São Paulo: Martins Fontes.
- BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996). Texto disponível na internet no endereço <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>
- WINNICOTT, D. W. (2000). *Da pediatria à psicanálise: obras escolhidas*. Rio de Janeiro: Imago.



# Instituto de Vivência em Valores Humanos para Um Mundo Melhor

## Um relato de experiência

Lourival dos Santos

### Sumário

1. Considerações iniciais. 2. Trabalhando a personalidade. 2.1. Pai e mãe - missão. 2.2. Receptividade do feto ainda no útero materno. 2.3. Saúde emocional/estímulos. 2.4. Relacionamento no lar. 2.5. Diferenças individuais. 3. O poder das palavras, vibrações e pensamentos. 4. O Instituto de Vivência em Valores Humanos para Um Mundo Melhor. Considerações finais.

### *1. Considerações iniciais*

Muito tem sido discutido sobre a construção de um mundo melhor, com menos violência e mais igualdade na busca da paz. Entretanto, são necessárias muito mais que reflexões, sendo primordiais ações que modifiquem este panorama mundial.

Não é preciso apuradas análises e grandes inteligências para se concluir que algo está faltando na chamada humanidade e que carece de um esforço hercúleo para alterar os níveis atuais de desarmonias, ações e dificuldades que não condizem com atitudes éticas e humanitárias.

Buscar, nas gerações passadas, os culpados e/ou responsáveis pelo que assistimos assustados não é suficiente. Afinal, talvez muita coisa não tenha mudado com o dito progresso da humanidade em termos de valores humanos.

Contudo, é forçoso voltar ao passado distante no início das civilizações para se buscar exemplos de barbáries, de atos repugnantes, onde imperava a força, a violência, a exploração e prevaleciam os interesses

Lourival dos Santos é Presidente da Câmara Municipal de Uberaba e Idealizador e Coordenador Geral do Instituto de Vivência em Valores Humanos para Um Mundo Melhor.

de grupos gananciosos e dominantes, ou ainda pode-se voltar a acontecimentos da colonização do Brasil com a repetição de métodos repulsivos para sobrepujar pessoas e conseguir o poder.

Projetando este passado para o momento presente, percebem-se muitos reflexos e efeitos de uma herança psíquica transgeracional<sup>1</sup> e intergeracional<sup>2</sup>, através de transmissão de aspectos psíquicos passados pelas gerações, nos mostrando que a base de uma cultura segue, mas deixa marcas.

Desta forma, faz-se necessário quebrar este ciclo introduzindo uma inovada filosofia na base dos novos seres humanos, na geração que está chegando, ainda não contaminada. Pode-se comparar tal fato com uma água que brota de uma nascente cristalina e pura – semelhante a novas gerações de crianças – que, se percorrer por caminhos lamacentos e com materiais deteriorados, ficará salobre, imprópria para o consumo, sendo imprescindível muito trabalho para torná-la potável novamente. Porém, a água na nascente está pronta, mas cada novo ser desde a sua concepção

---

<sup>1</sup> “A transmissão transgeracional refere-se a um material psíquico inconsciente que atravessa diversas gerações sem ter podido ser transformado e simbolizado, promovendo lacunas e vazios na transmissão, impedindo uma integração psíquica. Portanto, uma herança transgeracional é constituída de elementos brutos, transmitidos tal qual, marcados por vivências traumáticas, não-ditos, lutos não-elaborados. Por não terem sido elaborados pela ou pelas gerações precedentes, esses elementos brutos irrompem nos herdeiros, atravessam o espaço psíquico sem apropriação possível” (SILVA, 2003, p. 30).

<sup>2</sup> “A transmissão intergeracional engloba tudo aquilo que é transmitido de uma geração para outra, acompanhado de algumas modificações ou transformações. Então, uma herança intergeracional é constituída de vivências psíquicas elaboradas: fantasias, imagos, identificações, que organizam uma história familiar; uma narração ilítica da qual cada indivíduo pode extrair os elementos necessários à constituição de sua história familiar individual neurótica. O indivíduo sempre se ancora em uma história familiar que o precede, da qual vai extrair a substância de suas fundações narcísicas e tomar um lugar de sujeito. A transmissão intergeracional refere-se aos fenômenos

é um vasto terreno a ser trabalhado, que é psicossoma<sup>3</sup>.

Outra analogia à natureza seria em relação à semente de uma árvore. Para que ela dê bons frutos, faz-se necessário verificar a semente, a melhor época para o plantio, o tipo de solo, a irrigação, dentre outros aspectos, para que a colheita seja boa. Caso contrário, esta semente não chegará a desenvolver-se conforme a expectativa. Assim, nota-se que é necessário o conhecimento, bem como a realização de preparos anteriores para plantar uma semente, quanto mais para a concepção de uma vida inteligente.

Mediante estes pressupostos, pode-se perguntar: quando se inicia a estruturação psicossoma do homem?

A literatura e diversas consultas a psiquiatras, psicólogos, somandas à lógica natural de que uma obra inicia-se pela sua base, sendo que a sua dimensão dependerá da forma em que se estruturará, nos levam a concluir que o alicerce do novo ser começa antes mesmo da concepção, ou seja, nos preparativos, na energia psíquica do ambiente e do casal, no desejo e nos pensamentos (SHARPE, s.d.; KUPFER, 1990; BELMONTE, 1993; WINNICOTT, 1993; CORRÊA FILHO, CORRÊA, FRANÇA, 2002; SILVA, 2003).

Portanto, conhecer e construir uma base sólida das gerações que estão chegando baseada em preceitos éticos e humanitários é fundamental para a construção de um mundo melhor.

Assim, o presente artigo relata a experiência da construção para um mundo melhor, que está sendo realizada por um

---

de transmissão entre pais e bebês, funcionando nos dois sentidos. Ou seja, trata-se também do que se transmite do filho aos pais, uma transmissão ascendente, que não passa somente pela linguagem, mas também por toda uma série de mecanismos comportamentais interativos” (SILVA, 2003, p. 31).

<sup>3</sup> Psicossoma refere-se à natureza humana psicossomática em uma visão de indivíduo total. (WINNICOTT, 2000).

instituto que acredita em uma proposta de ação diferenciada que visa estimular e praticar os valores humanos com atenção voltada essencialmente ao período da gestação e da primeira infância.

## 2. *Trabalhando a personalidade*

### 2.1. *Pai e mãe – missão*

Ser pai ou mãe é uma missão divina, pois em suas mãos vai ser entregue um pequeno ser, que, quando adulto, será um dos construtores que formará o mundo de amanhã. Ter consciência dessas responsabilidades norteará os pais do presente a conduzir uma educação baseada em valores humanos, para que no futuro os nossos descendentes possam usufruir um mundo melhor.

Hoje somos os precursores dos tempos futuros, as nossas mãos são as mãos de Deus. A paz, a justiça e a igualdade são embrionárias em cada um desses novos seres humanos, se fazendo necessário, portanto, um trabalho de maior importância para que estes pequenos seres inteligentes possam ser verdadeiramente a imagem e semelhança de Deus.

### 2.2. *Receptividade do feto ainda no útero materno*

Ainda nesta fase, deve ser levada em consideração a formação de um ser psicossomático que, assim como uma semente, precisa estar cercado de condições ideais para seu desenvolvimento, observando-se, ainda, que neste período formam-se os caracteres mentais do novo ser.

Podemos tomar como exemplo uma casa, a qual, se for construída sem um alicerce, com fundação inadequada, terá grandes problemas estruturais no futuro. Assim também acontece com o homem, cujos primeiros dias e meses de vida, inclusive durante a gestação, integram a base para toda a vida.

Esta base do homem de amanhã deve ser construída dentro dos padrões das melhores virtudes e valores humanos, sendo

os pais os primeiros educadores, artífices deste pequeno diamante a ser burilado. Ensinar aos homens de amanhã, a partir do ventre materno, os sentimentos de amor, irmandade, verdade, não violência, paz e ação correta é extremamente necessário.

Tais ensinamentos devem começar na mais tenra idade, quando as criancinhas ainda estão em formação. Neste período, estes pequenos seres estão receptíveis, sensíveis às vibrações, aos pensamentos, palavras e até mesmo a um simples olhar que lhe é dirigido por aqueles que estão a sua volta.

Para se ter noção de como isso se processa na concepção da vida do novo ser, consideremos que a consciência é como se fosse um livro com as páginas em branco e, através dos estímulos que são passados a este pequeno ser, vão sendo escritos os caracteres da personalidade, ou seja, a base do caráter do homem, bem como a fixação das potencialidades.

Cientificamente já está comprovado que até os seis anos de idade é formada a maior parte do caráter do ser humano, sendo que a criança é considerada neste período por Maria Montessori como uma mente absorvente.

### 2.3. *Saúde emocional/estímulos*

Os pais, especialmente as mães, no período de gestação devem se abster de brigas, desentendimentos e tudo que causa emoções negativas. Recomenda-se, ainda, a abstenção de ouvir, ler ou assistir a programas de TV ou cinema que tenham cunhos de violência, sexo ou coisas que não gostaríamos de presenciar em nossos descendentes ou gerações futuras, pois o bebê, no ventre materno, está sendo estimulado por tudo que a mãe estiver vivenciando, ou sentindo, como revolta, medo etc.

Assim, incentivamos que as mães, durante a gestação, devem:

- a. Usar roupas claras e confortáveis.
- b. Ser carinhosas e conversar com seu feto, explicitando sua alegria, seu amor, que ele está sendo esperado como uma benção

de Deus, que será muito feliz, inteligente, saudável, que o mundo será melhor com sua chegada.

c. Ouvir músicas que estimulem a paz e harmonia.

d. Ir a lugares alegres, clubes, parques naturais, jardins, floriculturas etc.

e. Pensar e cultivar pensamentos bons, alegres, otimistas, afastando pensamentos negativos.

f. Estimular a auto-estima e o entusiasmo.

g. Desenvolver sua fé em Deus.

h. Procurar ver, sentir, ouvir e perceber a beleza da manhã do dia (ensolarado, nublado ou chuvoso), o entardecer e o céu estrelado.

i. Agradecer por tudo que têm: pelo seu filho que está se desenvolvendo dentro de seu ventre; por poder falar, andar, ver, enfim viver; colocar-se nas mãos de Deus para que ele guie seus passos, suas ações, seus pensamentos para que viva com sabedoria contribuindo com a construção de um mundo de paz, onde a verdade, a justiça e o amor estejam sempre presentes.

Além disso, é imperioso ressaltar que os pais, cuidadores e educadores devem observar no pequeno ser, durante os primeiros anos de vida, atitudes que pareçam estar fora dos códigos da sociedade, para que possa desde cedo buscar apoio psicológico.

#### *2.4. Relacionamento no lar*

No período da gestação, as funções biológicas da futura mãe estão alteradas, fazendo-se necessário maior renúncia, compreensão e paciência de quem estiver convivendo com ela.

Neste período também deve ser evitada qualquer discussão no lar, tendo em vista que o novo ser está participando de tudo.

Esta base do homem de amanhã deve ser construída dentro dos padrões das melhores virtudes e valores humanos, sendo os pais os primeiros educadores, artífices deste pequeno diamante a ser burilado.

#### *2.5. Diferenças individuais*

O ser humano tem diferenças individuais pertencentes a cada um. Por isso, cada indivíduo tem que ser tratado com as suas devidas particularidades, se fazendo necessário que os pais conheçam deveres e responsabilidades para integração na sociedade, com base nos sentimentos de igualdade, justiça, liberdade e outros valores humanos.

#### *3. O poder das palavras, vibrações e pensamentos*

Durante os cursos, realizamos a experiência do arroz, onde se trabalha o poder das palavras, vibrações e pensamentos. Vejamos:

Deve ser realizada com empatia e forte vontade, sendo necessários os seguintes produtos: a) 1 chávena de arroz cozido (sem sal, óleo ou outro tipo de tempero); b) 2 vidros previamente esterilizados.

Os participantes são orientados a dividir em partes iguais o arroz cozido e colocar nos potes de vidro esterilizados, fechando-os em seguida.

Em um dos vidros, deve ser colocado um rótulo com uma palavra positiva (ex: amor, alegria, fé) e, no outro, um rótulo com uma palavra negativa (ex: ódio, tristeza) e os potes colocados distantes um do outro em aproximadamente 2 metros.

Diariamente, deve-se mentalizar e dizer palavras de amor para o pote com o rótulo de palavra positiva e mentalizar e dizer palavras de ódio para o pote com o rótulo de palavra negativa.

Dentro de 30 a 60 dias, acontecerá uma grande diferença no conteúdo dos potes. Nos potes em que estão escritas palavras positivas, o arroz continuou com a cor clara e, nos que portam palavras negativas, o cereal teve sua cor alterada. Em uma experiência feita por educadores, no pote que continha a palavra "tristeza", o arroz adquiriu uma cor marrom e, no que dizia "ódio", o conteúdo tornou-se verde.

A mesma experiência também é trabalhada com as gestantes durante os cursos, mas de forma diferente, pois as mesmas cuidarão de duas sementes colocadas cada uma em um vaso. A cada dia, a gestante deve dizer palavras positivas a um dos vasos. O outro deve receber palavras negativas, desprezo ou esquecimento. O desenvolvimento das plantas de cada vaso será o oposto do outro.

Concluímos, então, que, se com a força do pensamento podemos alterar o estado de uma coisa material, imaginemos o que não podemos fazer com os nossos filhos no período da gestação, na amamentação e durante a sua infância.

#### *4. Instituto de Vivência em Valores Humanos para Um Mundo Melhor*

Fundado no ano de 2005, o Instituto de Vivência em Valores Humanos para Um Mundo Melhor tem como principal ferramenta a capacitação e conscientização de pessoas que lidam com crianças desde os primeiros dias de vida (pais, cuidadores e educadores), fornecendo a base educacional necessária para que as crianças aprendam os valores humanos através da prática e da sua exemplificação. Deste modo espera-se que estes pequenos seres recebam um tipo peculiar de aprendizado que vise à exaltação dos valores inerentes ao homem, tendo como lema:

“Ensine à criança o caminho que ela deve andar e, quando envelhecer, não se desviará dele”.

A equipe da instituição conta atualmente com um presidente, uma vice-presidente, um tesoureiro, um secretário, três conselheiros fiscais e dois consultivos, duas psicólogas, uma educadora social, três pedagogas, um advogado e professor de direitos humanos, um coordenador geral, vários palestrantes e voluntários da área da saúde, educacional, jornalística e organizacional.

Para tanto, o Instituto realiza cursos para os educadores, assim como para os

pais e gestantes, nas creches e nos bairros da cidade de Uberaba/MG e região, com duração de 50 horas, onde visa uma educação centralizada na Verdade, na Ação Correta, na Paz, no Amor e na Não-Violência.

De acordo com Craxi & Craxi (1995), os valores humanos são aqueles que pertencem somente ao ser humano e seriam estes que o Instituto de Valores Humanos para Um Mundo Melhor destaca acima: a verdade fundamenta o princípio básico para que a vida possa existir e seria a expressão materializada do amor. A ação correta é o resultado da verdade colocada em prática para que a sociedade comporte-se com integridade. A paz é a finalidade e objetivo do esforço humano que seria a verdadeira natureza do homem. O amor traduziria o denominador comum dos valores humanos por possibilitar a interpretação de outros valores. A não-violência seria o apogeu do desenvolvimento humano que marca a perfeição almejada através do amor universal que enlaça tudo e todos.

Entretanto, para atingir uma educação integral que leve em conta a totalidade da personalidade humana, abarcando todos os valores humanos, é necessário também o desenvolvimento de faculdades intelectuais e intuitivas por meio de valores relativos: conhecimento, talento, equilíbrio interior, gentileza ou amabilidade e amor ou entendimento ou consciência da responsabilidade social de cada um (CRAXI; CRAXI, 1995).

Assim sendo, o Instituto de Valores Humanos também fundamenta suas atividades nos valores relativos preconizados pela filosofia, pela literatura espiritualista e científica.

A metodologia utilizada pelo Instituto para alcançar suas metas mencionadas acima consiste em trabalhar com duas principais linhas: uma voltada em trabalhar com os pais e as gestantes e outra com os educadores, visto que as crianças ficam a maior parte do tempo com estas pessoas.

É importante considerar que, nos cursos realizados, deparamo-nos frequentemente

com mães, cuidadores e educadoras des-preparadas, com baixa auto-estima, revoltadas com a gravidez, com falta de paciência, especialmente para ouvir o próximo e, principalmente, carentes de afetividade. Tais aspectos, entre outros, são trabalhados pela equipe por meio de palestras interativas com profissionais, vivências, oficinas, meditações, debates, dramatizações, “contação” de histórias, estudo em grupo e harmonizações a fim de que se possa buscar o reequilíbrio, a valorização de cada ser e a conscientização de que cada pessoa é um agente de transformação para que amanhã tenhamos um mundo melhor.

Há também atendimento psicológico (aconselhamento e/ou psicoterapia individual e familiar) para mães e educadores. É feito acompanhamento da mãe durante a gestação do bebê, por meio do curso de Valores Humanos, e por psicólogas que realizam visitas domiciliares com intervenções psicológicas e ações focais:

A 1ª visita é realizada no hospital onde há o acompanhamento psicológico no parto e entrega de um enxoval para o bebê.

A 2ª visita acontece um mês após o nascimento da criança.

A 3ª visita é realizada um ano após o nascimento do bebê.

A 4ª visita aos dois anos de idade da criança.

A 5ª visita aos três anos.

A 6ª visita se concretiza aos quatro anos.

A 7ª visita é feita aos cinco anos.

A última e 8ª visita realiza-se quando a criança completa o sexto ano de vida e depois será apresentado um laudo psicológico final do desenvolvimento bio-psico-social da criança acompanhada durante este período.

A avaliação dos resultados é realizada por comparação entre os relatórios psicológicos produzidos mediante as visitas domiciliares. Para tanto, cada criança possui uma pasta onde são anexados os relatórios e documentos que comprovam o trabalho sistematizado que foi realizado.

Em todas as visitas, verifica-se a necessidade de acompanhamento psicológico sistematizado com maior ou menor frequência e ainda presenteia-se a criança com algum objeto de estimulação para o bebê, recomendado por Gesell (1996) de acordo com a idade cronológica.

O Instituto ainda oferece capacitação para novos multiplicadores dentro da proposta apresentada e anualmente acontecem seminários voltados para pais, educadores e cuidadores que objetivam a formação continuada e a manutenção do ideal vivo do programa.

Entretanto, as ações do Instituto não se encerram por aqui. Diversos outros profissionais da saúde, como nutricionistas, médicos, enfermeiras, odontólogos, são convidados a engajarem-se, com seus saberes, ao projeto oferecendo palestras e oficinas pedagógicas. Também pedagogos e educadores sociais são disponibilizados.

Em termos materiais, além dos enxovais, as mães recebem auxílio em alimentação, remédios e outros apoios quando necessários.

Isso tudo se deve à crença de que o desenvolvimento da criança deve ser considerado dentro da sua totalidade (bio-psico-social) e desde o ventre materno.

Assim, a partir do desenvolvimento destas ações, foi constatada na prática a importância desta base para a formação do caráter do indivíduo o mais cedo possível, quando estão maleáveis, receptivos a pensamentos, palavras, vibrações e até mesmo a um simples olhar – e conseqüentemente à possibilidade de um mundo melhor.

Em nossa essência, estão contidos todos os princípios das mais nobres virtudes, que precisam ser estimuladas desde a mais tenra idade, ou seja, durante o período da formação (construção) da base/estrutura do futuro homem. Nesta construção, o fator emocional, os pensamentos e desejos aliados à vontade firme, às vivências sentidas, ao entusiasmo e até mesmo à atmosfera psíquica das pessoas que estão ligadas

diretamente ao novo ser são fatores/componentes fundamentais que definirão as possibilidades e oportunidades para o futuro do homem.

Na prática, percebemos o que mencionamos acima com a seguinte situação: uma gravidez indesejada e hostil gerará um ser revoltado e com muitos problemas de saúde, além de distúrbios emocionais e comportamentais. Dificilmente esta criança tornar-se-á alguém bem sucedido tanto no campo profissional, quanto na vida pessoal. Já uma gravidez desejada, esperada, amada, gerará um ser confiante, forte, saudável, com grande possibilidade de tornar-se uma pessoa de sucesso.

Para tanto, este projeto teve fundamentação teórica em pesquisas científicas como as realizadas por Montessori (1870 a 1952), que comprovaram ser o período mais relevante da vida não a idade de cursos universitários, mas, sim, do nascimento até a idade de seis anos (Zacharias, 2005).

Também outros importantes teóricos permitiram reflexões esclarecedoras, como Sigmund Freud (1856-1939), Donald Woods Winnicott (1896-1971), Jean Piaget (1896-1980) e Erik Homburger Erikson (1902-1994).

Afinal, a personalidade é um conjunto complexo que passa por um processo de desenvolvimento estruturado em dados biopsicológicos herdados (temperamento) e dados adquiridos na interação entre a hereditariedade e o meio (caráter), daí a necessidade de reflexão sobre o tema, no vértice de vários autores, para abranger o ser em sua totalidade bio-psico-social (D'ANDREA, 1997).

Assim, ao buscar a obra de Freud (1996), médico especializado em doenças mentais e denominado o pai da psicanálise, pode-se constatar que a personalidade ocorre em fases e que a pessoa necessita aprender a resolver certos problemas específicos, originados do próprio crescimento físico e da interação com o meio, para que haja um desenvolvimento emocional adequado à sociedade.

Winnicott (1964; 1965a; 1965b; 1971a; 1971b; 1977; 1984; 1986a; 1986b; 1987a; 1987b; 1988; 2000), renomado pediatra e psicanalista britânico da segunda metade do século XX, também deixou inegáveis contribuições para o entendimento do tema. Segundo ele, cada ser humano traz um potencial inato para o desenvolvimento, mas o fato de essa tendência ser inata não garante que ela realmente ocorrerá, pois depende de um ambiente facilitador que forneça cuidados suficientemente bons. Este autor ainda ressalta as falhas ambientais como propiciadoras da delinquência e comportamentos anti-sociais.

Outro autor que contribui para as reflexões do Instituto é o suíço Jean Piaget, biólogo, filósofo e mais tarde psicólogo experimental. Ele estudou a evolução do pensamento, do nascimento até a adolescência, procurando esclarecer os mecanismos mentais que o indivíduo utiliza para captar o mundo (PIAGET, INHELDER, 1990).

Em relação ao desenvolvimento psicossocial, o autor utilizado foi Erik Homburger Erikson, psiquiatra alemão. Este autor desenvolveu uma teoria, com base em pesquisas, segundo a qual as sociedades criam mecanismos institucionais que propiciam e enquadram o desenvolvimento da personalidade. Ele revolucionou a psicologia do desenvolvimento estabelecendo as tarefas básicas para cada momento do ciclo vital do ser humano. Ele ainda demonstra que os eventos e as reações durante a infância preparam as pessoas para serem adultos (BARROS, 2002).

Desta forma, diferentes autores norteiam a prática do Instituto de Valores Humanos para Um Mundo Melhor. Talvez seja esta a razão que levou ao êxito esta experiência. Afinal, em 2007 já completaram-se cinco turmas de educadores e seis turmas de pais e gestantes, em que foram capacitadas e sensibilizadas mais de 680 pessoas, sendo 190 pais e gestantes, e 490 educadores, para desenvolverem, através

dos exemplos e dos estímulos, a vivência de valores humanos na gestação e na primeira infância, período de formação do alicerce do homem, atingindo-se direta e/ou indiretamente mais de 10.370 crianças.

Acredita-se que este Instituto apenas começou sua tarefa, merecendo multiplicadores que possibilitem atingir uma grande escala de participantes. Contudo, somente foi possível a concretização deste projeto devido a parcerias com pessoas sensíveis e dispostas a construir um MUNDO MELHOR, tornando-se todos construtores do bem.

### 5. Considerações finais

Assim, buscamos o desenvolvimento do ser implementando, como forma de apoio, a vivência em valores humanos com todas as pessoas envolvidas no processo de gestação – especialmente as próprias crianças – a partir do ventre materno, para que tenhamos a predominância de uma sociedade mais humana, com mais sentimento de irmandade, de justiça, de igualdade, de amor à vida, de amor à pátria e, principalmente, de amor ao próximo.

Portanto, nada mais oportuno que encerrar este artigo com as palavras do querido Dr. Laurista Corrêa Filho<sup>4</sup>:

“Num momento onde nossa própria integridade e segurança física e psicológica é freqüentemente ameaçada, nos juntamos àqueles que vêm numa atenção adequada ao início da vida um dos caminhos para a mudança tão desejada no que se refere à qualidade de vida de nossas crianças, nossas famílias, nossa sociedade. Começar do começo [...] da concepção do bebê, do preparo consciente da parentalidade (maternidade e paternidade) pode fazer a diferença.”

<sup>4</sup> Um dos organizadores da obra *Novos Olhares sobre a Gestação e a Criança até os 3 anos: Saúde Perinatal, Educação e Desenvolvimento do Bebê*, citada na bibliografia do presente artigo.

Não podemos esquecer que o tamanho de uma edificação/obra depende essencialmente da preparação da sua base. Assim, o futuro das próximas gerações dependerá da estruturação das famílias, especialmente dos esforços despendidos por aqueles que têm esse papel fundamental – pais, gestantes, cuidadores e educadores capacitados e conscientes – para que tenhamos

### Referências

- BARROS, C.S.G. *Pontos de Psicologia do Desenvolvimento*. São Paulo: Ática, 2002.
- BELMONT, S. A. *Falso self e violência: uma visão intersubjetiva*. In: *Mudança: Psicoterapia e Estudos Psicossociais*, V.1, n.1. 1993. Bernardo do Campo: UESP – Curso de Pós – graduação em psicologia da saúde, 1993.
- CORRÊA FILHO, L. CORRÊA, M<sup>o</sup>. H. FRANÇA, P.S. *Novos Olhares sobre a Gestação e a Criança até 3 anos: Saúde Perinatal, Educação e Desenvolvimento do Bebê*. / Laurista Corrêa Filho, Maria Helena Girade Corrêa, Paulo Sérgio França (orgs.).- Brasília: L.G.E., 2002.
- CRAXI, A. CRAXI, S. *Os Valores Humanos: uma viagem do “eu” ao “nós”*. São Paulo: Meca, 1995.
- D’ANDREA, F.F. *Desenvolvimento da personalidade: enfoque psicodinâmico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- FREUD, Sigmund. *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Edição Standard Brasileira/ Sigmund Freud, com comentários e notas James Strachey; em colaboração com Anna Freud; assistido por Alix Strachey e Alan Tyson; traduzido do alemão e do inglês sob a direção geral de Jayme Salomão. - Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- GESELL, A. *A Criança dos 0 aos 5 anos*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- KUPFER, Maria Cristina M. *Desejo e saber. Tese de Doutorado*. IPUSP. São Paulo, 1990.
- PIAGET, J. INHELDER, B. *A Psicologia da Criança*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- SHARPE, E. F. *O planejamento para a estabilidade emocional*. In: MELAINE, K. ISAACS, S. SHARPE, E.F. SEAR, N. MIDDLEMORE, M,P. *A educação de crianças à luz da investigação psicanalítica*. Rio de Janeiro: Imago, s.d.
- SILVA, Maria Cecília P. *A herança psíquica na clínica psicanalítica*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

- WINNICOTT, D.W. *A criança e seu mundo*. Rio de Janeiro: Jahar Editores, 1964.
- \_\_\_\_\_. *A família e o desenvolvimento individual*. São Paulo: Martins Fontes, 1965a.
- \_\_\_\_\_. *Consultas terapêuticas em psiquiatria infantil*. Rio de Janeiro: Imago, 1971b.
- \_\_\_\_\_.  *Holding e interpretação*. São Paulo: Martins Fontes, 1986a.
- \_\_\_\_\_. *Natureza Humana*. Rio de Janeiro: Imago, 1988.
- \_\_\_\_\_. *O ambiente e os processos de maturação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1965b.
- \_\_\_\_\_. *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1971a.
- \_\_\_\_\_. *O gesto espontâneo*. São Paulo: Martins Fontes, 1987b.
- \_\_\_\_\_. *Os bebês e suas mães*. São Paulo: Martins Fontes, 1987a.
- \_\_\_\_\_. *Privação e delinquência*. São Paulo: Martins Fontes, 1984.
- \_\_\_\_\_. *Textos Seleccionados: da pediatria à psicanálise*. Rio de Janeiro: F. Alves, 2000.
- \_\_\_\_\_. *The Piggle: o relato do tratamento psicanalítico de uma menina*. Rio de Janeiro: Imago, 1977.
- \_\_\_\_\_. *Tudo começa em casa*. São Paulo: Martins Fontes, 1986b.
- Instituto de Vivência em Valores Humanos para um Mundo Melhor. Em: <http://www.pjb.org.br/mundo-melhor/html> Acesso em: 18/07/2007.



## Orientações Editoriais

A Revista de Informação Legislativa divulga trabalhos elaborados pela Subsecretaria de Edições Técnicas e artigos de colaboração. Os trabalhos devem reportar-se a assuntos da área do direito e áreas afins – de interesse dos temas em debate no Congresso Nacional – e de cunho histórico que se relacionem com o Poder Legislativo. Somente serão publicadas colaborações inéditas, que serão selecionadas por conselho.

As colaborações deverão ser encaminhadas ao Editor com carta anexa de autorização para publicação e visualização na Internet, bem como declaração de que o artigo é inédito, com um exemplar impresso (preferencialmente em papel A4, corpo 12 e espaçamento entre linhas de 1,5) e um disquete gravado no formato *Word for Windows*. Dos artigos deverão constar resumo curricular e local de trabalho do colaborador. Após o título e nome do autor, deve ser apresentado um sumário da matéria. Os desenhos, gráficos, ilustrações e tabelas – se estritamente indispensáveis à clareza do texto – deverão ser encaminhados em arquivos separados (um para cada desenho, gráfico ou tabela) no disquete, com indicação do ponto em que devem ser inseridos no texto.

Com o objetivo de melhorar a legibilidade dos artigos e dinamizar o processo de pesquisa dos seus leitores, recomenda-se a adoção de alguns procedimentos básicos no que diz respeito às citações e referências bibliográficas:

- a) Não devem ser incluídas as referências bibliográficas completas em rodapé, exceto em casos de citação de citação, em que somente o autor citado figura em nota de rodapé e o autor que o citou, em lista de referências;
- b) a referência completa deverá constar em lista, no final do artigo, organizada em ordem alfabética e alinhada à esquerda;
- c) as notas de rodapé explicativas ou informativas são chamadas no texto por números altos ou alceados, podendo inclusive ser feita citação bibliográfica relativa ao seu conteúdo;
- d) a fonte da qual foi extraída a citação deverá constar no próprio corpo do texto conforme os exemplos que se seguem:

*Exemplos de citação direta:*

Segundo Falcão (1984, p. 59), “não basta a existência de demanda estudantil para que as faculdades continuem a produzir bacharéis”.

“Não basta a existência de demanda estudantil para que as faculdades continuem a produzir bacharéis” (FALCÃO, 1984, p. 59).

Observação: A citação direta incluída em texto e/ou em nota de rodapé aparece entre aspas.

*Exemplos de citação indireta:*

Para que a produção de bacharéis continue, vários fatores devem ser observados além da demanda estudantil (Cf. FALCÃO, 1984, p. 59).

Para que a produção de bacharéis continue, vários fatores devem ser observados além da demanda estudantil (FALCÃO, 1984, p. 59).

Observação: A falta de aspas e/ou o termo Cf. (confira, compare) evidenciam que não se trata de uma transcrição e sim da utilização da fonte citada a fim de respaldar a idéia do autor do artigo.

Monografias (livros, folhetos, teses, enciclopédias, etc.) deverão conter: sobrenome do autor, prenome(s), título da obra, subtítulo (se houver), local de publicação, editor(a), data de publicação.

*Exemplo de monografia no todo:*

MARQUES, José Frederico. *Manual de direito processual civil*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1974.

*Exemplo de parte de monografia:*

ROMANO, G. Imagens da juventude na era moderna. In: LEVI, G.; SCHMIT, J. (Org.). *História dos jovens: a época contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 7-16.

Para artigos de periódicos, as informações essenciais são: sobrenome do autor, prenome(s), título do artigo, subtítulo (se houver), título da revista, local de publicação, indicação de volume, ano, número, página inicial e final, período e data de publicação.

*Exemplo de artigos de periódicos:*

TEIXEIRA, Sálvio de Figueiredo. Lopes da Costa e o processo civil brasileiro. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, ano 37, n. 148, p. 97-111, out./dez. 2000.

Para artigos de jornais: sobrenome do autor, prenome(s), título do artigo, subtítulo (se houver), título do jornal, local de publicação, data de publicação, seção ou caderno do jornal e paginação.

*Exemplo de artigos de jornais:*

MOURA, Ana Lúcia; FEITOZA, Valéria. Escola pública: a tristeza de quem fica. *Correio Braziliense*, Brasília, 6 mar. 2001. Tema do Dia, p. 6-7.

Para referências em meio eletrônico: sobrenome do autor ou entidade, prenome(s), título, subtítulo (se houver), também são essenciais as informações sobre o endereço eletrônico, apresentado entre os sinais <>, precedido da expressão "Disponível em:" e data de acesso ao documento precedido da expressão "Acesso em:".

*Exemplo de referências em meio eletrônico:*

CORREIO Braziliense. Disponível em: <<http://www.correioweb.com.br>>. Acesso em: 5 jul. 2003.

A cada artigo publicado serão fornecidas 50 separatas e uma assinatura anual da Revista. Artigos não-publicados não serão devolvidos, salvo expressa solicitação.